

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS, ECONÔMICAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICA SOCIAL
MESTRADO EM POLÍTICA SOCIAL

**Práticas de Proteção Social ao Aluno Adolescente no
Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia Sul-Rio-Grandense/*campus* Pelotas**

MANOEL INÁCIO RAMIL PEREIRA

Pelotas
2014

MANOEL INÁCIO RAMIL PEREIRA

**Práticas de Proteção Social ao Aluno Adolescente no
Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia Sul-Rio-Grandense/*campus* Pelotas**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Católica de Pelotas, sob a orientação da Professora Doutora Vera Maria Ribeiro Nogueira, como requisito parcial para a obtenção do Título de Mestre em Política Social.

Pelotas
2014

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

P436p Pereira, Manoel Inacio Ramil

Práticas de proteção social ao aluno adolescente no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense / Campus Pelotas / Manoel Inácio Ramil Pereira.— Pelotas: UCPEL, 2014.

162f.

Dissertação (mestrado) – Universidade Católica de Pelotas, Programa de Pós-Graduação em Política Social, Pelotas, BR-RS, 2014. Orientadora: Vera Maria Ribeiro Nogueira.

1.adolescência. 2.política de inclusão social. 3. política de inclusão social ao adolescente. 4. políticas institucionais de proteção social ao adolescente. I.Nogueira, Vera Maria Ribeiro, or. II.Título.

CDD 370

MANOEL INÁCIO RAMIL PEREIRA

**Práticas de Proteção Social ao Aluno Adolescente no
Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia Sul-Rio-Grandense/*campus* Pelotas**

BANCA EXAMINADORA

Dr^a. Vera Maria Ribeiro Nogueira – Professora Orientadora

Dr^a. Denise Nascimento Silveira – Universidade Federal de Pelotas

Dr^a. Mara Rosange Acosta de Medeiros – Universidade Católica de Pelotas

DEDICO esta conquista à minha esposa Clarice e aos meus filhos Manoel Inácio, André Luiz e Felipe, que me desafiam a mobilizar o melhor de mim, fazendo, com suas presenças carinhosas, tudo valer a pena.

AGRADEÇO:

- à Professora Doutora Vera Maria Ribeiro Nogueira, pela atenção e apoio à realização deste trabalho;
- à Doutora Denise Nascimento Silveira e à Doutora Mara Rosange Acosta de Medeiros pela disponibilidade em participarem da Banca Examinadora desta Dissertação;
- aos profissionais e adolescentes do IFSul/*campus* Pelotas, sujeitos da pesquisa, pela inestimável colaboração.

O homem não pode participar ativamente na história, na sociedade, na transformação da realidade, se não é auxiliado a tomar consciência da realidade e de sua própria capacidade para transformá-la (FREIRE, 2001, p. 19).

RESUMO

Este trabalho resultou de um estudo de caso realizado no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense – IFSul/*campus* Pelotas que procurou conhecer *como se processam as práticas de Proteção Social aos alunos adolescentes promovidas por essa Instituição Educacional*. Partiu-se do suposto de que as Políticas de Proteção Social, praticadas institucionalmente, são insuficientes para atender às vulnerabilidades apresentadas pelo alunado do IFSul/*campus* Pelotas, que representa, em grande parte, a realidade da adolescência no Brasil. Fontes diversas, como o Relatório sobre a Situação da Adolescência Brasileira/UNICEF/2011, revelam que a privação dos direitos fundamentais ao adolescente tem impacto em seu desempenho escolar. Posicionamentos recentes, inclusive presentes na legislação específica sobre Proteção Social ao adolescente, relacionam tais privações ao insucesso escolar, evidenciado nas formas de repetência e evasão, e, conseqüentemente, ampliando a exclusão social. Nesse sentido, dois objetivos orientaram a realização da pesquisa: o primeiro foi o de identificar as práticas de Proteção Social direcionadas aos alunos adolescentes do IFSul/*campus* Pelotas quanto à abrangência e às formas de operacionalização; o segundo objetivo intentou conhecer as condições promotoras e/ou restritivas das práticas institucionais de Proteção Social orientadas a esses alunos. No processo de pesquisa, procurou-se conhecer a relação entre os princípios orientadores da Política Nacional de Assistência Estudantil e das práticas de Proteção Social viabilizadas no IFSul/*campus* Pelotas, instituição com natureza jurídica de autarquia, vinculada ao Ministério da Educação. A pesquisa caracterizou-se como de abordagem qualitativa. Para a coleta de dados, foram utilizados três procedimentos: a análise documental; a entrevista semiestruturada, realizada com profissionais de diferentes Coordenadorias e Diretorias; grupos focais, envolvendo alunos adolescentes do Curso de Eletrotécnica, beneficiados e não beneficiados pela Assistência Estudantil, assim como representantes do Grêmio de Estudantes. Para a análise e interpretação dos dados, com base na análise de conteúdo, foram organizadas quatro categorias, a partir de ideias convergentes encontradas nos depoimentos de profissionais e estudantes e identificadas nos documentos analisados. Ressaltam-se, como principais achados da investigação: a) a concepção de Proteção Social, construída pelos sujeitos da pesquisa, ainda se encontra fortemente focada na ideia de obrigatoriedade de assistência àqueles adolescentes que não têm condições de se auto-sustentarem, por razões de pobreza/vulnerabilidades socioeconômicas, sendo considerada como um direito de cidadania; b) as práticas de Proteção Social, implementadas pelo IFSul/*campus* Pelotas, de modo a atender a essas vulnerabilidades, são insuficientes à realidade dos alunos adolescentes, não se caracterizando como universais no âmbito escolar; c) pressupõe-se que exista estreita relação entre as necessidades evidenciadas pelos adolescentes e o fenômeno da evasão e da repetência verificado no IFSul/*campus* Pelotas; d) o processo de Proteção Social ao adolescente na Instituição pesquisada apresenta, tanto condições favoráveis como restritivas à sua implementação, sendo que as condições limitadoras levam ao reconhecimento de que as práticas de Proteção Social precisam ser redimensionadas, ampliadas e qualificadas.

Palavras-chave: Adolescência. Política de Inclusão Social. Política de Proteção Social ao adolescente. Políticas institucionais de Proteção Social ao adolescente.

ABSTRACT

This paper resulted from a case study developed in the Federal Institute of Education, Science and Technology of Rio Grande do Sul (IFSul/*campus* Pelotas) which looked for getting to know how this Educational Institution promotes the Social Protection practices directed to adolescent students. Coming from the assumption that Social Protection Policies, institutionally practiced, are not sufficient to support the vulnerabilities presented by the students of IFSul/*campus* Pelotas, which represents, majorly, the reality of adolescents in Brazil. Different sources, such as the UNICEF/2011 report about the situation of adolescents in Brazil, reveal that the privation of fundamental rights to the adolescents generates impacts in their scholar development. Recent statements, which are registered in specific legislation about Social Protection to adolescents, relate the mentioned privations to the lack of scholar success, demonstrated in the forms of repetition and evasion, and consequently broadening the social exclusion. In this sense, two main objectives led the production of this research: the first objective was to identify the Social Protection Practices directed to the adolescent students of IFSul/*campus* Pelotas concerning the scope and the ways of making them work; the second was the will of getting to know the conditions that promoted and/or restricted the action of the Social Protection practices directed to the students inside the institutional environment. During the research process, the aim was to understand the relation between the guiding principles of the National Policy for Student Assistance and the Social Protection practices offered by the IFSul/*campus* Pelotas, a legal and autarchic institution attached to the Ministry of Education. The research was characterized by a qualitative approach. To the gathering of the necessary data, three procedures were used: documental analysis; semi structured interview, with the professionals of different Coordinations and Boards; specific groups of adolescents which are students of the Eletrotechnical Course, some that received the support of Student Assistance and some that did not receive the benefits and also representatives of the Students Union. To perform the analysis and interpretation of the data, based on the contents analysis, four categories were organized, created from the convergence of ideas found among the student's and professional's testimonials. The following aspects were highlighted to express the findings of the research: a) the concept of Social Protection, that was constructed by the subjects of the research, is still focused on the compulsory assistance to the adolescents that can not support themselves due to their social and economical vulnerability, for this reason being considered a citizen's right; b) the Social Protection practices that are offered by the IFSul/*campus* Pelotas, in order to care for these vulnerabilities, are not sufficient to correspond the students reality, therefore, these practices do not have a universal aspect on the school's environment; c) it is assumed that there is a strict relation between the necessities expressed by the adolescents and the evasion phenomenon, as it is with the repetition found in the IFSul/*campus* Pelotas; d) the Social Protection process directed to adolescents in the referred institution, presents both restrictive and favorable conditions to its realization, being the restrictive conditions the indicators to the need of remodeling, broadening and qualification of the Social Protection policies.

Keywords: Adolescence. Social Inclusion policy. Social Protection policy to adolescents. Institutional policy of Social Protection to adolescents.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1 - POLÍTICA DE PROTEÇÃO SOCIAL: CAMINHOS PARA A GARANTIA DOS DIREITOS SOCIAIS	18
1.1 POLÍTICAS DE PROTEÇÃO SOCIAL.....	19
1.2 SIGNIFICADO DE PÚBLICO NA POLÍTICA SOCIAL.....	23
1.3 POLÍTICA PÚBLICA DE PROTEÇÃO SOCIAL NO BRASIL	26
CAPÍTULO 2 - POLÍTICA DE PROTEÇÃO SOCIAL AO ADOLESCENTE: REALIDADE E PERSPECTIVAS	31
2.1 ADOLESCÊNCIA E ADOLESCENTES: CONCEITOS FUNDANTES.....	32
2.2 SITUAÇÃO DA ADOLESCÊNCIA NO BRASIL: OS FENÔMENOS DE VULNERABILIDADE	37
2.3 PROTEÇÃO SOCIAL AO ADOLESCENTE: A LEGITIMAÇÃO DE DIREITOS NO BRASIL.....	50
2.4 PROTEÇÃO SOCIAL AO ADOLESCENTE: O CAMINHO EM BUSCA DA CONCRETIZAÇÃO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS.....	54
CAPÍTULO 3 - TRAJETÓRIA METODOLÓGICA: TECENDO A PESQUISA COM VÁRIOS FIOS	64
3.1 DESAFIOS DA PESQUISA	65
3.2 PROCEDIMENTOS PARA COLETA DOS DADOS EMPÍRICOS	67
3.3 PROCEDIMENTOS PARA ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS COLETADOS.....	73
CAPÍTULO 4 - PROTEÇÃO SOCIAL AO ADOLESCENTE NO INSTITUTO FEDERAL SUL-RIO-GRANDENSE: PROPOSTAS E POSSIBILIDADES	76
4.1 INSTITUTO FEDERAL SUL-RIO-GRANDENSE: O LOCAL DA PESQUISA	77
4.1.1 A construção histórica da Instituição.....	77
4.1.2 Organização Administrativo-Pedagógica do IFSul/ <i>campus</i> Pelotas	83
4.2 PROTEÇÃO SOCIAL AO ADOLESCENTE: A ANÁLISE DOCUMENTAL	84
CAPÍTULO 5 - PROTEÇÃO SOCIAL AO ADOLESCENTE NO IFSUL: PERSPECTIVAS DOS SUJEITOS DA PESQUISA	101
5.1 A PROTEÇÃO SOCIAL NO IFSUL/ <i>CAMPUS</i> PELOTAS NA PERSPECTIVA DOS PROFISSIONAIS.....	102
5.1.1 Concepção de Proteção Social	102
5.1.2 Proteção Social ao Aluno Adolescente no IFSul/ <i>campus</i> Pelotas.....	103

5.1.3 Aspectos favorecedores e restritivos para as práticas de Proteção Social ao adolescente no IFSul/campus Pelotas.....	111
5.1.4 Aperfeiçoamento das práticas de Proteção Social ao adolescente no IFSul/campus Pelotas	117
5.2 A PROTEÇÃO SOCIAL NO IFSU/CAMPUS PELOTAS NA PERSPECTIVA DOS ALUNOS ADOLESCENTES	120
5.2.1 Concepção de Proteção Social	120
5.2.2 Proteção Social ao aluno adolescente no IFSul/campus Pelotas.....	121
5.2.3 Aspectos favorecedores e restritivos para as práticas de Proteção Social ao adolescente no IFSul/campus Pelotas.....	123
5.2.4 Aperfeiçoamento das práticas de Proteção Social ao adolescente no IFSul/campus Pelotas	127
CONSIDERAÇÕES FINAIS	130
REFERÊNCIAS.....	139
APÊNDICES	147
ANEXOS	156

INTRODUÇÃO

O Brasil, historicamente, tem convivido com um quadro de profundas vulnerabilidades sociais, dentre as quais se situam a pobreza e as múltiplas formas de desigualdades. Todavia, na última década, o País “[...] vem reduzindo o contingente de pessoas em situação de miséria, com o suporte decidido de políticas governamentais” (ZERO HORA, 19/03/2013, p. 12). Ainda assim, uma parcela de, aproximadamente, 700.000 (setecentos mil) brasileiros permanece em condição de “pobreza multidimensional”, ou seja, um indicador que “[...] abrange não só a renda, mas a saúde, educação e segurança, além das condições gerais de habitação e alimentação” (ZERO HORA, 19/03/2013, p. 12).

Essa parcela da população brasileira, que convive com as desigualdades sociais, nos últimos anos, tem melhorado suas condições de acesso à educação, mas mesmo assim, crescem as constatações sobre as situações de repetência e evasão escolar, provocando a exclusão social (INEP. CENSO ESCOLAR, 2012).

Uma evidência dessa situação está representada pelo alto índice de insucesso escolar dos alunos do IFSul/*campus* Pelotas, cujas taxas de retenção e evasão, no período de 2010 a 2013, relativas ao primeiro semestre, revelam percentuais entre 50,5% e 44,8%, respectivamente (IFSUL. PESQUISA DE DADOS EDUCACIONAIS/IFSUL/CAMPUS/PELOTAS, 2013, p. 25). No Curso Integrado de Eletrotécnica, escolhido como espaço específico da pesquisa, no mesmo período, a taxa de insucesso escolar chegou a 40,38%.

Acredita-se que a história educacional, no Brasil, está associada ao processo de construção dos direitos sociais e humanos e que o acesso ao espaço escolar é, com certeza, a via inicial para a democratização da educação, mas é indispensável que sejam garantidas, também, a todos os que ingressam na escola as condições de nela permanecer com qualidade social, vivenciando o sucesso escolar. Os dados disponíveis revelam que há um desequilíbrio entre o processo

de universalização (acesso à escola) e a democratização da educação (permanência e sucesso escolar), conforme indicativos do Relatório sobre a Situação da Adolescência Brasileira/UNICEF/2011 e o Censo Escolar/2012.

Frente a essa realidade e no intento de conhecer de forma mais profunda a realidade escolar de adolescentes no espaço do IFSul/*campus* Pelotas, foi feito este estudo, decorrente, principalmente, das razões a seguir enumeradas.

A primeira razão esteve relacionada ao reconhecimento da necessidade de que as Políticas Públicas ampliem, fortaleçam e garantam o acesso aos direitos fundamentais de todo o ser humano, superando situações de injustiça e discriminação que promovam a exclusão social, impedindo que todos os cidadãos brasileiros tenham garantidos esses direitos.

A segunda razão decorreu da extensa convivência profissional do pesquisador com alunos adolescentes, o que lhe permitiu identificar a necessidade de que o IFSul/*campus* Pelotas promovesse políticas/práticas de Proteção Social direcionadas, especificamente, ao estudante dessa faixa etária. Fatores relacionados às características próprias da adolescência, assim como a vulnerabilidade socioeconômica e o insucesso escolar de grande parcela dos alunos adolescentes exigem o olhar atento dos profissionais sobre esses estudantes, favorecendo o acesso aos direitos que lhes são garantidos legal e socialmente e, conseqüentemente, ao sucesso em sua trajetória estudantil.

A consistente produção bibliográfica a respeito dos direitos dos adolescentes, hoje existente, traça um diagnóstico bastante fiel do contexto relativo à adolescência, o que parece indicar o desequilíbrio entre as Políticas Públicas de Proteção Social e a realidade vivencial desse grupo da população brasileira (POIRIER, 2011). Entende-se, assim, que o espaço escolar precisa estabelecer diálogo permanente e qualificado com a sociedade, no sentido de promover o acesso aos direitos fundamentais, por meio de ações efetivas dirigidas a seus adolescentes. Encontra-se, nessa compreensão, a terceira razão que justifica esta escolha.

O conhecimento construído no decorrer do Curso de Mestrado em Política Social possibilitou realçar aspectos significativos quanto às Políticas de Proteção

Social, o que se associa aos motivos anteriormente abordados, constituindo-se na quarta razão que justifica a realização deste trabalho.

Nessa direção, dois posicionamentos serviram como orientadores do projeto de pesquisa e da elaboração desta Dissertação:

- a compreensão de que as Políticas de Proteção Social estão pautadas em um pacto federativo, no qual são detalhadas as atribuições e competências dos três níveis do governo – federal, estadual e municipal – na previsão e provisão de ações socioassistenciais, enfatizando o processo de descentralização; a Proteção Social, através da política pública, exige a constituição de redes de serviços que a ela cabe prover; a Política Pública, portanto, deve reconhecer o espaço no qual se movimenta e se efetiva, tornando-se, assim, fundamental a prática de Proteção Social, entendida como perspectiva de viabilização da política social com vistas a conferir-lhe maior eficiência, eficácia e efetividade;

- a literatura aponta que, entre as diretrizes políticas, ou seja, a Política Pública e sua implementação através da gestão, monitoramento, avaliação e informação, via de regra, há uma distância entre o programado e o executado, considerando o papel desempenhado pelos operadores das políticas e o próprio desenho institucional, que, no caso presente, se refere ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense – IFSul.

Ressalta-se, pois, que a Proteção Social deverá ir além da assistência prestada a alunos com vulnerabilidades socioeconômicas. Deverá abranger, assim, todos os direitos fundamentais e assumir formas condizentes com a realidade dos alunos adolescentes do IFSul.

Esse modo de perceber a Proteção Social encaminhou para a quinta razão que justificou a realização da pesquisa e desta Dissertação, contribuindo, sobremaneira, para conhecer com maior profundidade a Política de Proteção Social no espaço escolar selecionado para a investigação.

Enfim, compreende-se a Proteção Social expressa como Política Pública, pretendendo-se relacioná-la, pois, aos mecanismos/estratégias que podem remover/diminuir os fatores de ordem social que impedem ao adolescente de usufruir o direito fundamental à educação, conforme preceituam os documentos específicos.

Essas razões encaminharam, particularmente, para o problema de pesquisa assim formulado: *conhecer como se processam as práticas de Proteção Social ao aluno adolescente, promovidas pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense/campus Pelotas.*

Decorrentes deste problema de pesquisa foram definidas as questões orientadoras da investigação: 1) *Quais as práticas de Proteção Social direcionadas aos alunos adolescentes no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense/campus Pelotas quanto à abrangência e às formas de operacionalização?* 2) *Quais as condições favorecedoras e/ou restritivas das práticas institucionais de Proteção Social direcionadas aos alunos adolescentes no IF Sul/campus Pelotas?*

Definidos o tema, o problema e as questões de pesquisa, alguns desafios foram apontados ao pesquisador, conforme explicitados abaixo.

Em decorrência dessas definições, surgiu o primeiro desafio: estabelecer o objetivo geral e os objetivos específicos da investigação. O objetivo geral ficou assim estabelecido: *configurar como se processam as práticas institucionais de Proteção Social aos alunos adolescentes do IF Sul/campus Pelotas.* De modo consequente, foram definidos os objetivos específicos da pesquisa: 1) *caracterizar as práticas institucionais de Proteção Social aos alunos adolescentes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense/campus Pelotas quanto à abrangência e formas de operacionalização;* 2) *revelar condições favorecedoras e/ou restritivas das práticas institucionais de Proteção Social direcionadas aos alunos adolescentes, no sentido de contribuir para o aperfeiçoamento e expansão desse processo, especialmente no Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense.*

O segundo desafio esteve relacionado à explicitação teórica do tema selecionado, construída a partir das produções de inúmeros estudiosos (ANDRADE, ZIMMERMANN, 2008, 2012, 2013; NOGUEIRA, 2014; POIRIER, 2011; RIZZINI, 2000, 2007; VIANA, LEVCOVITZ, 2005; PEREIRA, 2009), cujas ideias se mostraram às vezes convergentes, às vezes divergentes.

O terceiro desafio reafirmou o local de realização da pesquisa. Foi escolhido o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense –

IFSul/*campus* Pelotas para a concretização do estudo de caso, optando-se por efetivar uma pesquisa de abordagem qualitativa, a qual aprofundou a compreensão do fenômeno investigado.

O quarto desafio referiu-se à metodologia de trabalho, que contemplou, para a coleta de dados, a análise documental, a entrevista semiestruturada com profissionais do IFSul/*campus* Pelotas e a realização de grupos focais, envolvendo alunos adolescentes do Curso de Eletrotécnica beneficiados e não beneficiados pela Assistência Estudantil, bem como alunos participantes do Grêmio de Estudantes. Para a análise e interpretação dos dados, procedeu-se à categorização das informações que consistiu na organização de ideias confluentes, geradas nos depoimentos de profissionais e alunos adolescentes, tipificados como sujeitos da pesquisa. De posse do material informativo, foi realizada a análise de conteúdo, que permitiu estabelecer inferências generalizadoras a respeito das questões e do problema de pesquisa.

A fim de sistematizar o caminho percorrido na busca de respostas aos desafios que se apresentaram ao pesquisador, organizou-se esta Dissertação que, na Introdução, intenta delinear o trabalho realizado, destacando os diferentes momentos de sua construção.

Os fundamentos que possibilitaram a sustentação teórica, os movimentos metodológicos e as análises/interpretações dos dados coletados estão organizados em cinco capítulos.

O primeiro Capítulo – POLÍTICA DE PROTEÇÃO SOCIAL: CAMINHOS PARA A GARANTIA DOS DIREITOS SOCIAIS – enfoca dois eixos inter-relacionados: a Política de Proteção Social e a Política Pública, entendendo-os como espaços nos quais se insere e se produz o foco central desta Dissertação – a Proteção Social ao adolescente. Os eixos privilegiados neste Capítulo estão embasados a partir das produções de diferentes autores, o que permitiu ampliar as reflexões acerca desses temas.

O segundo Capítulo – POLÍTICA DE PROTEÇÃO SOCIAL AO ADOLESCENTE: REALIDADE E PERSPECTIVAS – contempla uma revisão teórica sobre adolescência e adolescente, focos indispensáveis à concretização dos propósitos do trabalho dissertativo. Configura-se o movimento histórico-

conceitual e legal relativamente a esses dois enfoques, analisando-os de modo interdependente e interinfluyente às Políticas de Proteção Social. São destacadas as principais vulnerabilidades que atingem os adolescentes no Brasil e indicados os direitos que lhes são inerentes.

O terceiro Capítulo – TRAJETÓRIA METODOLÓGICA: TECENDO A PESQUISA COM VÁRIOS FIOS – aborda o processo investigativo, descrevendo os procedimentos de coleta e análise/interpretação de dados da pesquisa, caracterizada como de abordagem qualitativa e constituída como estudo de caso realizado no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense/*campus* Pelotas.

O quarto Capítulo – PROTEÇÃO SOCIAL AO ADOLESCENTE NO INSTITUTO FEDERAL SUL-RIO-GRANDENSE: PROPOSTAS E POSSIBILIDADES – configura-se como o espaço no qual são analisados e interpretados os dados coletados na pesquisa documental. Caracteriza-se o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense/*campus* Pelotas, retomando-se a trajetória histórica desta Instituição no contexto da educação brasileira. São analisados e interpretados os dados obtidos na análise documental, abrangendo o Estatuto, Regimento, Plano de Desenvolvimento Institucional, Regulamento da Política de Assistência Estudantil, Projetos e Planos de Ação, atentando, especificamente, para os registros acerca da Política de Proteção Social ao estudante adolescente.

O quinto Capítulo – PROTEÇÃO SOCIAL AO ADOLESCENTE NO IFSUL: PERSPECTIVA DOS SUJEITOS DA PESQUISA – concentra-se na análise e interpretação dos depoimentos dos profissionais e adolescentes, buscando-se entender as contribuições relacionadas às perspectivas da Proteção Social no IFSul/*campus* Pelotas. Esses depoimentos foram analisados a partir de categorias estabelecidas, destacando-se inferências que conduzem às respostas sobre o problema e as questões norteadoras da pesquisa. Entende-se que essas conclusões são provisórias, encontrando-se na dependência das situações analisadas em um determinado tempo-espaço institucional. Devem, pois, ser percebidas como fontes desencadeadoras para novas pesquisas.

As CONSIDERAÇÕES FINAIS retomam pressupostos privilegiados ao longo do trabalho, reafirmando as conclusões e indicando pontos de partida para novos estudos e configurações da Proteção Social ao adolescente, pretendendo-se

contribuir para intervenções positivas no sentido de minimizar vulnerabilidades socioeducativas, prevenindo o insucesso escolar e possibilitando, cada vez mais, o acesso do adolescente aos direitos sociais.

CAPÍTULO 1
POLÍTICA DE PROTEÇÃO SOCIAL:
CAMINHOS PARA A GARANTIA DOS DIREITOS SOCIAIS

[...] o reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana e de seus direitos iguais e inalienáveis é o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo.

(DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS
HUMANOS. Preâmbulo)

Neste Capítulo, privilegia-se a construção teórica de dois focos inter-relacionados – a Política de Proteção Social e a Política Pública, considerando-os como âmbitos nos quais se insere e se movimenta o eixo central desta Dissertação – a Proteção Social ao adolescente.

Para tanto, foram consultados autores e documentos que tratam especificamente desses dois focos, procurando-se ressaltar aqueles aspectos que, de maneira pertinente, respondem aos propósitos deste trabalho e possibilitam engendrar encaminhamentos ao problema de pesquisa.

Acentua-se, neste Capítulo, o valor de se fundamentar os focos – Política de Proteção Social e Política Pública – com base em diferentes óticas, as quais poderão ser convergentes ou não, mas que contribuem para a ampliação das reflexões acerca desses temas, permitindo, certamente, fundamentar e analisar os dados da investigação.

Primeiramente, busca-se construir o referencial teórico sobre Política de Proteção Social e, posteriormente, sobre Política e Política Pública, por entendê-las como âmbitos que se inter-relacionam e se complementam. Trata-se com relevo do tema relativo à Política de Proteção Social, intentando situá-lo na especificidade da pesquisa.

1.1 POLÍTICAS DE PROTEÇÃO SOCIAL

As Políticas de Proteção Social estão associadas às formas de dependência intrínsecas ao ser humano que, na trajetória da humanidade, geraram diferentes necessidades.

Assim, historicamente, “[...] todas as sociedades, de alguma forma, desenvolveram sistemas de proteção aos riscos sociais de sua comunidade” (ANDRADE, 2013, p. 1).

Na Antiguidade, essas necessidades advinham de fatores naturais e/ou ambientais, como referem Viana e Levcovitz (2005, p. 15): “[...] as fases do ciclo de vida que geram dependência – infância, maternidade, velhice -, a doença, a carência de alimentos e os fatores geoclimáticos que produzem calamidades de grande impacto coletivo, tipo epidemia ou carestia”.

Inicialmente, as necessidades dessa proteção ficaram a cargo dos chamados agentes de sociabilidade primária, ou seja, família, igreja, grupos e associações (ANDRADE; ZIMMERMANN, 2012).

Entretanto, estudiosos como Viana e Levcovitz (2005), referenciados em Girotti (2000) e Esping-Andersen (1991), contestam essa explicação sobre a origem da necessidade de Proteção Social aos seres humanos. Consideram que as situações de dependência são provenientes de fatores políticos, sociais e culturais. Viana e Levcovitz (2005, p. 16) consideram que são “[...] as relações de dependência geradas pela desigualdade social que produziram ao longo do tempo os conceitos e tipos mais significativos de política social e o conceito de proteção social”.

Viana e Levcovitz (2005, p. 17) entendem que a Proteção Social consiste

[...] na ação coletiva de proteger indivíduos contra os riscos inerentes à vida humana e/ou assistir necessidades geradas em diferentes momentos históricos e relacionadas com múltiplas situações de dependência. Os sistemas de proteção social têm origem na necessidade imperativa de neutralizar ou reduzir o impacto de determinados riscos sobre o indivíduo e a sociedade.

Compreende-se, pois, que os Sistemas de Proteção Social resultam da intenção pública de “[...] resguardar a sociedade dos efeitos dos riscos clássicos:

doença, velhice, invalidez, desemprego e exclusão por renda, raça, gênero, etnia, cultura, etc.” (VIANA; LEVCOVITZ, 2005, p. 17).

O processo de consolidação da Proteção Social ocorreu como resultado de duas razões principais: uma primeira razão estaria associada ao desenvolvimento do capitalismo e ao acentuado crescimento das desigualdades sociais; outra razão estaria ligada ao “[...] aumento das lutas, mobilizações e conquistas da classe trabalhadora, aliadas à sua capacidade de consolidação de alianças políticas nos parlamentos e à franca expansão das massas *médias* urbanas” (ANDRADE; ZIMMERMANN, 2012, p. 6).

Independentemente da posição adotada, é notório que

[...] as sociedades antiga, moderna e contemporânea demonstram e registram formas de solidariedade social que, atuando de modo extremamente rústico ou com altos níveis de sofisticação organizacional, têm percorrido, no tempo e no espaço, os grupos sociais como um processo recorrente e universal (DI GIOVANNI, 1998, p. 9).

Isso significa que a Proteção Social, ao longo da história, foi exercida por instituições especializadas e não-especializadas e, nas sociedades mais complexas, se faz por meio de sistemas específicos. No primeiro caso, as funções sociais mesclam-se com outras de igual importância social; no segundo caso, caracterizam-se pela especialização e visibilidade, tornando-se um dos pontos centrais da vida coletiva (DI GIOVANNI, 1998, p. 9).

Portanto, de acordo com esse autor (1998, p. 10), Sistemas de Proteção Social são as formas, institucionalizadas ou menos institucionalizadas, que

[...] as sociedades constituem para proteger parte ou o conjunto de seus membros. Tais sistemas decorrem de certas vicissitudes da vida natural e social, tais como a velhice, a doença, o infortúnio e as privações. Incluo neste conceito, também, tanto as formas seletivas de distribuição e redistribuição de bens materiais (como a comida e o dinheiro), quanto de bens culturais (como os saberes), que permitirão a sobrevivência e a integração, sob várias formas, na vida social. Incluo, ainda, os princípios reguladores e as normas que, com intuito de proteção, fazem parte da vida das coletividades.

Desse modo, o resgate da trajetória da Proteção Social permite constatar que as sociedades, ainda que de forma variada, sempre alocaram recursos e empenharam esforços para a efetivação de atividades nesse sentido. Essa

diversidade quanto à Proteção Social esteve/está na dependência de critérios históricos e culturais, os quais incluíram/incluem uma dimensão de poder (DI GIOVANNI, 1998). Basicamente, os critérios de alocação de recursos e de esforços apresentam três modalidades: tradição (conjunto de valores como caridade, fraternidade, solidariedade); troca (conjunto de práticas econômicas); política (configurada, principalmente, na presença do Estado como gestor, regulador e produtor das relações de Proteção Social). Assim, a Proteção Social como política propõe-se “[...] a afirmar medidas que ampliem as certezas e as condições de vida em sociedade” (ANDRADE; ZIMMERMANN, 2013).

De modo geral, é possível distinguir-se a existência de dois tipos de Sistemas de Proteção Social: o antigo sistema que mobilizou a família, a comunidade e as associações filantrópicas e religiosas, que vigorou até o início do Século XX; o mais recente sistema que emergiu no “[...] momento da intervenção das categorias profissionais e do Estado, na assunção das funções clássicas da proteção social” (VIANA; LEVCOVITZ, 2005, p. 17).

Infere-se, ainda de acordo com Di Giovanni (1998), que os Sistemas de Proteção Social assumiram maior importância nas sociedades capitalistas da Europa, sendo que o seu traço mais marcante é o fato de serem implantadas e geridas pelo Estado.

Nos tempos contemporâneos, os Sistemas de Proteção Social, conforme afirmam Zimmermann e Andrade (2008, p. 1), “[...] implicam na redistribuição de recursos e serviços sociais como forma de controlar os riscos inerentes à sociedade capitalista”, sendo que

[...] a existência de um conjunto de garantias mais ou menos assumidas pelo Estado não exclui a persistência e a composição de formas privadas de intervenção, seja na forma de relações mercantis ou mesmo na mediação fundada em vínculos tradicionais.

Todavia, Andrade (2013, p. 1) considera que “[...] a presença ativa do Estado, com maior ou menor intensidade, é que torna viável a expansão da proteção social e a configuração do que se concebe como *welfare state*”.

O conceito de *welfare state* ou Estado de Bem-Estar Social teve sua origem no entendimento de que existem direitos sociais inerentes a todo ser humano.

Na compreensão dessa teoria, todo sujeito tem o direito, desde o seu nascimento, a um conjunto de bens e serviços que lhe deve ser fornecido diretamente por meio do Estado, ou indiretamente, mediante seu poder de regulamentação sobre a sociedade civil, contemplando direito à saúde e à educação, auxílio ao desempregado, garantia de renda mínima e, ainda, recursos adicionais para a sustentação de filhos, entre outros.

A respeito de *welfare state*, Arretche (1995, p. 1) considera-o como um fenômeno do século XX, cuja “[...] provisão de serviços sociais, cobrindo as mais variadas formas de vida individual e coletiva, tornou-se um direito assegurado pelo Estado a camadas bastante expressivas da população dos países capitalistas desenvolvidos”. Países como a Alemanha, por exemplo, já tinham implantado, no fim do século XIX, Políticas de Proteção Social a idosos, mulheres, incapacitados, etc. No entanto, é certo que o fenômeno do *welfare state* expandiu-se e institucionalizou-se no período pós-guerra, disseminando programas que asseguravam o direito à aposentadoria, habitação, educação, saúde, dentre outros.

Ao longo do tempo, permaneceram controvérsias a respeito das razões e do significado desse fenômeno (ARRETCHE, 1995). No sentido de configurar os principais argumentos que caracterizam o *welfare state*, esta autora (1995) elenca-os a partir dos posicionamentos de pesquisadores sobre o tema:

- o *welfare state* é um desdobramento necessário das mudanças postas em marcha pela industrialização das sociedades;

- o *welfare state* é uma resposta às necessidades de acumulação e legitimação do sistema capitalista;

- o *welfare state* é resultado de uma ampliação progressiva de direitos: dos civis aos políticos, dos políticos aos sociais;

- o *welfare state* é resultado de um acordo entre o capital e trabalho organizado, dentro do capitalismo;

- há diferentes *welfare states*: eles são resultado da capacidade de mobilização de poder da classe trabalhadora no interior de diferentes matrizes de poder;

- o *welfare state* é resultado de configurações históricas particulares de estruturas estatais e instituições políticas.

A respeito desses argumentos, Nogueira (2014, p. 91) afirma que Arretche (1995) teve a intenção de “[...] buscar os argumentos explicativos contidos nas construções formuladas, identificando as perspectivas relevantes – de ordem econômica e política, que viabilizaram a categorização e não uma apreciação sobre as teorias explicativas”. Neste trabalho, servem como pontos orientadores quanto ao *welfare state* no contexto da Política de Proteção Social.

Referenciada em Lenhart e Offe (1984), Nogueira (2014, p. 6) esclarece que “[...] o desenvolvimento do *welfare state* se vincula à necessidade de compatibilização entre duas exigências contraditórias – da classe trabalhadora e de acumulação do capital”. Aborda essa autora (2014, p. 6) que um dos fundamentos nucleares do *welfare state* seria a construção da cidadania social que supõe a “[...] participação na riqueza socialmente produzida, aliada ao reconhecimento de uma igualdade intrínseca entre as pessoas – razão ético-política do Estado-nação moderno”.

Do exposto, é possível concluir-se que a Política de Proteção Social visa a diminuir as consequências de determinados riscos sobre o sujeito e a coletividade, sob as mais variadas justificativas, que vão desde a promoção da justiça social, passando pela motivação ética, econômica e geopolítica.

1.2 SIGNIFICADO DE PÚBLICO NA POLÍTICA SOCIAL

Nessa busca conceitual, torna-se importante discorrer sobre o significado de público na constituição da Política Pública. A conceituação de público remete aos preceitos originados na Grécia e na Roma antigas e que sofreram alterações ao longo da história da humanidade.

Em tais movimentos de mudanças, a esfera familiar foi substituída pelos grupos sociais ou comunitários. Assim, a privacidade foi açambarcada pelo público e sustentada pela ideia de que todos devem ser iguais em uma determinada comunidade. Desse modo, a figura do pai provedor foi assumida pelos grupos sociais. Portanto, “[...] pelo fato de existir um pensar coletivo, a privacidade acaba sendo absorvida pelo público” (BARBOSA, 2005, p. 74). Todavia, o público, em grande proporção, não conseguiu responder, de forma equitativa, às necessidades de seus integrantes. Ainda no século XXI, países periféricos e em desenvolvimento “[...] continuam a reivindicar o

simples direito natural à vida, ou seja, o direito à sobrevivência, que permanece sendo um tema para o qual não se logrou qualquer solução final e concreta” (BARBOSA, 2005, p. 76). E ainda acrescenta a autora (2005, p. 76):

[...] as questões e direitos relativos à sobrevivência (entre eles estão a alimentação, a saúde, a educação, o trabalho, a moradia que se resumem na reivindicação por uma vida mais digna, a um mínimo material ou econômico que seja suficiente para possibilitar a cada homem a chance de existir), por não terem sido ainda devidamente resolvidos, não foram absolutamente superados por outros concernentes à qualidade de vida (paz, preservação e equilíbrio do meio ambiente, direito à opção sexual livre, etc.).

Ao se reduzir a diversidade do termo público, chega-se à sua ligação com o âmbito estatal, sendo possível afirmar-se que se trata do espaço destinado ao Estado e que, portanto, se refere à coletividade, ao direito de todos, à realização do bem-comum.

Desse entendimento, conclui-se que o público se apresenta como um processo de identificação e compartilhamento de interesses comuns, em torno dos quais as ações se efetivam.

Quanto à Política Pública, Sampaio e Araújo Jr. (2006, p. 336) afirmam que é possível compreendê-la

[...] enquanto conceito amplo e abrangente, desvinculando-o das diversas áreas a que pode ser aplicado, entendendo-as enquanto ações públicas que tentam regular os problemas públicos, ou seja, problemas que surgem no bojo de uma sociedade e que têm relevância social.

Entende-se, pois, que Política Pública compõe o arcabouço de diretrizes e bases, adotado pelo Estado, no sentido de encontrar alternativas para um problema evidenciado pela sociedade, caracterizando-se como uma resposta que o Estado assume diante desse problema ou dessa necessidade.

A política, assim, torna-se pública em razão de interesses públicos e fins públicos que assume, mesmo que não sejam subsidiadas ou implementadas pelo poder estatal, como ocorre, muitas vezes, com organizações não-governamentais – ONGs, as quais promovem Políticas Públicas. Nesses casos, suas ações “[...] devem ser reguladas pelo Estado e estar a serviço dos seus objetivos últimos, quanto ao bem-estar coletivo” (SAMPAIO; ARAÚJO JR., 2006, p. 336).

Desse modo, a Política Pública não deve ser entendida somente como conjunto de leis e normas que caracterizam os direitos humanos, traduzido em programas e ações que se concretizam como possibilidade de inclusão social. Segundo Sampaio e Araújo Jr (2006), deve a Política Pública ser traduzida em práticas que permitam a participação, por meio do diálogo, entre poderes instituídos e população.

Ressalta-se, contudo, que a Política Pública tem o propósito, além de apaziguar conflitos, implantar/implementar a assistência quanto à previdência social, à prestação de serviços, à proteção jurídica, à construção de equipamentos sociais (BARROS, 2012). É importante destacar que a Política Pública não consegue eliminar, totalmente, o conflito social, que, na verdade, se constitui na força propulsora da dinâmica social. Nesse sentido, Sampaio e Araújo Jr. (2006, p. 336) oferecem sua contribuição:

É imprescindível salientar que políticas públicas constituem-se num processo dinâmico onde interage uma diversidade de atores e intenções, jogos de poder, recursos financeiros, estruturas políticas e sociais, entre outros, não sendo apenas resultado de definições, restritas ao campo político, e da execução dessas, restritas ao campo administrativo. São ações públicas que visam a responder, ou seja, se estruturam a partir de uma realidade concreta.

Entende-se, pois, que não existe um único conceito para Política Pública, nem mesmo uma melhor definição para esse importante enfoque. Há, sim, aspectos ou propósitos que procuram caracterizá-la, tais como: campo que analisa o governo à luz das questões públicas; conjunto de ações do governo que pretende produzir efeitos específicos em determinados segmentos da sociedade; atividades dos governos, implementadas diretamente ou por meio de delegação, objetivando influenciar a vida dos cidadãos.

Nessa compreensão, a Política Pública precisa manter diálogo entre a formulação e a concretização, acompanhando e avaliando o que foi definido e o que está sendo executado, permitindo a constante reformulação da política em foco.

1.3 POLÍTICA PÚBLICA DE PROTEÇÃO SOCIAL NO BRASIL

No Brasil, a Política de Proteção Social caracterizou-se, durante longo tempo, como residual, pontual e fragmentada, mediada entre a população beneficiária e o Estado por meio de organizações da sociedade civil. Isso provocou a resistência em reconhecer a Política de Proteção Social como direito a ser garantido pelo Estado, reforçando a subalternidade da população usuária às iniciativas filantrópicas. No período militar – 1964-1985, o Brasil forjou um Estado meritocrático, com políticas direcionadas às categorias de trabalhadores com mais poder de reivindicação, sendo que os serviços sociais as privilegiavam, deixando, assim, de se dirigir a todos os cidadãos em todas as suas necessidades (MESTRINER, 2001).

Todavia, desde a Constituição Federal de 1988, existe, no Brasil, a garantia de direito à saúde, previdência e assistência social, o que se constitui como um marco para os direitos sociais, considerando-se que ocorreu a ampliação do Sistema de Proteção Social e a institucionalização de princípios de universalização. Havia até aquele momento a garantia do direito à Educação, mas no âmbito da Proteção Social, destaca-se a conquista dos direitos intitulados como referentes à Seguridade Social.

Assim, foi instituído o Sistema Único de Assistência Social – SUAS – sistema público que organiza, de forma descentralizada, os serviços socioassistenciais no Brasil. Caracteriza-se como um modelo de gestão participativa, articulando os esforços e recursos dos três níveis de governo para a viabilização da Política Nacional de Assistência Social – PNAS.

O SUAS é regulamentado pela Lei nº 12.435, de 6 de julho de 2011, que alterou a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS e compõe-se pelo poder público e sociedade civil (BRASIL. MDS, SUAS, 2014).

Dentre os objetivos do Sistema Único de Assistência Social, destaca-se a Proteção Social que visa “[...] à garantia da vida, à redução de danos e à preservação da incidência de riscos” (BRASIL. MDS, SUAS, 2014, p. 1), incluindo, nessa proteção, a família, a maternidade, a infância, a adolescência e a velhice.

No Sistema Único de Assistência Social, a Proteção Social encontra-se organizada em níveis: Básica e Especial (Média e Alta Complexidade), conforme representada na figura a seguir.



Figura 1 – Níveis de Complexidade

Fonte: <<http://www.google.com.br/search?q=PROTEÇÃO+SOCIAL&client=Firefox-a&hs=hS0&rls=org.mozi>>.

A Proteção Social Básica – PSB – tem caráter preventivo; objetiva fortalecer os vínculos familiares e comunitários, considerando o desenvolvimento de potencialidades e aquisições; destina-se “[...] à população que vive em situação de fragilidade decorrente da pobreza, ausência de renda, acesso precário ou nulo aos serviços públicos ou fragilização de vínculos afetivos” (BRASIL. MDS, 2013, p. 1). A Proteção Social Básica prevê a oferta de

[...] serviços, programas e projetos locais de acolhimento, convivência e socialização de famílias e indivíduos, conforme identificação da situação de vulnerabilidade apresentada. Esses serviços e programas deverão incluir as pessoas com deficiência e ser organizados em rede, de modo a inseri-las nas diversas ações ofertadas. Os Benefícios Eventuais e os Benefícios de Prestação Continuada (BPC) compõem a Proteção Social Básica, dada a natureza de sua realização (BRASIL. MDS, 2013, p. 1).

A Proteção Social Básica viabiliza-se por meio de Centros de Referência de Assistência Social¹ – CRAS – e da rede de serviços socioeducativos² direcionados para grupos específicos – crianças, adolescentes, idosos (BRASIL. MDS, 2013).

Os principais benefícios, programas e serviços incluídos na Proteção Social Básica são: Programa de Atenção Integral às Famílias – PAIF; Programa Bolsa Família; Benefício de Prestação Continuada – BPC; Serviços para Crianças de 0 a 6 anos; Pró-Jovem; Proteção Básica à Pessoa Idosa.

As atividades de Proteção Social Especial – PSE – são diferenciadas de acordo com níveis de complexidade – média ou alta, conforme a situação vivenciada pelo indivíduo ou família.

Diferentemente da Proteção Social Básica, que tem caráter preventivo, a Proteção Social Especial tem natureza protetiva. É constituída por

[...] ações que requerem o acompanhamento familiar e individual e maior flexibilidade nas soluções. Comportam encaminhamentos efetivos e monitorados, apoios e processos que assegurem qualidade na atenção (...). Os serviços de PSE atuam diretamente ligados com o sistema de garantia de direito, exigindo uma gestão mais complexa e compartilhada com o Poder Judiciário, o Ministério Público e com outros órgãos e ações do Executivo. Cabe ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), em parceria com governos estaduais e municipais, a promoção do atendimento às famílias ou indivíduos que enfrentam adversidades (BRASIL. MDS, 2013, p. 1).

Desse modo, a Proteção Social Especial objetiva contribuir para prevenir que situações de violação de direitos sejam agravadas, pretendendo potencializar recursos para reparar eventos de risco pessoal e social, violência, fragilização e rompimento de vínculos familiares, comunitários e/ou sociais.

Considerando a gravidade de cada situação, a natureza e o tipo de atendimento ofertado, a Proteção Social Especial divide-se em Proteção Social Especial de Média Complexidade e Proteção Social Especial de Alta Complexidade.

¹ **Centro de Referência de Assistência Social:** “[...] unidade pública da Assistência Social que oferta serviços e ações e possui a função de gestão territorial da rede de assistência social básica, promovendo a organização e a articulação das unidades a ele referenciadas e o gerenciamento dos processos nele envolvidos” (BRASIL. MDS, 2013, p. 1).

² **Rede de Serviços Socioeducativos:** “[...] atividades continuadas que objetivam a melhoria da qualidade de vida da população, com ações focadas no atendimento das necessidades básicas. Esses serviços buscam o fortalecimento de vínculos sociais e familiares para superação das vulnerabilidades e melhoria da qualidade de vida do cidadão” (BRASIL. SEDEST, 2014, p. 1).

A Proteção Social Especial de Média Complexidade destina-se a indivíduos e famílias com seus direitos violados, cujos vínculos familiares e comunitários, entretanto, não foram rompidos, mas que requerem atenção especializada e individualizada, assim como acompanhamento sistemático e monitorado. Intenta “[...] assegurar efetividade no atendimento às demandas da família e sua inserção em uma rede de proteção necessária para a potencialização das possibilidades de superação da situação vivida” (BRASIL. MDS, 2014, p. 1).

Os serviços de Média Complexidade são direcionados: a adolescente em cumprimento de medida socioeducativa; a indivíduos que enfrentam afastamento do convívio familiar devido à aplicação de alguma medida judicial; a pessoas com deficiência, idosas e a seus familiares; a pessoas em situação de rua; a pessoas que são vítimas de exploração sexual ou trabalho infantil.

A Proteção Social Especial de Alta Complexidade oferta seus serviços em Unidades de Acolhimento, tais como: abrigos institucionais, repúblicas, albergues, casas de passagem, residência inclusiva, casas lares. Essas Unidades destinam-se “[...] a pessoas e/ou famílias afastadas temporariamente de seus familiares e/ou comunidade, buscando garantir a proteção integral, assegurando local para repouso, alimentação, higiene, segurança, atendimento psicossocial, etc.” (BRASIL. MDS, 2014, p. 1).

Os serviços de Proteção Social Especial são ofertados pelo Centro de Referência Especializado em Assistência Social - CREAS³.

As práticas de Proteção Social podem, ainda, ser exercidas em níveis de sociabilidade primária e secundária.

Barros (2012, pp. 2-3) explica esses dois níveis de Proteção Social:

A proteção primária, mais próxima, é exercida por familiares e vizinhos, e pode ser contextualizada pela esfera privada. Determinadas regulações da sociabilidade primária ligam diretamente os membros de um grupo a partir de seu pertencimento familiar, da vizinhança, do trabalho e tecem redes de interdependência sem a mediação de situações específicas. Considera-se proteção social secundária aquela desempenhada por instituições públicas e/ou privadas, sistemas relacionais deslocados em relação aos grupos de pertencimento familiar, de vizinhança, de trabalho. A partir desse desatrelamento, vão se desenvolver montagens cada vez mais complexas que dão origem a estruturas de atendimento assistencial cada vez mais sofisticadas.

³ **Centro de Referência Especializado em Assistência Social:** “[...] unidade pública e estatal, que oferta serviços especializados e continuados a famílias e indivíduos em situação de ameaça ou violação de direitos, dentre eles a violência física, psicológica, sexual, tráfico de pessoas, cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, etc.” (BRASIL. MDS, 2013, p. 2).

Há de se destacar, também, que a Constituição Federal de 1988 imprimiu importantes mudanças na Política de Proteção Social brasileira, a qual passou a ter, como base, o direito de cidadania. Os benefícios e serviços sociais, a partir de então, deixaram de ser apresentados como “concessões” e vêm sendo convertidos em “direitos” da população necessitada, contribuindo para a edificação de uma nova ordem democrática, superando noções anteriores que os vinculam à benemerência quando não à total exclusão de quaisquer proteções, seja pela sociedade ou pelo poder público.

CAPÍTULO 2

POLÍTICA DE PROTEÇÃO SOCIAL AO ADOLESCENTE: REALIDADE E PERSPECTIVAS

Cada sujeito que toma parte em uma situação é um ser único.

(MIRANDA, 2001, p. 13)

Neste Capítulo, efetiva-se uma revisão teórica acerca da Adolescência e do Adolescente, destacando-se aspectos indispensáveis à concretização da proposta dissertativa.

Assim, o principal objetivo deste Capítulo é o de configurar o movimento histórico-conceitual e legal a respeito desses dois enfoques, analisando-os de modo interdependente e interinfluyente às Políticas de Proteção Social.

Para tanto, são apresentadas, primeiramente, concepções de Adolescência e de Adolescente construídas ao longo do tempo, a partir de diferentes perspectivas, dentre as quais se destacam a biomédica, a psicológica, a sociológica e a educativa. Em seguida, é mostrada, em linhas gerais, a realidade da adolescência no Brasil, ressaltando-se os fenômenos de vulnerabilidade que atingem os adolescentes, conforme Relatório sobre a Situação da Adolescência Brasileira/2011/Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF.

Como terceira abordagem deste Capítulo, trabalha-se com os documentos que conferem legitimidade, no Brasil, às políticas de Proteção Social aos adolescentes: a Constituição Federativa do Brasil/1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente/1990, situados no contexto socioeconômico do País.

Esses enfoques estão entrelaçados aos direcionamentos da pesquisa.

Assim, a Proteção Social ao adolescente, com enfoque em sua realidade e perspectivas, constitui-se como segundo eixo orientador desta Dissertação, o qual serviu para delimitar o espaço da pesquisa.

2.1 ADOLESCÊNCIA E ADOLESCENTES: CONCEITOS FUNDANTES

O resgate da trajetória histórico-conceitual de adolescência e de adolescente objetiva identificar as transformações relativas ao desenvolvimento humano, em suas múltiplas dimensões, assim como compreender as formas como cada momento do percurso da humanidade caracterizou-os culturalmente.

Etimologicamente, adolescência provém do verbo *adolescere*, que significa brotar, fazer-se grande, implicando em processo de mudança.

O tema relativo à adolescência tem sido tratado, nos últimos anos, de forma intensa, diversificando os aspectos enfocados e apresentando novas questões e desafios às Políticas Públicas concernentes a essa faixa do desenvolvimento humano (RIZZINI, 2007).

Assim, existe, na literatura especializada, vasta contribuição acerca do fenômeno da adolescência. Entretanto, não há consenso a respeito de suas abordagens. As questões são inúmeras e apontam para controvérsias passíveis de continuados debates. E, desse modo, muitos conhecimentos continuam a ser produzidos, porém nenhum conclusivo a respeito da adolescência e do adolescente.

A começar pelo aspecto referente à idade, não existe unanimidade determinando o período exato de duração da adolescência. Muitos autores estabelecem seu período etário entre doze e dezoito anos. São encontrados, também, estudos que não privilegiam a idade como critério exato e rígido para situar o fenômeno da adolescência, considerando-a muito mais como um processo cultural do que natural de desenvolvimento do ser humano (CHAGAS, 2012).

As questões relativas à adolescência são encontradas no decorrer dos tempos. Na contemporaneidade, a construção de conhecimento sobre essa etapa da vida mereceu, primeiramente, a atenção da área da Psicologia, para chegar, finalmente, a se constituir em tema multidisciplinar.

Por isso, a conceituação de adolescência não pode ser rígida. De acordo com situações próprias de cada cultura, bem como da perspectiva pela qual é analisada, ela é definida e caracterizada de forma peculiar.

De modo geral, é permitido entendê-la como uma fase do desenvolvimento humano, sem demarcação precisa, constituindo-se em etapa de transição da infância para a idade adulta, compreendida entre idades cronológicas bastante diversificadas. Por essa razão, são adotados, comumente, critérios diversos para identificar a adolescência. Freitas (2012, p. 3) esclarece que a definição de adolescência:

[...] pode ser desenvolvida por uma série de pontos de partida: como uma faixa etária, um período da vida, um contingente populacional, uma categoria social, uma geração... Mas todas essas definições se vinculam, de algum modo, à dimensão de fase do ciclo vital entre a infância e a maturidade. Há, portanto, uma correspondência com a faixa de idade, mesmo que os limites etários não possam ser definidos rigidamente. (...) a noção de geração remete à ideia de similaridade de experiências e a questões dos indivíduos que nasceram num mesmo momento histórico, e que vivem os processos das diferentes fases do ciclo de vida sob os mesmos condicionantes das conjunturas históricas.

Geralmente, o período da adolescência tem início com “[...] inúmeras alterações puberais de caráter biológico, que acarretam transformações sociais e psicológicas” (FREITAS, 2012, p. 5). Ocorre a maturação das funções fisiológicas ligadas à capacidade de reprodução, ao mesmo tempo em que acontecem transformações intelectuais e emocionais. Essa fase termina com a inserção do adolescente no mundo adulto (RIZZINI, 2007).

Como já afirmado, o estabelecimento de limites cronológicos para a adolescência é controverso. Os diferentes pontos de vista conduzem à grande dificuldade em definir, cronologicamente, o período da adolescência. Por isso, é prudente considerar variadas perspectivas nas quais os estudiosos procuram delimitar a etapa da adolescência – maturação sexual; maturidade legal; maturidade física; encontro de objeto de amor não-incestuoso; estabelecimento de repertório maduro de relações interpessoais; estabelecimento de padrões consistentes para tratar de conflitos internos e exigências da realidade (FREITAS, 2012).

A Organização Mundial da Saúde – OMS – define a adolescência entre 10 (dez) e 19 (dezenove) anos; a Organização das Nações Unidas – ONU – considera a adolescência entre 15 (quinze) e 24 (vinte e quatro) anos.

Entre os países, a definição do período da adolescência é também variável, atendendo aos costumes e às culturas locais. Geralmente, o período da adolescência,

desde a Antiguidade, esteve associado ao desenvolvimento humano e às grandes transformações que ocorriam nos seres humanos no período compreendido entre 10 (dez) e 18 (dezoito) anos (CERQUEIRA FILHO, 2013). Ainda na intenção de contribuir com uma referência para determinar o período da adolescência, Freitas (2012, p. 16) considera que esta

[...] começa com as reações psicológicas do jovem a suas mudanças físicas da puberdade e se prolonga até uma razoável resolução de sua identidade pessoal. Para alguns, o processo de maturação sexual pode começar na primeira década da vida e, para outros, jamais se conseguirá um firme senso de identidade pessoal.

No sentido de substantivar essa questão, recorre-se a Almeida (2012, p. 6) que assim se posiciona: “Para aqueles que definem o início da adolescência em termos fisiológicos, o atingimento da puberdade é o ponto final das mudanças fisiológicas que começam aos 10 anos e meio; e o início da adolescência se dá, portanto, a partir daí”.

Concordando com esse posicionamento, outros autores (CRAIDY, 1999; RIZZINI, 2007; DIMENSTEIN, 2012), em razão de importantes influências do desenvolvimento físico na caracterização do adolescente, entendem que essa fase deve ser considerada a partir da explosão pré-puberal

Compreende-se, portanto, que a caracterização da adolescência e as práticas por ela exigidas são tarefas difíceis, porque aos fatores biológicos específicos dessa fase do desenvolvimento humano se somam inúmeros determinantes socioculturais. Vê-se, assim, o adolescente inserido em uma sociedade que estabelece “[...] critérios para a definição do estado adulto, mais em termos de tradição social do que de maturidade biológica” (ALMEIDA, 2012, p. 32), o que, geralmente, provoca a chamada crise de gerações.

O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, em seu Artigo 2º, estabelece, como adolescente, a pessoa com idade entre doze e dezoito anos (BRASIL/ECA, 1991), referência utilizada neste estudo.

De modo geral, a adolescência, conforme compreensão de Eisenstein (2005, p. 1),

[...] é o período de transição entre a infância e a vida adulta, caracterizado pelos impulsos de desenvolvimento físico, mental, emocional, sexual e social e pelos esforços do indivíduo em alcançar os objetivos relacionados às expectativas culturais da sociedade em que vive.

Na intenção de dirimir a falta de consensualidade na caracterização da adolescência, existe, atualmente, uma tendência de pensá-la a partir de três condições: desenvolvimento biológico, aspecto psicológico, aspecto sociocultural.

Cavalcanti (2007, p. 2), a esse respeito afirma:

A adolescência, como tudo o que é humano, só pode ser realmente compreendida se fizermos um estudo dos diversos elementos estruturais que entram na composição do ser e do viver do homem. Isso implica na apreciação do biológico, do sociológico e do psicológico que, de modo interdependente e integrado, constituem o cerne da natureza humana. Quando não existe uma prévia convicção de que só o conjunto constitui o humano, há a tentação de, na aventura da análise, se deixar perder no encanto do pormenor e se apagar a perspectiva do homem como um ser global.

Há de se considerar, portanto, as alterações – físicas, psicológicas, cognitivas e sociais – que ocorrem nesses aspectos e o processo de distanciamento de formas de ver e sentir do adolescente que lhe eram próximas na infância. A isso se acrescenta a exigência social para que o adolescente desenvolva competências que o capacitem a assumir deveres e responsabilidades sociais à semelhança do adulto.

Desse modo, reafirma-se que a adolescência é um fenômeno de forte conotação cultural, que, muitas vezes, em razão das adversas condições sociais, o jovem, precocemente lançado no mercado de trabalho e na luta cotidiana pela sobrevivência, também antecipa as características psicológicas e socioculturais próprias dessa etapa de desenvolvimento. Isso implica, muitas vezes, na usurpação de seu direito à educação.

Assim, pode-se considerar que a duração da adolescência varia culturalmente de nação para nação e seu término não é marcado, apenas, por mudanças de ordem fisiológica. As mudanças são, sobretudo, de ordem sociocultural e têm sido objeto de estudos de diferentes áreas do conhecimento. O período da adolescência não guarda homogeneidade em si e é possível identificar etapas com diferentes características (CALLIGARIS, 2009).

Dentre essas características, se sobressai o desenvolvimento físico do adolescente, que é muito grande. A esse respeito, Cerqueira Filho (2013, p. 1) afirma:

As meninas, em geral, amadurecem sexualmente antes que os meninos. Aparecem os seios, a cintura se afina, os quadris alargam-se, ocorre a primeira menstruação. A barba começa a despontar nos meninos ao mesmo tempo em que lhes engrossa a voz, os pelos aparecem pelo corpo. Há uma intensa atividade glandular, hormonal, em ambos os sexos.

Paralelamente ao desenvolvimento físico, ocorrem modificações no âmbito social. Há uma tendência em valorizar o grupo de amigos, passando o adolescente a imitar o comportamento de outros adolescentes. Nesse período, os adolescentes apresentam grande atividade física (CERQUEIRA FILHO, 2013).

O mesmo autor (2013, p. 1) apresenta outras características do adolescente:

A independência surge com força, muitas vezes apresentando-se como rebeldia em relação às autoridades em geral. O apetite é imenso, a sociabilidade maior, muito embora a insegurança seja grande. Há um crescente interesse pelo mundo, e é comum o surgimento de preocupações sociais. Progressivamente, ocorre maior maturidade intelectual, embora a parte afetiva apresente-se muito contraditória. É comum períodos de serenidade sucederem-se a outros de extrema fragilidade. A insegurança que o adolescente sente apresenta-se ora sob a forma de uma aparente “superioridade” com relação aos adultos, ora por uma total dependência.

O desenvolvimento cognitivo é marcante no adolescente, o qual se mostra através do aumento da capacidade de realizar operações mentais; aprimoramento no processamento de operações e modificação dos processos geradores da consciência. Assim, desenvolve competências que o preparam para lidar com os múltiplos desafios do meio ambiente e com as relações sociais.

Em relação ao desenvolvimento cognitivo, o adolescente, de acordo com Rizzini (2007), apresenta características como:

1) pensar em possibilidades (o pensamento não se limita mais à realidade, mas permite ao adolescente gerar novas possibilidades de ação);

2) pensar de forma abstrata (a capacidade de abstrair desenvolve-se; o adolescente amplia sua capacidade de compreender estruturas complexas, sobretudo sociais, políticas, científicas, econômicas e morais);

3) trabalhar a metacognição (o próprio pensamento é alvo de reflexão, permitindo o direcionamento consciente da atenção, abrindo caminho para a autoreflexão e introspecção);

4) pensar de modo multidimensional (o adolescente torna-se capaz de levar em conta múltiplos aspectos dos fenômenos; compreende a interdependência de fenômenos de diferentes áreas; argumenta a partir de diferentes pontos de vista);

5) relativizar o pensamento (capacidade de compreender, cada vez mais, outros pontos de vista e sistemas de valores).

O aprofundamento de estudos sobre o adolescente tem encaminhado, atualmente, para o interesse em reformular o olhar sobre ele – em lugar de entendê-lo como “causador de problemas”, passar a percebê-lo com características capazes de promover o desenvolvimento pessoal e social.

2.2 SITUAÇÃO DA ADOLESCÊNCIA NO BRASIL: OS FENÔMENOS DE VULNERABILIDADE

Dados do Relatório sobre a Situação da Adolescência Brasileira/2011 do Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF – revelam a existência de 21 (vinte e um) milhões de adolescentes no País. Essa constatação requer profundas reflexões nos diversos segmentos da sociedade quanto às necessárias transformações nas relações, nas atitudes, na cultura, na educação e nas Políticas Sociais relativas a esse grupo etário.

Essa transformação deve entender, primeiramente, a adolescência como uma oportunidade de tratar o adolescente como sujeito de sua própria história, buscando superar a visão do adolescente como objeto ou problema. Essa nova visão, conduzida através do diálogo entre as gerações, produzirá inúmeras possibilidades de pensar e construir a sociedade do século XXI.

Poirier (2001, p. 4), referindo-se ao mesmo relatório, enfatiza que os estudos mais recentes sobre o desenvolvimento cognitivo destacam a adolescência como

[...] uma das mais ricas fases da vida humana, repleta de possibilidades de aprendizagem, de experimentação, de inovação. Uma etapa da vida que precisa ser vivida de forma plena, saudável, estimulante, protegida pelos direitos assegurados na Convenção sobre os Direitos da Criança e, no Brasil, no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Esse contingente populacional, reconhecido como constituído por adolescentes, representa para o Brasil um quadro singular de energias e possibilidades, ao mesmo tempo em que é marcado por profundas vulnerabilidades de diversas ordens. Diferentes formas de discriminação (raça, gênero, origem social e territorial, entre outras) determinam as possibilidades que os adolescentes têm de usufruir de seus direitos fundamentais, previstos na Doutrina de Proteção Integral.

A Doutrina de Proteção Social foi consagrada na Declaração Universal dos Direitos da Criança, em 1959, e na Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança da Organização das Nações Unidas, em 1989, assim como pela Constituição da República Federativa do Brasil/1988 e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA. De acordo com Luz (2014), a Doutrina de Proteção Social designa um sistema em que crianças e adolescentes, até dezoito anos de idade, são considerados titulares de interesses subordinados, frente à família, à sociedade e ao Estado, cujos princípios estão sintetizados no *caput* do Artigo 227 da Constituição Federal (2000, p. 58):

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

A Doutrina de Proteção Integral pressupõe que crianças e adolescentes devem ser reconhecidos como cidadãos plenos, porém sujeitos à proteção prioritária, em razão de que são pessoas em desenvolvimento físico, psicológico, moral (LUZ, 2014).

Nesse sentido, Poirier (2011, p. 5) assevera que isso será possível, principalmente, “[...] por meio de políticas públicas universais para todos os adolescentes e também de políticas específicas, desenhadas para essa fase especial da vida”.

Constata-se, assim, que o Brasil conta com

[...] a energia, a criatividade e a presença desses cidadãos (...) para estabelecer novas prioridades, para criar novas relações sociais, avançar em visões inovadoras sobre os desafios dos próximos anos, estabelecer novas formas de expressão, ampliar a consciência de seus cidadãos sobre questões ambientais e da diversidade e para exercer, enfim, uma curiosidade mais aguçada, tanto para inventar quanto para usufruir dos avanços nas tecnologias da informação e da comunicação (AVANCINI; ANDRADE; MELLO, 2011, p. 14).

Há de se reconhecer, portanto, a adolescência, segundo afirmam essas autoras (2011), como tempo de oportunidades: para os próprios adolescentes, que “[...] vivenciam uma fase de construção da autonomia, identidade, aprendizagens e descobertas” (2011, p. 14); para as famílias, que podem estabelecer um relacionamento baseado “[...] no diálogo franco e aberto, na troca de ideias e na

crescente participação dos adolescentes nas decisões familiares” (2011, p. 14); para as Políticas Públicas, “[...] com a adoção de estratégias inovadoras, específicas e multissetoriais, capazes de enxergar os adolescentes como autores de sua própria história” (2011, p. 15).

Para concretizar-se o direito de ser adolescente, torna-se necessário que família, sociedade e governo considerem a adolescência sob a perspectiva da equidade, promovendo seu desenvolvimento a partir de redução das vulnerabilidades e desigualdades que a impactam.

De acordo com Avancini, Andrade e Mello (2011, p. 21), para se garantir o direito de ser adolescente, “[...] é essencial que se conheçam e se enfrentem tais vulnerabilidades e desigualdades, transformando-as em oportunidades por meio de Políticas Públicas e da participação cidadã”.

O Relatório sobre a Situação da Adolescência Brasileira/2011/UNICEF apresenta nove fenômenos sociais⁴ que comprometem, de modo drástico, o desenvolvimento dos adolescentes no Brasil

A **pobreza e extrema pobreza** constituem situação de vulnerabilidade que potencializa outras vulnerabilidades; torna mais frágeis as Políticas de Proteção Social e a segurança dos adolescentes; favorece o surgimento de doenças, diminui a confiança do adolescente em seu próprio futuro; o segundo maior grupo de brasileiros que vive em famílias pobres é o do adolescente, correspondendo a um contingente de 7,9 milhões de jovens entre 12 (doze) e 17 (dezessete) anos.

A figura 2 representa a proporção da população brasileira que vive na pobreza, de acordo com a faixa etária.

⁴ Todas as informações relativas aos fenômenos que comprometem o desenvolvimento dos adolescentes, no Brasil, a seguir referidas, foram retiradas do Relatório sobre a Situação da Adolescência Brasileira/2011/UNICEF.

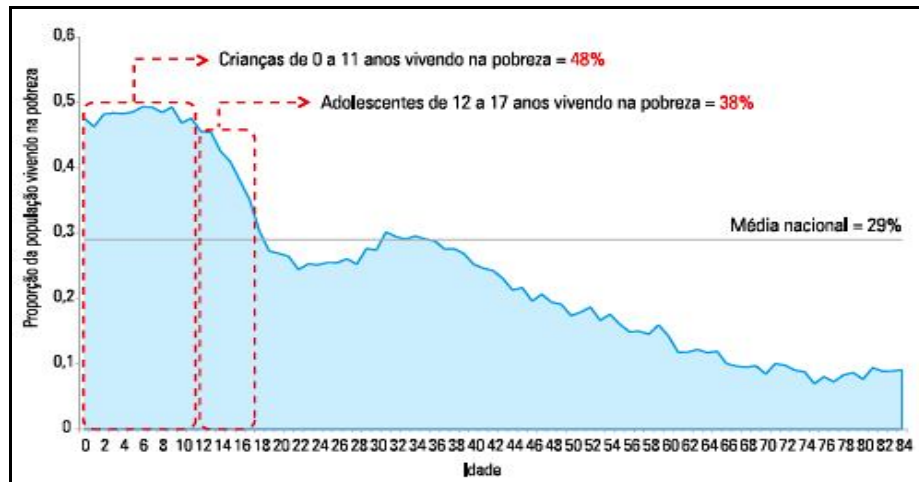


Figura 2 – Proporção da população vivendo na pobreza, por idade

Fonte: IBGE/PNAD, 2009.

Dados do Censo 2010/IBGE revelaram que 16 (dezesseis) milhões de pessoas viviam com renda mensal *per capita* de até R\$70,00 (setenta reais). Essa é a linha de extrema pobreza, de acordo com definição do governo federal, cujos dados embasam o Programa Brasil sem Miséria. Entretanto, o Relatório supra mencionado (2011) utiliza, como critério para identificar a população que vive em extrema miséria, a renda *per capita* inferior a um quarto do salário mínimo nacional.

O Relatório revelou que 17,6% dos adolescentes do País vivem em famílias de extrema pobreza, conforme apresentado na figura 3.

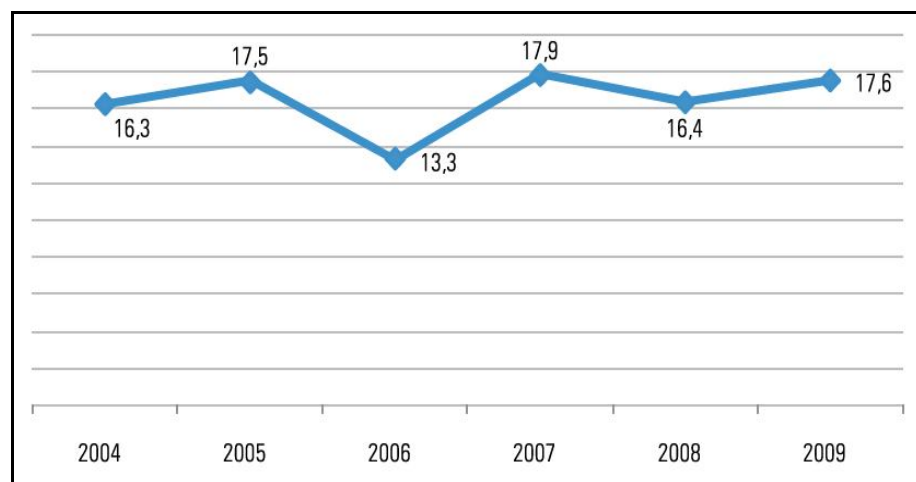


Figura 3 – Percentual de adolescentes que vivem em famílias extremamente pobres.

Fonte: IBGE/PNAD, 2009.

A **baixa escolaridade** é outro fenômeno que contribui para a vulnerabilidade do adolescente e que resulta de um processo de exclusão, cuja origem está nos seus primeiros anos de vida: falta de acesso à Educação Infantil e a precariedade do Ensino Fundamental.

Ainda que o Brasil tenha feito grandes avanços no sentido da universalização do Ensino Fundamental (acesso), não conseguiu o mesmo quanto à democratização (permanência e sucesso escolar).

Conforme afirmam Avancini, Andrade e Mello (2011, p. 31), pouco estimulados e apoiados,

[...] algumas vezes pressionados a contribuir para a renda familiar, crianças e adolescentes iniciam um ciclo de repetência e acabam abandonando os estudos. À medida que as séries escolares avançam, aumentam os índices de distorção idade-série e de evasão.

Desse modo, a baixa escolaridade limita as oportunidades que os adolescentes poderiam ter ao longo da vida. Conseqüentemente, deixa de lhe ser garantido o direito fundamental à educação de qualidade, condição *sine qua non* para o desenvolvimento dos seres humanos e das sociedades. Entende-se, pois, que, se a educação promove a vida, a baixa escolaridade a restringe. Do mesmo modo, a baixa escolaridade passa a fazer parte da engrenagem que gera pobreza e limita o desenvolvimento pessoal e social.

O Relatório sobre a Situação da Adolescência Brasileira/2011/UNICEF revelou que, em 2009, brasileiros de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos, num total de 85%, estavam matriculados em escolas. Todavia, pouco mais de 50% estava no nível escolar correspondente à idade (idade-série), sendo que 1,4 milhão de adolescentes deixara a escola. Dados estatísticos registram que a distorção idade-série, resultante principalmente da repetência, tem início já nas séries iniciais do Ensino Fundamental, fenômeno que restringe o acesso ao Ensino Médio.

A figura 4 registra a média de anos de estudos de adolescentes entre 15 (quinze) e 17 (dezessete) anos, o que permite inferir que, em média, o adolescente brasileiro não chega a concluir sequer o Ensino Fundamental de Nove Anos, ainda que seja possível verificar um pequeno crescimento da escolaridade.

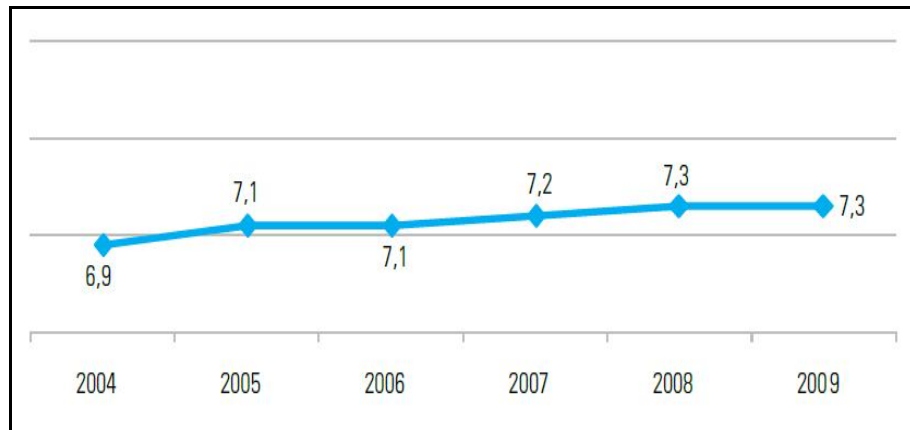


Figura 4 – Média de anos de estudo de adolescentes de 15 a 17 anos

Fonte: IBGE/PNAD, 2009.

Outro fenômeno que contribui para a vulnerabilidade do adolescente refere-se à **exploração do trabalho**. É assim considerada em razão de que o trabalho do adolescente, quase sempre, interfere em sua escolaridade, bem como contribui para o surgimento de riscos físicos e psicológicos, como acidentes, exposição a substâncias tóxicas, movimentos repetitivos em idade ainda de desenvolvimento. Acrescente-se que 80% dos adolescentes que trabalham o fazem de maneira desprotegida, sem a cobertura da legislação do trabalho e de sindicatos, uma vez que a legislação brasileira proíbe o trabalho formal até os 16 (dezesesseis) anos, exceto como aprendiz a partir dos 14 (catorze) anos.

Como em outras situações de vulnerabilidade, tem havido avanços no País no enfrentamento à exploração do trabalho do adolescente, de acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios – PNAD: em 1999, 14,9% dos brasileiros de 10 (dez) a 14 (catorze) anos de idade trabalhavam; em 2009, essa taxa havia recuado para 6,9%.

Oliveira (2011, p. 35) assim caracteriza essa realidade:

Eles abandonam a escola precocemente e não concluem o Ensino Fundamental. Quando tentam se inserir no mercado de trabalho, não conseguem: eles não têm experiência, não têm escolarização e nenhuma qualificação profissional. Então, ficam excluídos, numa situação que favorece que sejam aliciados pelas redes de crime organizado, tanto tráfico de drogas quanto exploração sexual. É um quadro muito perverso. Numa idade em que a pessoa está cheia de expectativas, lhe é negada qualquer oportunidade de uma vida digna.

A legislação estabelece três modalidades de trabalho regular para o adolescente brasileiro, a partir de 14 (catorze) anos de idade: a aprendizagem, o estágio e o trabalho educativo. Entretanto, é comum o descumprimento dessas disposições, evidenciado na falta de registro em Carteira de Trabalho, na realização de tarefas penosas, degradantes e perigosas, na pouca ou nenhuma remuneração. Há, pois, pouca adesão à Lei do Aprendiz, nº 10.097, de 19 de dezembro de 2000.

A Lei do Aprendiz (2000) considera menor o trabalhador entre 14 (catorze) e 18 (dezoito) anos de idade (Artigo 402). Em seu Artigo 403, disciplina que é proibido qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (catorze) anos. Este Artigo, em seu parágrafo único, dispõe que o trabalho do menor “[...] não poderá ser realizado em locais prejudiciais à sua formação, ao seu desenvolvimento físico, psíquico, moral e social e em horários e locais que não permitam a frequência à escola”.

O Artigo 428 caracteriza o contrato de aprendizagem como

[...] o contrato de trabalho especial, ajustado por escrito e por prazo determinado, em que o empregador se compromete a assegurar ao maior de quatorze e menor de dezoito, inscrito em programa de aprendizagem, formação técnico-profissional metódica, compatível com o seu desenvolvimento físico, moral e psicológico e o aprendiz, a executar, com zelo e diligência, as tarefas necessárias a essa formação.

Nesse artigo, são ainda disciplinados os critérios quanto à validade do contrato, pressupondo

[...] anotação na Carteira de Trabalho e Previdência Social, matrícula e frequência do aprendiz à escola, caso não haja concluído o Ensino Fundamental, e inscrição em programa de aprendizagem desenvolvido sob a orientação de entidade qualificada em formação técnico-profissional metódica (LEI DO APRENDIZ. ARTIGO 428, § 1º).

O parágrafo 2º do Artigo 428 dispõe que ao menor aprendiz, “[...] salvo condição mais favorável, será garantido o salário mínimo hora”, enquanto o parágrafo 3º regulamenta que o “[...] contrato de aprendizagem não poderá ser estipulado por mais de dois anos”.

Apesar do aumento do número de adolescentes que se beneficia da Lei do Aprendiz, verificado entre os anos de 2005 e 2009, os índices encontram-se ainda distantes do potencial, calculado em 1,2 milhão de adolescentes pelo Ministério do Trabalho e Emprego, em 2010.

A **privação da convivência familiar e comunitária** é outro fenômeno de vulnerabilidade do adolescente. A convivência saudável nos âmbitos familiar e comunitário constitui-se em experiência fundamental para a vida do adolescente, oferecendo as bases necessárias ao amadurecimento e à constituição de uma vida adulta também saudável. Por isso, a privação do direito à convivência familiar e comunitária deixa o adolescente desprotegido.

Nesse caso, milhares de adolescentes passam sua infância e adolescência em abrigos. Segundo dados estimados pelo Levantamento Nacional de Acolhimento do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, em 2009, crianças e adolescentes brasileiros, num total de 54.000 (cinquenta e quatro mil) viviam nessas instituições, privados da convivência com pais e outros familiares. Nessa direção, Avancini, Andrade e Mello (2011, p. 36) afirmam que

[...] ainda não existem experiências sustentáveis de abrigos que consigam desenvolver estratégias eficientes para a garantia do direito a uma família ou mesmo para buscar alternativas que apoiem os adolescentes que crescem nessas instituições, a fim de que desenvolvam um projeto de vida, estabeleçam autonomia e construam redes afetivas.

Outra constatação de privação ao direito à convivência familiar e comunitária está relacionada aos 24.000 (vinte e quatro mil) adolescentes em situação de rua, conforme informações divulgadas, em 2011, pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA. Entre eles,

[...] 70% são meninos. Vendem balas e frutas, engraxam sapatos, lavam carros, separam material reciclável no lixo, pedem dinheiro ou simplesmente perambulam pelos centros das médias e grandes cidades do País. Estão expostos a todo tipo de violação de seus direitos. Segundo a pesquisa da CONANDA, quase metade deles (45,1%) tem entre 12 e 15 anos, 49,2% se declaram de cor parda e 23,6%, negros (AVANCINI; ANDRADE; MELLO, 2011, p. 36).

A pesquisa realizada pelo CONANDA revelou, também, que 59,4% dessa população em situação de rua não frequentam a escola, o que reafirma que os fenômenos de vulnerabilidade não ocorrem de forma isolada. Eles mantêm interdependência em suas ocorrências.

Em relação aos fenômenos de vulnerabilidade, encontra-se a situação de **adolescente chefe de família**.

Destaca-se, nessa realidade, de acordo com dados do Censo 2010/IBGE, que 132.000 (cento e trinta e dois mil) meninos e meninas, entre 10 (dez) e 14 (catorze)

anos são os principais responsáveis pela casa e que 661.000 (seiscentos e sessenta e um mil) domicílios são chefiados por adolescentes com idade entre 15 (quinze) e 19 (dezenove) anos. Esses números dobraram em relação ao Censo de 2000, mostrando que a Proteção Social ao adolescente não tem encontrado respostas capazes de diminuir o contingente daqueles que estão em abrigos, vivem nas ruas ou são chefes de família.

Como chefes de família, milhares de adolescentes brasileiros assumem responsabilidades incompatíveis com sua idade e sua condição de desenvolvimento, colocando em risco a saúde física e psíquica, a educação, as oportunidades de praticar esportes, de brincar, de usufruir de momentos de lazer (AVANCINI; ANDRADE; MELLO, 2011).

Outro fenômeno de vulnerabilidade do adolescente, referido no Relatório sobre a Situação da Adolescência Brasileira/2011/UNICEF, refere-se ao **assassinato de adolescentes**. Os homicídios, no Brasil, superam os acidentes de trânsito, constituindo-se em primeira causa de mortalidade na adolescência. Em 2009, segundo dados do Sistema de Informação sobre Mortalidade, do Ministério da Saúde, em cada grupo de 100.000 (cem mil), na faixa etária de 12 (doze) a 17 (dezessete) anos, 19.100 (dezenove mil e cem) brasileiros morreram vítimas de homicídio. Conclui-se que, em média, a cada dia, são assassinados 11 (onze) adolescentes no Brasil.

A figura 5 representa o comparativo das principais causas de morte na população total e no grupo de adolescentes entre 12 (doze) e 18 (dezoito) anos.

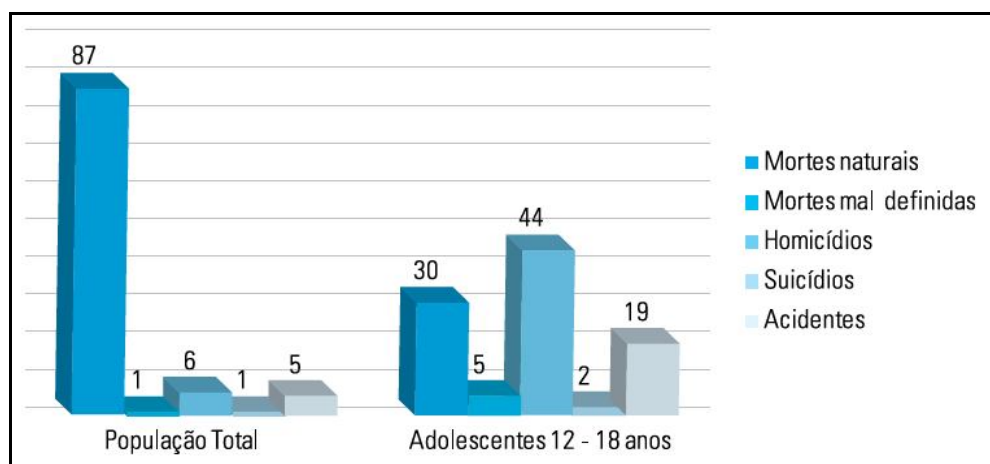


Figura 5 – Comparativo das principais causas de morte na população total e dos adolescentes entre 12 e 18 anos de idade. Percentual por tipo de morte.

Fonte: Ministério da Saúde/SIM, 2009.

Caso seja considerada a faixa etária entre 15 (quinze) e 19 (dezenove) anos, a taxa de mortalidade por homicídios aumenta, sendo que, em cada grupo de 100.000 (cem mil) adolescentes, em 2009, era de 43,2%, ou seja, em média, 19 (dezenove) mortes por dia. Nessa faixa etária, o índice de homicídios é maior do que o dobro da média para a população brasileira.

Ao analisar-se a figura 6, infere-se que o indicador nacional para os assassinatos de adolescentes tem se mantido estável.

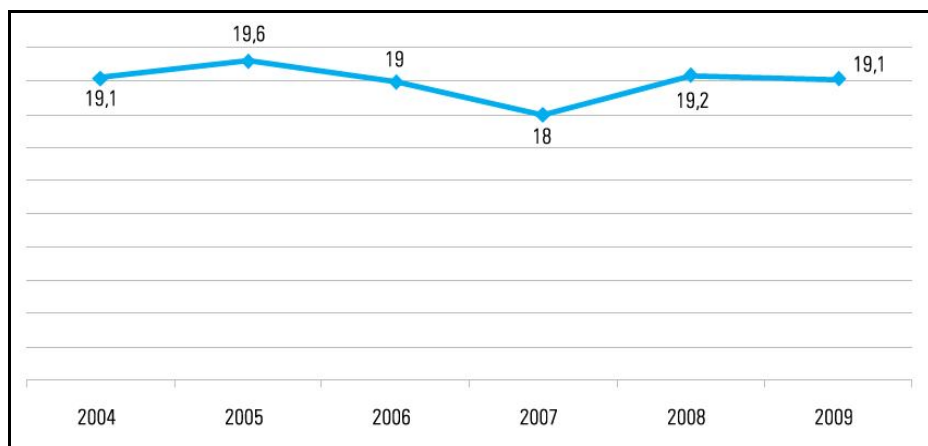


Figura 6 – Taxa de homicídios entre adolescentes de 12 a 17 anos (por 100 mil adolescentes).

Fonte: Ministério da Saúde/SIM, 2009.

A respeito de tal vulnerabilidade, Anthony Lake (2011, p. 41), Diretor Executivo do UNICEF, assim se manifesta:

No Brasil, as reduções na taxa de mortalidade infantil entre 1998 e 2008 mostram que foi possível preservar a vida de mais de 26 mil crianças. No entanto, no mesmo período, 81 mil adolescentes brasileiros, entre 15 e 19 anos de idade, foram assassinados. Com certeza, não queremos salvar crianças em sua primeira década de vida para perdê-la na década seguinte.

O Relatório supracitado aponta outro fenômeno de vulnerabilidade do adolescente no Brasil – a **gravidez na adolescência**, a qual traz impactos profundos em relação à saúde, ao desempenho escolar, às oportunidades de formação para o trabalho, contribuindo, conseqüentemente, em grande parcela, para a perpetuação da pobreza e da exclusão social.

Quanto ao aspecto da educação escolar, estudos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA – mostram que, entre as meninas de 10 (dez) a 17 (dezesete) anos sem filhos, 6,1% não estudavam em 2008, enquanto, na mesma faixa etária, entre adolescentes que tinham filhos, essa proporção chegava a 75,7%.

A esse respeito, Avancini, Andrade e Mello (2011, p. 42) consideram que a gravidez na adolescência, muitas vezes,

[...] é resultado de uma trajetória de exclusão e de imputação de responsabilidades sobre as meninas desde muito cedo, quando começam a cuidar da casa e de seus irmãos mais novos. Pesquisas recentes, feitas principalmente por especialistas em psicologia e antropologia, apontam que a gravidez pode ser uma opção das próprias meninas, numa busca distorcida por autonomia, autoridade, reconhecimento social por parte das próprias famílias e de seus amigos e colegas.

As mesmas autoras (2011) alertam, ainda, que a gravidez na adolescência é um fenômeno presente em todas as classes sociais.

Pelos impactos contundentes que a gravidez traz para a vida das adolescentes, é necessário que as Políticas de Proteção Social busquem respostas multissetoriais, respostas que incluam apoio às meninas-mães e estímulo para que continuem estudando, procurando garantir uma vida melhor para si e para seus filhos.

Persistente fenômeno de vulnerabilidade do adolescente refere-se à **exploração e abuso sexual**, que deixam profundas marcas em meninos e meninas, comprometendo sua integridade, autonomia, confiança. Além de outros fatores que os provocam, a exploração e o abuso sexual estão amplamente associados às relações de poder exercidas pelos adultos sobre os adolescentes, o uso da violência como forma de disciplinar, à manipulação dos mais velhos sobre os mais novos.

A figura 7 demonstra que o gênero feminino corre maior risco de ser vítima de violência sexual do que o masculino.

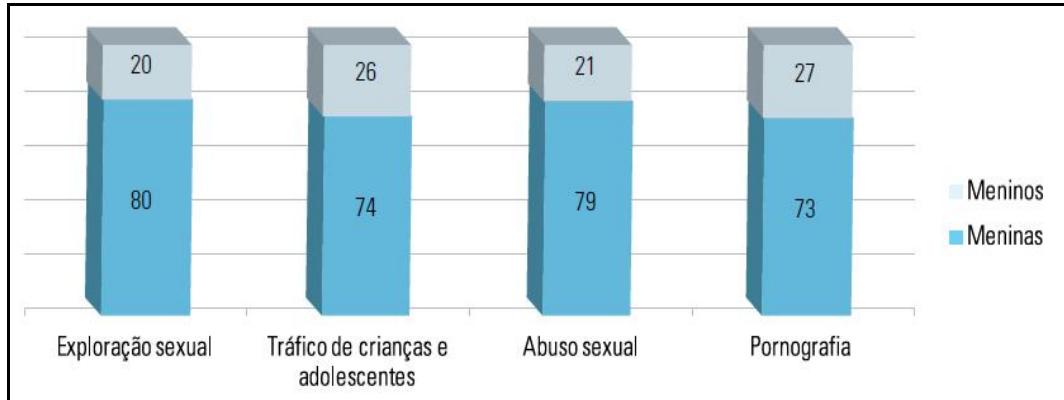


Figura 7 – Sexo das vítimas, em percentual, por tipo de violência sexual.

Fonte: Secretaria de Direitos Humanos/Disque Denúncia Nacional, 2010.

Entre os tipos de violência sexual, de acordo com levantamento do Disque Denúncia Nacional/2010, o mais frequente é o abuso sexual, representando 65% do total de casos, seguido da exploração sexual, com uma taxa de 34% do total. O gênero feminino constitui-se em maioria entre as vítimas de tráfico para fins sexuais.

Quebrar o silêncio das vítimas e de seus familiares é, ainda, o grande desafio que o Brasil vem enfrentando, apesar de avanços que podem ser identificados, dentre os quais se destacam: alterações na legislação para torná-la mais efetiva com abusadores e exploradores; mapeamento de áreas de risco mais acentuado; ampliação de redes de apoio.

Outro fenômeno de vulnerabilidade a que os adolescentes brasileiros estão submetidos está relacionado às **doenças sexualmente transmissíveis e AIDS**.

No Brasil, os números mais recentes mostram que, na população geral, o maior número de HIV/AIDS ocorre entre homens e a principal forma de transmissão é a heterossexual. O Relatório sobre a Situação da Adolescência Brasileira/2011/UNICEF informa que, na faixa de 13 (treze) a 19 (dezenove) anos, o maior número de registros da doença está entre as adolescentes mulheres. Para cada oito casos masculinos, existem dez femininos, situação explicada pelo não uso de preservativos em relações casuais, consideradas como as de maior risco de infecção.

Importante iniciativa é referida por Avancini, Andrade e Mello (2011, p. 46), ao registrarem que dados da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar – PeNSE,

[...] uma parceria do IBGE, Ministério da Educação e Ministério da Saúde, em 2009, mostram que 87,5% dos alunos da rede pública e 89,4% dos estudantes da rede privada haviam recebido informações sobre Aids ou outras doenças sexualmente transmissíveis em atividades na escola ou em suas comunidades. A grande maioria também recebeu informações sobre prevenção de gravidez (82,1% nas escolas privadas e 81,1% nas públicas) e sobre a aquisição gratuita de preservativos (71,4% dos escolares da rede pública e 65,4% dos da rede privada).

Contudo, essas informações podem não estar disponíveis aos adolescentes que não estão na escola ou privados da convivência comunitária. Ainda há de ser considerado que o comportamento do adolescente muda, quando se trata da relação sexual com parceiros fixos: “[...] o uso do preservativo baixa para 30,7% na faixa etária de 15 a 24 anos, segundo a Pesquisa sobre Comportamento, Atitudes e Práticas Relacionadas à DST e AIDS na População Brasileira” (AVANCINI; ANDRADE; MELLO, 2011, p. 47). O índice identificado quanto ao uso de preservativo, em relação ao sexo casual, era de 33,6%.

As mesmas autoras (2011) apontam, ainda, características que compõem o fenômeno das doenças sexualmente transmissíveis e da AIDS: inibição de buscar serviços de distribuição de preservativos e dificuldade de negociação entre os parceiros para o uso de preservativos.

Como último fenômeno de vulnerabilidade do adolescente, apontado no Relatório sobre a Situação da Adolescência Brasileira, 2011/UNICEF, encontra-se o **uso de drogas** que promove situações de risco pessoal e coletivo. Os usuários de drogas estão mais propensos a se envolver em episódios de violência, de comprometimento da saúde física e psíquica, de degradação de relações familiares e comunitárias, de desemprego, entre outros.

A figura 8 indica o percentual de adolescentes e adultos que afirmaram ter feito uso de drogas, conforme levantamento conduzido pela Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas – SENAD, em 2001 e 2005.

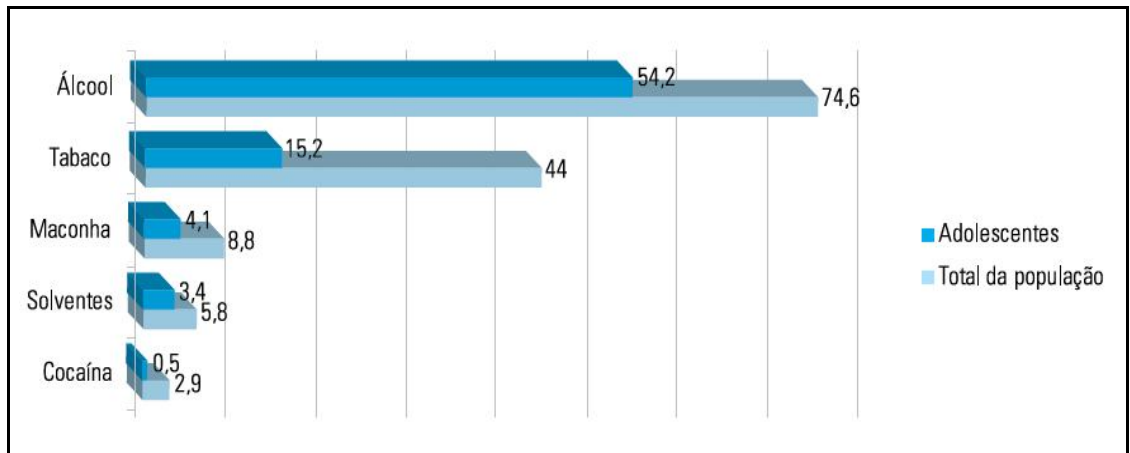


Figura 8 – Percentual de adolescentes e adultos que afirmam ter feito uso de drogas.

Fonte: SENAD, 2010.

Elencadas as nove vulnerabilidades que afetam com maior intensidade os adolescentes, prejudicando o seu desenvolvimento, busca-se configurar a necessária Proteção Social a esse estrato da população brasileira.

2.3 PROTEÇÃO SOCIAL AO ADOLESCENTE: A LEGITIMAÇÃO DE DIREITOS NO BRASIL

Enfrentar as desigualdades e superar as vulnerabilidades em relação aos adolescentes é urgente! E isso se faz, principalmente, por meio de Políticas de Proteção Social direcionadas a essa parcela da população.

O reconhecimento do adolescente como sujeito de direitos é recente e pode ser associado à Declaração de Direitos da Criança e do Adolescente da Organização das Nações Unidas – ONU, datada de 1959.

A Proteção Social ao adolescente, no Brasil, encontra-se legitimada, essencialmente, por dois diplomas – a Constituição Federativa, promulgada em 05 de outubro de 1988, e o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, aprovado em 13 de julho de 1990.

A Constituição Federativa de 1988 estabeleceu a necessidade de proteção integral a esses sujeitos de direitos. Posteriormente, o Estatuto da Criança e do

Adolescente, fruto desse imperativo constitucional, prescreveu normas com o propósito de criar um suporte protetivo, garantindo os Direitos Fundamentais a crianças e adolescentes.

Verificou-se, desse modo, uma quebra de paradigma em relação ao Código de Menores, que teve sua primeira versão promulgada em 1927, sob a influência de ideias higienistas, tanto no saneamento básico quanto nos hábitos da população e nas políticas de assistência à criança. Teorias científicas da época indicavam que comportamentos diferentes dos moralmente aceitáveis eram resultados da influência do meio social e de características hereditárias. Constatava-se àquele tempo o aumento da criminalidade, o abandono de crianças e a mortalidade infantil. Esse entendimento tornou necessária a proteção das crianças, o que exigiu uma normatização, de modo a impedir que se tornassem delinquentes. Naquele contexto, cabia à polícia a função de coibir a criminalidade e controlar a desordem, a vadiagem e a prostituição. O primeiro Código de Menores estabelecia que a criança, a partir dos nove anos de idade, estava sujeita a sofrer processo criminal (SILVA, 2014). Esse Código transformou-se em um instrumento autoritário, sendo que os internatos passaram a se organizar como espaços corretivos. Considerava o menor como objeto de ameaça e punição.

O segundo Código do Menor foi promulgado em 10 de outubro de 1979, Ano Internacional da Criança, e estava fundamentado na doutrina da “situação irregular”. Pretendia ser um instrumento de ressocialização de crianças e adolescentes. Cabia ao Juiz de Menores aplicar as sanções, caso o menor de dezoito anos fosse enquadrado em alguma das situações de irregularidade, previstas em seu Artigo 2º: encontrar-se privado de condições essenciais à sua subsistência, saúde e instrução obrigatória, por omissão ou impossibilidade dos pais ou responsáveis para provê-las; ser vítima de maus-tratos ou castigos imoderados impostos pelos pais ou responsáveis; encontrar-se em perigo moral; estar privado de representação ou assistência legal, pela falta dos pais ou responsáveis; apresentar desvio de conduta, em virtude de grave inadaptação familiar ou comunitária; ser autor de infração penal (AZEVEDO, 2013).

Esse Código surgiu em um contexto que se configurava por elevada taxa de crianças e adolescentes carentes, abandonados ou dados à prática de atos antissociais. Por isso, o segundo Código de Menores pretendeu rever os direitos

dessa faixa da população, assim como criar novas garantias, diante das profundas mudanças sociais ocorridas entre 1927 e 1979 (AZEVEDO, 2013).

Diferentemente do Código anterior, o Código de 1979 previu, em seu Artigo 9º, a criação pelo Poder Público de entidades de assistência e proteção ao menor, as quais se destinavam à recepção, triagem, observação e permanência de menores. Entretanto, o Código de Menores de 1979 também se mostrou ineficaz para exercer a Proteção Social àqueles sujeitos, selecionados, até então, pelo critério de delinquência (SILVA, 2014).

O Estatuto da Criança e do Adolescente sucedeu ao Código de Menores de 1979, assentado em paradigma que, dentre outros aspectos, ressaltou o protagonismo da sociedade.

A esse respeito, Oliveira e Silva (2010, p. 32) afirma:

Na realidade, a lei que antecedeu o ECA – no caso, o Código de Menores de 1979 – já surgiu defasada para sua época, pois constituía o prolongamento da filosofia menorista do Código de Mello Mattos, do início do século XX. Em 1979, quando de sua promulgação, comemorava-se o Ano Internacional da Criança, fruto de uma mobilização mundial que exigiu atenção especial aos direitos das crianças e dos adolescentes. No entanto, esses direitos não estavam contemplados na legislação que acabara de nascer.

Esse Código não correspondia aos interesses das forças sociais e políticas daquele momento e, em consequência, entrou em colapso, recebendo severas críticas de organismos nacionais e internacionais.

Na conjuntura nacional da década de 1980, o Brasil experimentava um processo de transição político-democrática, caracterizado por lutas de ordem trabalhista, social, política e civil. Intencionava a regulamentação do Estado de Direito. Assistia ao enfraquecimento do *welfare state* que colocou em crise o País, esgarçando o paradigma da proteção tutelada.

Esse contexto e os princípios democratizantes firmados pela Constituição Federal de 1988 abriram caminho para a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, que trata da proteção quanto aos direitos fundamentais da pessoa em desenvolvimento, introduzindo o paradigma da “proteção integral” (AZEVEDO, 2013).

Assim, como afirma Oliveira e Silva (2010, p. 36),

[...] o ECA nasceu em resposta ao esgotamento histórico-jurídico e social do Código de Menores de 1979. Nesse sentido, o Estatuto é processo e resultado porque é uma construção histórica de lutas sociais dos movimentos pela infância, dos setores progressistas da sociedade política e civil brasileira, da “falência mundial” do direito e da justiça menorista, mas também é expressão das relações globais internacionais que se reconfiguram frente ao novo padrão de gestão de acumulação flexível do capital.

Desse modo, o direito da criança e do adolescente deixa de ser considerado como um direito “menor”, “pequeno”, passando a ser entendido como um direito de sujeitos em desenvolvimento.

Essa Lei, vale lembrar, é produto da conjuntura social, política, econômica e cultural de seu tempo – a abertura política do Brasil. Nessa consideração, Rizzini (2000, p. 7) entende que “[...] é natural que o ECA carregue consigo os anseios por uma rápida liberação. De certa forma, viveu-se a esperança de que, no rastro da mudança da lei, o chamado ‘problema do menor’ seria resolvido”.

Sancionado em 13 de julho de 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente passou a vigorar no Dia da Criança, 12 de outubro do mesmo ano, como resultado de diferentes interesses políticos, jurídicos e sociais (OLIVEIRA E SILVA, 2010).

A mesma autora (2010), referenciada em Costa e Farjado (1991), caracteriza o ECA como inovador, garantista e participativo. Inovador frente ao conservadorismo dos Códigos de Menores e à regulamentação da cidadania infanto-juvenil; garantista, por ter introduzido garantias constitucionais, ausentes nos Códigos anteriores; participativo, em razão da presença maciça da população durante o processo de elaboração, “[...] sendo instituída formalmente a participação da sociedade enquanto instrumento deliberativo, operativo, fiscalizador e controlador das ações” (2010, p. 41).

O Estatuto coloca um novo olhar sobre a adolescência. Não a considera mais como um período da vida marcado por potenciais agressões. A forma como a adolescência será vivida na singularidade de cada sujeito vai depender, em grande proporção, das condições que lhe serão possibilitadas.

Nessa perspectiva, Pino (1990) ressalta que o Estatuto da Criança e do Adolescente propõe um reordenamento institucional, rompendo com práticas fundadas na filantropia ou na caridade e instituindo uma nova ordem, na qual os

direitos de crianças e adolescentes geram responsabilidades em diferentes âmbitos – família, Estado e sociedade, responsáveis pela formulação e implementação de Políticas de Proteção Social.

Compreende-se, diante disso, que o Estatuto da Criança e do Adolescente vem se constituindo em importante fonte legal, a qual aprofunda o entendimento sobre esses sujeitos – sujeitos de direitos, estabelecendo, dessa maneira, seus direitos singulares.

A proteção às crianças e aos adolescentes está expressa de maneira contundente e precisa no Artigo 227 da Constituição Federal (1988):

Art. 227 – É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Transcorridas mais de duas décadas da vigência da Constituição Federal de 1988 e do Estatuto da Criança e do Adolescente, legislação esta considerada como uma das mais avançadas do mundo relativamente aos direitos de crianças e adolescentes, constata-se que as conquistas quanto às Políticas de Proteção Social voltadas a essas faixas etárias ainda precisam ser encaminhadas para duas dimensões fundamentais – a universalização dos direitos humanos (a política para todos) e a especificidade (a política para cada adolescente).

Partindo dos direitos fundamentais legitimados pelos documentos referidos, encaminha-se este estudo para as Políticas de Proteção Social que os contemplem.

2.4 PROTEÇÃO SOCIAL AO ADOLESCENTE: O CAMINHO EM BUSCA DA CONCRETIZAÇÃO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS

As vulnerabilidades e as desigualdades que afetam o desenvolvimento dos adolescentes precisam de uma transformação urgente, exigindo a implantação efetiva de Políticas de Proteção que lhes garantam os direitos fundamentais legitimados pelos documentos anteriormente analisados.

Como se percebe do estudo realizado, o ECA vem se apresentando como ampla referência para a sociedade brasileira, possibilitando o desencadeamento de múltiplas ações, programas e políticas para adolescentes nos campos da saúde, do lazer, da defesa de direitos, da prevenção à violência, da educação, dentre tantos outros (FREITAS, 2012).

É indubitável a crescente implantação de Políticas Sociais direcionadas à proteção do adolescente, desde os meados dos anos de 1990, quando novas iniciativas foram produzidas no sentido, principalmente, de responder, conforme esclarece Barros (2012, p. 3), à

[...] preocupação social com os problemas vividos ou representados pelos jovens, basicamente relacionados às dificuldades de inserção e integração social numa conjuntura marcada pela extensão dos fenômenos de exclusão decorrentes da crise do trabalho, e do aumento da violência, resultando em profundas dificuldades de estruturar projetos de vida.

Sem dúvida, enfrentar as desigualdades e superar as vulnerabilidades é, pois, tarefa inarredável. E isso se faz por meio de políticas de Proteção Social direcionadas aos adolescentes.

Esse é um caminho privilegiado para que sejam encontradas respostas para as complexas questões que persistem ainda no século XXI.

Mesmo que já existam respostas, centradas nos fundamentos da proteção e tutela, elas mostram-se insuficientes e pouco consistentes para assegurar a inserção e atuação do adolescente no mundo social. Como analisa Freitas (2012, p. 7), as respostas produzidas são ainda escassas para “[...] dar conta dos dilemas vividos nos processos de busca de construção da inserção, da experimentação, da participação que se colocam com muito mais intensidade nesta fase da vida”.

Urge, não somente a chamada para a ação, mas a efetivação de Políticas de Proteção Social que façam valer os direitos dos adolescentes à participação cidadã.

Todavia, a Política de Proteção Social do adolescente exige, ainda, muita atenção, apesar das diversas ações empreendidas e da conquista representada pela promulgação da Constituição Federal de 1988 e pela edição do Estatuto da Criança e do Adolescente. A Política de Proteção ao adolescente confronta-se com questões basilares, fundamentadas em “[...] processo histórico-socioeconômico-cultural e

também pelas sérias questões sociais que as atravessam”, cujo papel do Estado e tratamento “[...] estão interligados à efetivação das Políticas de Proteção Social para o setor, à Proteção Social em sua plenitude e às demais questões sociais que se entrelaçam com esta temática” (BARROS, 2012, p. 3).

Apesar das inúmeras dificuldades para sua efetivação, o Estatuto da Criança e do Adolescente constitui-se em instrumento eminentemente democrático e, como tal, deve ser reconhecido pela sociedade. Se assim reconhecido, cabe às instituições promoverem sua efetivação, fortalecendo redes articuladas para que necessidades possam ser supridas por meio de iniciativas recorrentes.

Vale, portanto, destacar aspectos que deverão ser priorizados no conjunto dessas políticas.

Um primeiro aspecto refere-se ao **direito de aprender** dos adolescentes. Nesse sentido, há o reconhecimento de que o Brasil tem feito avanços concretos em direção à universalização do Ensino Fundamental, passando a investir, também, no Ensino Médio e em Cursos Profissionalizantes. Tem ampliado as iniciativas para enfrentar os persistentes fenômenos da repetência e da distorção idade-série, causas de grande significado no afastamento de milhares de crianças e jovens da escola. A faixa etária de obrigatoriedade escolar foi ampliada, de 04 (quatro) a 17 (dezessete) anos, de acordo com a Emenda Constitucional nº 59/2009.

Assim como registrado no Relatório/2011/UNICEF (p. 81), os avanços verificados resultam de

[...] esforços e reivindicações de organização da sociedade civil, educadores, pais e dos governos nos três níveis, federal, estadual e municipal. São parte de uma grande mobilização em favor da Educação de qualidade no Brasil, que também foi capaz de consolidar na opinião pública brasileira que a Educação deve ser a base para o desenvolvimento do País, pois é um elemento fundamental para a inclusão social e o exercício da cidadania.

Entretanto, a relevância da Educação ainda não se concretizou na garantia do direito de aprender para todos os adolescentes. Além de garantir a matrícula e estratégias de financiamento e avaliação, há de se conseguir a permanência dos adolescentes na escola, a efetiva aprendizagem e a conclusão de cada etapa escolar na idade própria.

Atualmente, há uma grande preocupação com a formação profissionalizante que objetiva aumentar as oportunidades de inserção do adolescente no mercado de trabalho, de maneira qualificada. Essa proposta vem se ampliando no Brasil, registrando, no período de 2002 a 2010, de acordo com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – INEP, um aumento de quase 90%, atingindo 991.000 (novecentos e noventa e um mil) alunos, conforme demonstrado na figura 9.

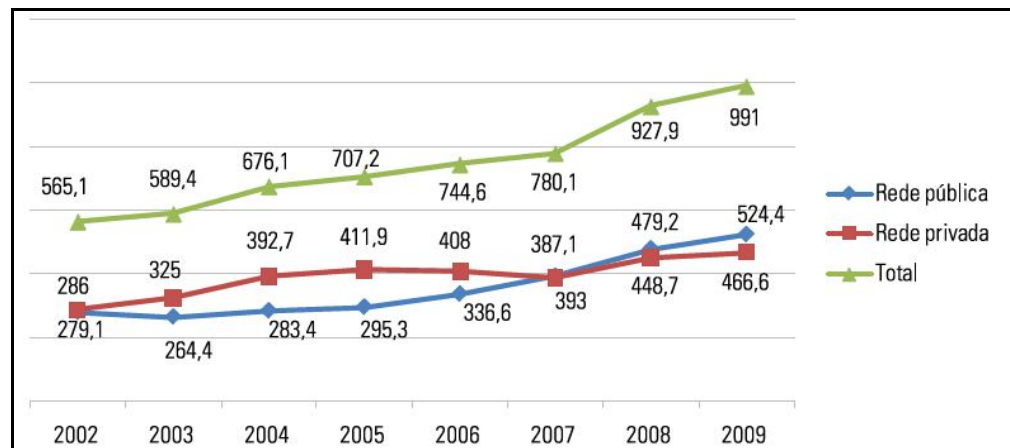


Figura 9 – Número de matrículas na educação profissional, em milhares

Fonte: MEC/INEP, 2010.

Outra importante estratégia relacionada ao **direito de aprender** refere-se à inovação no currículo, o qual faz parte do projeto Ensino Médio Inovador, criado em 2009, que

[...] tem a finalidade de apoiar e promover novas práticas pedagógicas em escolas públicas a partir de uma concepção mais abrangente de aprendizagem, pautada pela interdisciplinaridade e a contextualização, num outro esforço de aproximar a escola do projeto de vida dos adolescentes (RELATÓRIO/UNICEP, 2011, p. 87).

Um segundo aspecto a ser priorizado nas políticas de proteção social ao adolescente está referido ao **direito à saúde**. Nesse sentido, são constatadas importantes conquistas para os adolescentes, baseadas na Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes e Jovens. Entretanto, a capacidade de atendimento ainda está aquém da demanda de adolescentes. Algumas iniciativas revelam o interesse em abordar o tema acerca da saúde em lugares de acesso cotidiano dos adolescentes, como a escola e as comunidades, como já previsto no

programa Saúde na Escola, realizando atividades de prevenção, promoção de saúde e atenção aos temas como alimentação saudável, prevenção ao abuso de álcool e drogas, direito sexual e reprodutivo, prevenção das DST/AIDS, promoção do sexo seguro, saúde bucal, autocuidado e cultura da paz.

Avaliando o contexto do País, Avancini, Andrade e Mello (2011, p. 94) afirmam:

Para a garantia do direito à saúde dos adolescentes, vemos que o Brasil tem marcos legais com a perspectiva da integração entre a saúde e outras áreas, conta com um sistema único, que compreende a saúde como um direito universal, tem programas importantes na área da atenção básica, e tem desenhado ações de saúde para os adolescentes, tanto nos espaços específicos da área, como em escolas, comunidades.

Essas autoras (2011) apontam, porém, que os programas destinados a atender o direito à saúde do adolescente carecem de ampliação, de estruturas e capacitação de profissionais, requerendo, sobretudo, esforços de mobilização social por meio de campanhas e estratégias de prevenção.

Um terceiro aspecto a ser considerado nas políticas sociais é o **direito de proteção dos adolescentes diante da violência**. Nos últimos anos, têm sido intensificadas as iniciativas que visam a prevenir e combater a violência, principalmente entre grupos vulneráveis – mulheres, negros, jovens e adolescentes. Dentre essas ações, destacam-se: o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI; Territórios de Paz; Unidades de Polícia Pacificadora (Rio de Janeiro), assim como políticas que procuram integrar adolescentes e familiares por meio de ações intersetoriais, envolvendo os Ministérios da Educação, do Esporte, da Cultura e do Desenvolvimento Social (RELATÓRIO/2011/UNICEF).

Um quarto aspecto a ser considerado quanto às políticas sociais está relacionado ao **direito de proteção dos adolescentes diante do abuso e da exploração sexual**. O País possui significativo conjunto de políticas voltadas a essa questão. Nos últimos anos, tem fortalecido as redes estaduais e municipais de combate ao abuso e à exploração sexual do adolescente e a população está cada vez mais mobilizada para denunciar esse tipo de crime. O Programa Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, criado em 2003, constitui-se em uma estratégia intersetorial com o objetivo de

[...] integrar políticas, disseminar metodologias e produzir dados e informações em diversas áreas, especialmente relacionadas à etnia, ao gênero, ao atendimento a agressores, ao tráfico, à humanização do atendimento nos sistemas de segurança e justiça, à pornografia infanto-juvenil na *internet* e à responsabilidade social (AVANCINI; ANDRADE; MELLO, 2011, p. 99).

A figura 10 revela o levantamento de denúncias relacionadas ao abuso e à exploração, realizado através do Disque Denúncia Nacional (Disque 100), num total de 2,5 milhões de atendimentos, com aproximadamente 134.000 (cento e trinta e quatro mil) denúncias oriundas de 88% dos municípios brasileiros.

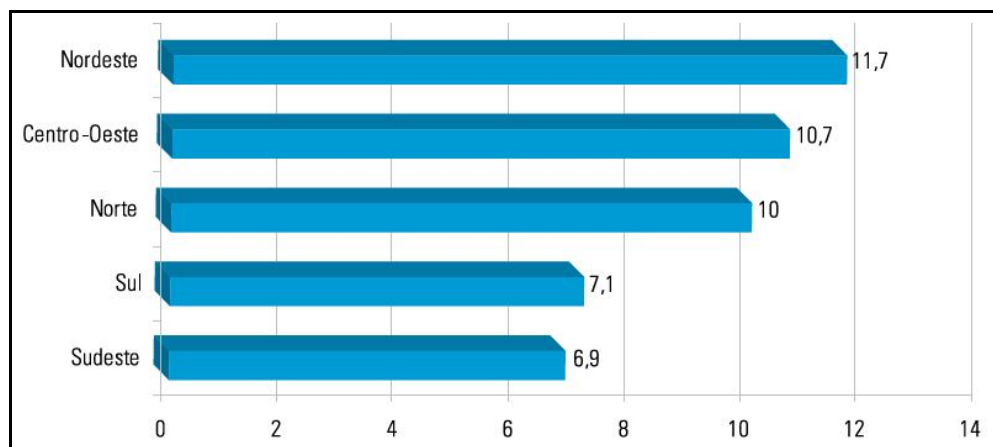


Figura 10 – Número de denúncias recebidas no Disque 100 (por 100 mil habitantes), janeiro a julho de 2010, por macrorregiões.

Fonte: Secretaria de Direitos Humanos/Disque Denúncia Nacional, 2010.

Por meio de levantamentos mais recentes, é possível constatar-se avanços no âmbito legislativo, com repercussão no Código Penal, que traz a perspectiva do direito do adolescente a um desenvolvimento sexual saudável, com proteção e sem violência.

Apesar dos avanços obtidos nos anos iniciais do século XXI, o Brasil ainda encontra inúmeros obstáculos para a concretização desse direito. Entre as sugestões para o aprimoramento das políticas de proteção dos adolescentes diante do abuso e da exploração sexual, emanadas do Relatório sobre a Situação da Adolescência Brasileira/2011/UNICEF, encontram-se: criação de um sistema especializado, “[...] exclusivo e integrado de apuração, defesa e responsabilização de crimes sexuais, articulado com os serviços de notificação de denúncias, as delegacias especializadas, as redes de atendimento psicossocial e de saúde” (p. 101); fortalecimento dos Centros de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS e dos Centros de Referência de Assistência Social – CRAS; aprimoramento de estratégias da política de

saúde, proporcionando atendimento especializado às vítimas e aos agressores sexuais; promoção da educação inclusivista, viabilizando a permanência do adolescente na escola, construindo caminhos para a inserção no mercado de trabalho e nos diferentes espaços sociais.

Um quinto aspecto na viabilização de políticas sociais está relacionado ao **direito de proteção do adolescente em conflito com a lei**. De modo geral, os estudos realizados a esse respeito indicam que “[...] o adolescente em conflito com a lei já teve alguma experiência com uso de drogas, vem de famílias de baixa renda e teve dificuldade de acesso às políticas públicas essenciais, como a educação e a saúde” (RELATÓRIO/2011/UNICEF, p. 103). De acordo com levantamento nacional do Atendimento Socioeducativo ao Adolescente em Conflito com a Lei, realizado em 2009, havia 17.800 (dezesete mil e oitocentos) adolescentes cumprindo medida socioeducativa no Brasil, sendo a maioria do sexo masculino. Esse levantamento assinalou a redução da taxa nacional de internação de adolescentes, conforme representado na figura 11. É possível constatar-se a predominância do regime fechado de internação, permitindo pressupor, de acordo com o Relatório sobre a Situação da Adolescência Brasileira/2011/UNICEF (p. 103), que,

[...] no Brasil, ainda prevalece a cultura de institucionalização, sustentada em fundamentações extrajurídicas que, em geral, se contrapõem ao próprio ordenamento legal. Entretanto, os dados apontam que o regime de semiliberdade está conquistando espaço, enquanto o ritmo de crescimento das internações provisórias está desacelerando.

A figura 11 evidencia a situação de internações socioeducativas de adolescentes, conforme regime.

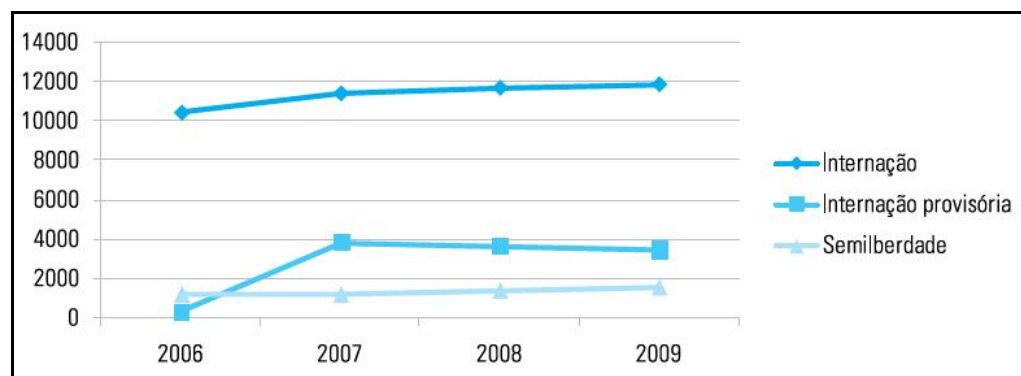


Figura 11 – População de adolescentes internos, por regime

Fonte: Secretaria de Direitos Humanos/SINASE

Existe uma forte tendência para que os adolescentes sejam encaminhados às medidas semiabertas, tal como preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente. Tal procedimento evitaria o encarceramento do adolescente que, na internação fechada, acaba recebendo tratamento semelhante ao sistema prisional, gerando, em grande parcela, a reincidência no crime e, ainda, fechando oportunidades para que construa um novo projeto de vida, uma vez que a rotina das unidades de internação apresenta uma série de irregularidades e de violações de direitos humanos (RELATÓRIO/2011/UNICEF). Com a intenção primeira de modificar essa realidade e permitir a inclusão social do adolescente em conflito com a lei, foi criado o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE, conforme Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012, que, em seu Artigo 1º, parágrafo 1º, caracteriza o SINASE como

[...] o conjunto ordenado de princípios, regras e critérios que envolvem a execução de medidas socioeducativas, incluindo-se nele, por adesão, os sistemas estaduais, distrital e municipais, bem como todos os planos, políticas e programas específicos de atendimento a adolescente em conflito com a lei.

Esse Sistema inclui medidas que contemplam áreas como educação, saúde, segurança e assistência social, em três esferas governamentais, cabendo a cada uma desenvolver estratégias que coloquem o adolescente em cumprimento de medidas socioeducativas no centro das Políticas de Proteção e promoção social.

Várias frentes foram fortalecidas, a partir da criação do SINASE: aumento do uso de medidas de semiliberdade, em substituição ao regime de internação fechado; avanço na regionalização dos sistemas socioeducativos estaduais e municipais; reafirmação do direito de voto ao adolescente interno; diagnóstico anual sobre o atendimento de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio fechado; apoio técnico-financeiro aos Estados para construção, reforma e equipagem de unidades de internação (provisória, de semiliberdade e de internação fechada); repasse de recursos regulares para 872 (oitocentos e setenta e dois) municípios em 26 (vinte e seis) Unidades da Federação; formação continuada para adequação da atuação de operadores, técnicos e educadores socioeducativos às diretrizes do SINASE, pretendendo-se desestimular as práticas correccional-repressivas (SINASE, 2012).

Mesmo com os avanços verificados em relação ao atendimento socioeducativo aos adolescentes autores de atos infracionais, Avancini, Andrade e Mello (2011, p. 104) consideram que

[...] essa é ainda uma área que apresenta gravíssimas violações de direitos humanos e demanda, portanto, uma profunda revisão de programas, abordagens, metodologias e estruturas de atendimento, à luz do que preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente.

As mesmas autoras (2011) consideram que, no sentido de avançar na efetivação do direito do adolescente em conflito com a lei, é preciso implementar ações e políticas especiais e universais que possibilitem dar conta de proteger, de forma integral, todos os adolescentes brasileiros.

Um sexto aspecto para concretização das políticas de proteção social refere-se ao **direito dos adolescentes ao esporte, ao lazer e à cultura**. Já garantido na Convenção sobre os Direitos da Criança, o esporte e o lazer passaram a ser reconhecidos como direitos do cidadão brasileiro pela Constituição de 1988. Em 1995, foi criado o Ministério do Esporte. Em 2003, foi implantado o Programa Segundo Tempo que oferece atividades esportivas e complementares – educacionais, culturais, ambientais – a crianças, adolescentes e jovens no contraturno escolar. Os núcleos do Segundo Tempo funcionam em escolas ou em espaços públicos. O Programa tem, como objetivo, “[...] democratizar o acesso à prática e à cultura do Esporte, de forma a promover o desenvolvimento integral de crianças, adolescentes e jovens, como fator de formação da cidadania e melhoria da qualidade de vida, prioritariamente em áreas de vulnerabilidade social” (BRASIL. MINISTÉRIO DO ESPORTE. PROGRAMA SEGUNDO TEMPO, 2014, p. 1).

O Programa Segundo Tempo está presente em poucos municípios brasileiros, atingindo 27,2% em 2010. Mesmo nas escolas, a infraestrutura para a prática de esportes por parte dos adolescentes é reduzida e precária (RELATÓRIO/2011/UNICEF).

O tema acerca do direito ao esporte e ao lazer tem sido motivo de debates em diferentes espaços, sendo que, em 2011, adolescentes de todo o País formularam um documento intitulado “Esporte não é para Alguns. É para todos”, no qual propõem 25 (vinte e cinco) ações, dentre as quais se destacam: criação de

programas que articulem as iniciativas nos níveis federal, estadual e municipal com empresas; concessão de incentivos para que empresas invistam na formação e no treinamento de atletas e na prática de esportes; possibilidade para que as escolas se tornem “promotoras do esporte”; focalização das políticas públicas no esporte como manifestação educacional e um direito de todos (BRASIL. MINISTÉRIO DO ESPORTE. PROGRAMA SEGUNDO TEMPO, 2014).

Em relação ao direito do adolescente à cultura, ressalta-se a implementação dos Pontos de Cultura (associações de bairro, sedes de ONGs, igrejas, entre outros), iniciativa coordenada pelo Ministério da Cultura, em parceria com os governos municipais, organizações da sociedade civil e comunidades. Os Pontos de Cultura objetivam a realização de ações de impacto sociocultural nas comunidades, sendo a ação prioritária e o elemento de articulação entre as demais atividades do Programa Cultura Viva/Ministério da Cultura (BRASIL. MINISTÉRIO DA CULTURA, 2013).

De modo sucinto, procurou-se analisar as iniciativas de Proteção Social ao adolescente no Brasil. Considera-se que são inegáveis as conquistas obtidas nos últimos anos direcionadas aos adolescentes. Com certeza as Políticas de Proteção ganham configurações inovadoras, em um processo de integração entre diferentes áreas, potencializando o avanço tanto das políticas universais quanto das políticas específicas. Entretanto, os adolescentes mais vulneráveis não conseguem, ainda, usufruir das políticas fundamentais. Há descontinuidade das políticas, os recursos são insuficientes e, muitas vezes, inadequadamente aplicados, o que faz com que a Política de Proteção Social ao adolescente continue aquém da demanda, originando múltiplos desafios. Entende-se que grande número desses desafios precisa contar com a parceria dos próprios adolescentes e de gestores públicos e institucionais.

Nesse sentido e com essa intenção, foi realizada a pesquisa que procurou caracterizar as práticas de Proteção Social ao aluno adolescente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense/*campus* Pelotas, cuja trajetória é descrita no próximo Capítulo.

CAPÍTULO 3

TRAJETÓRIA METODOLÓGICA: TECENDO A PESQUISA COM VÁRIOS FIOS

Todo pesquisador sabe quantas emoções subjazem às questões teóricas, o tempo dedicado a cada parágrafo do texto, o esforço físico necessário para manter a decisão de prosseguir nas buscas das informações, o isolamento voluntário para desenvolver reflexões amadurecidas, a fim de levar a termo a obra começada.

(CHIZZOTTI, 2008, p. 11)

Os capítulos anteriores trabalharam, de forma articulada, dois eixos fundamentais na construção desta Dissertação. O primeiro Capítulo situou o foco no qual se deteve a pesquisa – a Política de Proteção Social. O segundo Capítulo delimitou o olhar sobre o qual se voltou a investigação – a adolescência e o adolescente.

Neste Capítulo, intenta-se descrever os procedimentos relativos à metodologia, no sentido de configurar a prática de Proteção Social ao aluno adolescente do Instituto Federal Sul-rio-grandense – IFSul/*campus* Pelotas, cujo processo investigativo se constituiu em um estudo de caso.

Desse modo, são abordados, neste Capítulo, aspectos relativos à trajetória da pesquisa, incluindo: os desafios para a construção do processo de investigação; sua caracterização; aspectos éticos observados na efetivação da investigação; caracterização e critérios de inclusão dos sujeitos da pesquisa; conceituação dos procedimentos de coleta e análise dos dados.

Esses aspectos encontram-se relacionados ao problema e questões de pesquisa, indicando o objetivo geral e os objetivos específicos que nortearam o processo de investigação. Assim, é referida, aqui, a trajetória empreendida, na qual muitos desafios foram encontrados e muitos fios tecidos na intenção de superar esses obstáculos e concretizar o proposto no projeto de pesquisa.

3.1 DESAFIOS DA PESQUISA

Tendo em vista os objetivos pretendidos, um dos primeiros desafios foi o de definir a abordagem a ser realizada com o propósito de atingir aqueles resultados. No caso, optou-se pela pesquisa qualitativa que, de acordo com Minayo (2010, p. 21), “[...] trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes”.

Nesse sentido, a autora (2010, p. 21) complementa:

O universo da produção humana que pode ser resumido no mundo das relações, das representações e da intencionalidade e é objeto da pesquisa qualitativa dificilmente pode ser traduzido em números e indicadores quantitativos (...). O pesquisador que trabalha com estratégias qualitativas atua com a matéria-prima das vivências, das experiências, da cotidianidade e também analisa as estruturas e as instituições, mas entende-as como ação humana objetivada.

Por isso, no estudo realizado, não se pretendeu testar hipóteses para comprová-las ou refutá-las, pois a intenção primeira foi a compreensão, ao reconstruir conhecimentos existentes sobre a realidade investigada (MORAES; GALLIAZZI, 2007).

A pesquisa atendeu, assim, às características fundamentais da investigação qualitativa, indicadas por Bogdan e Biklen (1999):

a) a fonte direta dos dados é o ambiente natural, ou seja, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense/*campus* Pelotas;

b) a investigação qualitativa é predominantemente descritiva, cujo material recolhido é rico em descrição de pessoas, acontecimentos e inclui “[...] transcrição de entrevistas, notas de campo, fotografias, vídeos, documentos pessoais, memorandos e outros registros oficiais” (p. 48);

c) há maior interesse pelo processo do que pelos resultados ou produtos, sendo que a intenção principal do pesquisador é a de verificar como um determinado problema se manifesta nas atividades, nos procedimentos e nas interações cotidianas;

d) há interesse em conhecer o significado que os sujeitos da pesquisa atribuem aos fatos, ocorrendo a tentativa de capturar a maneira como os informantes encaram as questões que estão sendo focalizadas;

e) a análise dos dados tende a seguir, prioritariamente, um processo indutivo, sem preocupação em comprovar hipóteses *a priori* definidas.

A investigação constituiu-se em estudo de caso, caracterizado por Chizzotti (2008, p. 135) como

[...] estudo que envolve a coleta sistemática de informações sobre uma pessoa particular, uma família, um evento, uma atividade ou, ainda, um conjunto de relações ou processo social para melhor conhecer como são ou como operam em um contexto real e, tendencialmente, visa a auxiliar tomada de decisão ou justificar intervenções, ou esclarecer por que elas foram tomadas ou implementadas e quais foram os resultados.

O estudo de caso requer busca intensa de dados de uma situação particular, de modo a compreendê-la o mais ampla e profundamente possível, permitindo descrevê-la com pormenores, avaliar resultados e instruir decisões (CHIZZOTTI, 2008).

A utilização do estudo de caso como estratégia de pesquisa surgiu, portanto, da intenção de conhecer fenômenos sociais que ocorrem em determinado espaço.

Yin (2005, p. 41) esclarece que

[...] a preferência por estudos de caso deve ser dada quando é possível fazer observação direta sobre os fenômenos. Os estudos de caso utilizam estratégias de investigação qualitativa para mapear, descrever e analisar o contexto, as relações e as percepções a respeito da situação, fenômeno ou episódio em questão. E é útil para gerar conhecimento sobre características significativas de eventos vivenciados, tais como intervenções e processos de mudança. Assemelha-se à focalização sobre um experimento que se busca compreender por meio de entrevistas, observações, uso de banco de dados e documentos.

Lüdke e André (2002, pp. 23-24) ressaltam a importância do estudo de caso como estratégia de pesquisa, afirmando que ele

[...] encerra um grande potencial para conhecer e compreender melhor os problemas da escola. Ao retratar o cotidiano escolar em toda a sua riqueza, esse tipo de pesquisa oferece elementos preciosos para uma melhor compreensão do papel da escola e suas relações.

Entende-se, portanto, que o estudo de caso permitiu mapear, descrever e analisar o contexto definido para a pesquisa, as relações a respeito da situação, fenômeno ou episódio investigado e, no caso desta Dissertação, a prática de Proteção Social ao aluno adolescente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense/campus Pelotas.

Depois de superado o desafio inicial, reafirmou-se o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense/*campus* Pelotas como local da pesquisa.

A partir daí, enveredou-se no ciclo da pesquisa, propriamente dito, que, na compreensão de Minayo (2010, p. 26), constitui-se em “[...] um peculiar processo de trabalho em espiral que começa com uma pergunta e termina com uma resposta ou produto que, por sua vez, dá origem a novas interrogações”.

Como primeiro passo desse ciclo, destacou-se a indagação: qual é o problema a ser estudado? Percebeu-se, concordando com Chizzotti (2008, p. 25), que delimitar o problema

[...] pode ser o momento mais aflitivo da pesquisa, porque sua definição está conexas com a concepção que gera o problema: o problema é expressão sintética de uma concepção. Clara ou indefinidamente, todo pesquisador tem uma concepção de mundo, genérica ou sistematizada em teorias, que informa toda sua atividade.

Nessa mesma direção, Deslandes (2010, p. 39) afirma que a “[...] definição do problema ou objeto de pesquisa às vezes é tarefa difícil, mas também é a razão da existência de um projeto”.

O projeto, após o processo de qualificação, foi submetido ao Comitê de Ética na Pesquisa⁵ da Universidade Católica de Pelotas, comprometendo-se o pesquisador a manter sigilo dos dados coletados e não identificar os participantes da investigação. O Parecer do Comitê de Ética constitui o Anexo I desta Dissertação.

3.2 PROCEDIMENTOS PARA COLETA DOS DADOS EMPÍRICOS

Para a coleta de dados, foram escolhidos procedimentos que permitiriam compreender a experiência dos interlocutores, suas concepções e suas construções, intentando-se identificar, como dados importantes para a pesquisa, “[...] a constância das manifestações e sua ocasionalidade, a frequência e a interrupção, a fala e o silêncio” (CHIZZOTTI, 2008, p. 84).

⁵ **Comitês de Ética na Pesquisa – CEP:** colegiados interdisciplinares e independentes, com “munus público”, de caráter consultivo, deliberativo e educativo, criados para defender os interesses dos sujeitos da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos (MINISTÉRIO DA SAÚDE. RESOLUÇÃO 196/1996, II 14).

Os instrumentos previstos para a coleta das informações exigidas para dar conta dos objetivos pretendidos contemplaram três tipos – análise documental, entrevista com profissionais, grupo focal com estudantes adolescentes sobre aspectos vinculados às práticas de Proteção Social no Instituto Federal Sul-rio-grandense/*campus* Pelotas.

A análise documental é um valioso procedimento para obtenção de dados qualitativos,

[...] seja complementando as informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema. São considerados documentos quaisquer materiais escritos que possam ser usados como fonte de informação sobre o comportamento humano. Estes incluem desde leis e regulamentos, normas, pareceres, cartas, memorandos, diários pessoais, autobiografias, jornais, revistas, discursos, roteiros de programas, de rádio e de televisão até livros, estatísticas e arquivos escolares (LÜDKE; ANDRÉ, 2002, p. 38).

Uma primeira decisão quanto à utilização da análise documental esteve relacionada ao tipo de documento que seria selecionado. De acordo com Lüdke e André (2002), há três tipos de documentos – tipo oficial (decreto, parecer, por exemplo); tipo técnico (relatório, plano); tipo pessoal (carta, diário, autobiografia).

A escolha dos documentos não foi aleatória. Por isso, como estratégia de pesquisa, utilizando-se da análise documental, buscou-se identificar informações factuais contidas nos documentos oficiais e técnicos, a partir das questões norteadoras da pesquisa, a saber: Regimento, Plano Institucional, Regulamentos, Planos de Coordenadorias, mapas de frequência de alunos, relatórios da Coordenadoria de Apoio Pedagógico e de Assistência Estudantil do IF Sul/*campus* Pelotas e registros de outras formas de proteção ao aluno adolescente.

Esse procedimento de pesquisa serviu, principalmente, para caracterizar o local da pesquisa – sua trajetória histórica, bem como para identificar o planejamento quanto à Proteção Social ao estudante adolescente. As informações colhidas foram registradas no Formulário-Síntese de Documentos (APÊNDICE I), o que permitiu evidenciar temas/abordagens/propósitos mais frequentes e, em consequência, construir as categorias da pesquisa.

Outro procedimento utilizado para a coleta de dados foi a entrevista semiestruturada (APÊNDICE II).

Conforme Minayo (2010, p. 42), “[...] a entrevista destina-se a fornecer informações que outros procedimentos não permitem alcançar, como crenças, sentimentos, expressões faciais, gestos, silêncios que enriquecem a comunicação do entrevistado e acrescentam dados ao entrevistador”.

As entrevistas podem ser classificadas em: sondagem de opinião, aberta ou em profundidade, focalizada e semiestruturada, sendo esta a que “[...] combina perguntas fechadas e abertas, em que o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema em questão sem se prender à indagação formulada” (MINAYO, 2010, p. 64).

Lüdke e André (2002, p. 34) consideram que

[...] a grande vantagem da entrevista sobre outras técnicas é que ela permite a captação imediata e corrente da informação desejada, praticamente com qualquer tipo de informante e sobre os mais variados tópicos. Uma entrevista bem-feita pode permitir o tratamento de assuntos de natureza estritamente pessoal e íntima, assim como temas de natureza complexa e de escolhas nitidamente individuais.

Triviños (1995, p. 146) reafirma esse posicionamento, ao caracterizar a entrevista semiestruturada como aquela que

[...] parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses que interessam à pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante.

A partir desse entendimento, optou-se por realizar entrevista semiestruturada com os profissionais, tendo um roteiro que guiou esse procedimento de coleta de dados em direção aos principais tópicos a serem cobertos pela pesquisa.

A entrevista continha questões abertas, enfocando os seguintes aspectos: entendimento dos entrevistados acerca de Proteção Social; Políticas Públicas de Proteção Social e de garantia aos direitos fundamentais; práticas de Proteção Social existentes no IFSul/*campus* Pelotas; principais programas/ações institucionais que beneficiam os alunos adolescentes; condições favorecedoras/restritivas das políticas institucionais de proteção ao aluno adolescente no IFSul-rio-grandense/*campus* Pelotas.

O critério de inclusão na pesquisa dos profissionais foi o de adesão livre, após esclarecimentos, por parte do pesquisador, dos propósitos da investigação.

Com relação à entrevista, os sujeitos da pesquisa foram os profissionais em atuação na Coordenadoria de Apoio Pedagógico e de Assistência Estudantil – COAPAE/*campus* Pelotas. A entrevista semiestruturada foi realizada com 16 (dezesesseis) profissionais, conforme especificado na tabela a seguir. Os profissionais entrevistados foram identificados pela letra P (profissional) seguida de um número de ordem de 01 (um) a 16 (dezesesseis).

Tabela 1 – Relação função x quantidade

FUNÇÃO	QUANTIDADE
Assistente de Alunos	03
Assistente Social	03
Diretor de Ensino	01
Nutricionista	01
Orientador Educacional	03
Psicólogo	02
Psicopedagogo	01
Supervisor Pedagógico	02
TOTAL	16

Fonte: PEREIRA, Manoel Inácio Ramil, 2013.

As informações junto aos alunos foram buscadas por meio da realização de grupos focais (APÊNDICE III). Essa técnica apresenta características específicas, tais como: constituir-se em forma rápida de o pesquisador colocar-se em contato com a população que deseja investigar; apresentar-se como um grupo de discussão informal e de tamanho reduzido, com o propósito de obter informações de caráter qualitativo (CRUZ NETO; MOREIRA; LUCENA, 2012).

Os mesmos autores (2012, p. 5) conceituam grupo focal como

[...] uma técnica de pesquisa na qual o pesquisador reúne, num mesmo local e durante certo período, uma determinada quantidade de pessoas que fazem parte do público-alvo de suas investigações, tendo como objetivo coletar, a partir do diálogo e do debate com e entre eles, informações acerca de um tema específico.

Gomes e Barbosa (2013, p. 1) consideram-no como “[...] um grupo de discussão informal e de tamanho reduzido, com o propósito de obter informações de caráter qualitativo em profundidade. É uma técnica rápida e de baixo custo para avaliação e obtenção de dados e informações qualitativas”.

Assim, o objetivo primordial de um grupo focal é o de revelar as percepções e entendimentos dos participantes sobre o tema em discussão.

Gatti (2003) alerta que, para a utilização dessa técnica, há necessidade de clareza quanto ao problema e às questões de pesquisa. Para tanto, o pesquisador precisa elaborar um quadro teórico acerca do tema em foco, o que lhe permitirá levantar questões relevantes e contextualizadas, assim como orientar a construção de um roteiro preliminar de trabalho com o grupo participante da pesquisa.

Esclarece a autora (2003, p. 17) que o roteiro,

[...] como forma de orientar e estimular a discussão, deve ser utilizado com flexibilidade, de modo que ajustes durante o decorrer do trabalho podem ser feitos (...). O próprio processo grupal deve ser flexível, embora sem perder de vista os objetivos da pesquisa.

Na coleta de informações junto aos alunos adolescentes, foram realizados três grupos focais, contando cada grupo com 06 (seis) alunos: o primeiro grupo constituiu-se por alunos beneficiários da Assistência Estudantil; o segundo grupo contou com alunos não-beneficiados pela Assistência Estudantil; o terceiro grupo comportou alunos adolescentes do Grêmio de Estudantes do IFSul/*campus* Pelotas.

Como sujeitos da pesquisa foram incluídos, assim, 12 (doze) alunos adolescentes do Curso de Eletrotécnica e 06 (seis) participantes do Grêmio de Estudantes do IFSul-rio-grandense/*campus* Pelotas, totalizando 18 (dezoito) alunos. Os grupos focais são identificados pela sigla GF seguida de um número indicativo de cada grupo: alunos beneficiados pela Assistência Estudantil (GF1); alunos não beneficiados pela Assistência Estudantil (GF2); alunos do Grêmio de Estudantes (GF3).

A escolha deste Curso ocorreu em razão de o mesmo funcionar em três turnos – manhã, tarde e noite. A inclusão de alunos do Grêmio de Estudantes foi uma opção em decorrência de, provavelmente, serem alunos com maior nível de politização e, possivelmente, terem maior conhecimento das questões que afligem os adolescentes.

Tabela 2 – Caracterização dos Grupos Focais

IDENTIFICAÇÃO	ORIGEM	QUANT.
Beneficiados pela AE	Curso de Eletrotécnica	06
Não-beneficiados pela AE	Curso de Eletrotécnica	06
Grêmio de Estudantes	Curso de Edificações	03
	Curso de Eletrônica	01
	Curso de Mecânica	02
TOTAL		18

Fonte: PEREIRA, Manoel Inácio Ramil, 2013.

A participação dos alunos foi registrada em áudio, sendo, em seguida, transcrita com o propósito de posterior análise.

Foram realizadas duas sessões para cada grupo focal, com duração média de 50 (cinquenta) minutos cada uma, com exceção do primeiro encontro com os alunos do Grêmio de Estudantes que atingiu 01 (uma) hora e 10 (dez) minutos.

Procurou-se criar situação de conforto, de modo a gerar uma atmosfera favorável à participação dos estudantes. Buscou-se, no momento inicial, oferecer informações que deixassem os participantes à vontade, orientando-os sobre a dinâmica do trabalho. Atentou-se para que os participantes realizassem trocas entre si, evitando que respondessem apenas ao moderador-pesquisador. Cuidou-se, também, para que a discussão se mantivesse produtiva, garantindo a participação de todos os estudantes e favorecendo a interação entre eles.

Quando da adesão à pesquisa, os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (APÊNDICES IV-A e B), conforme preceito ético na realização de pesquisa envolvendo seres humanos, regulamentado na Resolução nº 196/1996 (BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2014):

II.2 – Pesquisa envolvendo seres humanos - pesquisa que, individual ou coletivamente, envolva o ser humano, de forma direta ou indireta, em sua totalidade ou partes dele, incluindo o manejo de informações ou materiais.

II.2 – Consentimento livre e esclarecido – anuência do sujeito da pesquisa e/ou de seu representante legal, livre de vícios (simulação, fraude ou erro), dependência, subordinação ou intimidação, após explicação completa e pormenorizada sobre a natureza da pesquisa, seus objetivos, métodos, benefícios previstos, potenciais riscos e o incômodo que esta possa acarretar, formulada em um termo de consentimento, autorizando sua participação voluntária na pesquisa.

A adesão dos alunos ocorreu depois da divulgação da pesquisa em salas de aula do Curso de Eletrotécnica e junto ao Grêmio de Estudantes. Os alunos adolescentes foram informados sobre o tema do estudo. Os convites mereceram atenção cuidadosa por parte do pesquisador, que procurou motivar os adolescentes para o trabalho, o qual se constituiu em experiência inédita para eles.

A seleção dos alunos obedeceu às seguintes etapas:

- divulgação e explicitação da proposta da pesquisa entre os alunos do Curso Técnico em Eletrotécnica e da Diretoria do Grêmio de Estudantes;
- adesão dos alunos como sujeitos da pesquisa.

O local para a realização dos grupos focais foi a sala 214 (duzentos e catorze) A, do Curso de Mecânica, prédio do IFSul-rio-grandense/campus Pelotas.

3.3 PROCEDIMENTOS PARA ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS COLETADOS

Como atividade antecedente à análise e interpretação dos dados, tornou-se indispensável organizar todas as informações recolhidas por meio da análise documental, das entrevistas e dos grupos focais.

Essa etapa do trabalho de pesquisa é denominada, comumente, de “tratamento e organização dos dados da pesquisa”, momento em que começa a transformação da “matéria bruta” da investigação em “matéria prima” (CHIZZOTTI, 2008). Aqui, foram organizados conjuntos de ideias, gerados a partir de vocábulos, expressões, observações, depoimentos dos interlocutores, permitindo a categorização das informações.

Seguiu-se, no ciclo da pesquisa, a etapa de análise e interpretação dos dados coletados e organizados em categorias.

Na compreensão de Chizzotti (2008, p. 250), em grande medida,

[...] é para essa etapa que convergem todas as outras (...). Todo o trabalho feito até então, processado e ordenado na etapa anterior, é agora submetido aos estudos e às descrições, às comparações e às interpretações (...). É a esse conjunto de processos críticos da inteligência que se dá o nome de *análise dos dados da pesquisa*.

Nessa etapa, o pesquisador sentiu-se convocado a confrontar os dados obtidos com o referencial teórico construído, chamado a identificar algo significativo a respeito da realidade investigada, a partir da visão dos sujeitos da pesquisa.

No movimento de análise e interpretação, optou-se pela análise de conteúdo como forma de descrever as possibilidades de identificar/extrair o significado das comunicações realizadas na pesquisa em foco.

De acordo com Chizzotti (2008, p. 113), a análise de conteúdo visa a “[...] decompor as unidades léxicas ou temáticas de um texto, codificadas sobre algumas categorias, compostas por indicadores que permitam uma enumeração das unidades e, a partir disso, estabelecer inferências generalizadoras”.

A análise de conteúdo surgiu no início do século XX, sustentada pelas ideias de rigor e cientificidade, e era concebida a partir de uma perspectiva quantitativa. No entanto, essa modalidade de análise passou por várias formas de efetivação, chegando ao século XXI com características como:

[...] (a) mais uma técnica para analisar conteúdos de mensagens; (b) a possibilidade de se analisar conteúdos a partir da perspectiva qualitativa; (c) o uso de inferências que partem da descrição dos conteúdos explícitos da comunicação para chegar a dimensões que vão para além da mensagem. Em outras palavras, através da análise de conteúdo, podemos caminhar na descoberta do que está por trás dos conteúdos manifestos, indo além das aparências do que está sendo comunicado (GOMES, 2010, pp. 83-84).

Na consideração dessas perspectivas, foi realizada a análise de conteúdo nesta pesquisa, contemplando os seguintes momentos:

- organização do material disponível em unidades de significados “[...] para fazer a mensuração da frequência média das ocorrências e estabelecer associações relevantes sobre os sentidos expressos na mensagem” (CHIZZOTTI, 2008, p. 116);

- categorização das unidades de sentido, entendendo-se categorização, segundo Gomes (2010, p. 88), como

[...] uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento segundo o gênero (analogia) com critérios previamente definidos. As categorias são rubricas ou classes, as quais reúnem um grupo de elementos (unidades de registro) sob um título genérico.

- descrição do resultado da categorização com destaque para elementos encontrados na análise;

- inferências dos resultados a partir de pressupostos estabelecidos no referencial teórico, ou seja, deduzir de maneira lógica algo do conteúdo que está sendo analisado (GOMES, 2010);

- interpretação dos resultados obtidos com base na fundamentação teórica adotada, chegando a uma síntese entre o problema e as questões de pesquisa, os resultados obtidos e a perspectiva teórica, passando a produzir conhecimento relacionado ao tema pesquisado.

As categorias de análise estabelecidas na pesquisa encontram-se registradas na tabela a seguir.

Tabela 3 – Categorias de Análise

Nº de Ordem	Categorias
01	Concepção de Proteção Social
02	Proteção Social ao Adolescente no IFSul/ <i>campus</i> Pelotas
03	Condições favoráveis/restritivas às práticas de Proteção Social ao adolescente no IFSul/ <i>campus</i> Pelotas
04	Aperfeiçoamento das práticas de Proteção Social ao adolescente no IFSul/ <i>campus</i> Pelotas

Fonte: PEREIRA, Manoel Inácio Ramil, 2013.

CAPÍTULO 4

PROTEÇÃO SOCIAL AO ADOLESCENTE NO INSTITUTO FEDERAL SUL-RIO-GRANDENSE: PROPOSTAS E POSSIBILIDADES

A educação tem um lugar privilegiado no campo dos direitos sociais. É, ao mesmo tempo, determinada e determinante do desenvolvimento social de uma nação soberana.

(GENTILI, 2003, p. 29)

Neste Capítulo, em primeiro lugar, caracteriza-se o local que serviu para o estudo de caso – o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense/*campus* Pelotas. De forma sucinta, retoma-se a trajetória histórica desta Instituição, procurando situar seus momentos mais significativos no contexto da educação brasileira, destacando-se os aspectos filosófico-ideológicos que a configuraram na definição de sua tipologia.

Como estratégia de pesquisa, o estudo de caso permitiu a intensa busca de dados relativos à Proteção Social ao aluno adolescente, identificadas, inicialmente, como propostas institucionais. Desse modo, nesse princípio de trabalho, já se tornou possível configurar e compreender, em grande medida, as propostas de Proteção Social previstas no IFSul-rio-grandense/*campus* Pelotas.

A seguir, são apresentados os dados de maior relevância para a investigação, resultantes da análise documental, informações buscadas em fontes oficiais e técnicas do IFSul/*campus* Pelotas, tais como: Estatuto, Regimento, Plano de Desenvolvimento Institucional, Regulamento da Política de Assistência Estudantil, Projetos e Planos de Ação. A análise documental, neste caso, atentou, especificamente, para as propostas institucionais relativas à Política de Proteção Social ao educando adolescente.

Destacam-se, neste Capítulo, as instâncias organizativas que mantêm maior relação com o tema da pesquisa, assim como elementos constitutivos da Política de Assistência Estudantil do IFSul/*campus* Pelotas.

4.1 INSTITUTO FEDERAL SUL-RIO-GRANDENSE: O LOCAL DA PESQUISA

4.1.1 A construção histórica da Instituição

Resgatar e reconstituir a história do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense é, sem dúvida, aprofundar a visão a respeito de suas dificuldades e conquistas. E, como afirma Magalhães (1998, p. 3), para

[...] compreender e explicar a existência histórica de uma instituição educativa é, sem deixar de integrá-la à realidade mais ampla que é o sistema educativo, contextualizá-la, implicando-a no quadro de evolução de uma comunidade e de uma região, é por fim sistematizar e (re) escrever-lhe o itinerário de vida na sua multidimensionalidade, conferindo um sentido histórico.

Por meio dos documentos analisados, identificou-se a origem do IFSul no início do século XX.

A década de 1910 assistiu a uma profunda transformação da sociedade brasileira. A Revolução Industrial, que já caracterizava a Europa, chegava ao Brasil, trazendo outras formas de produção, cativando o trabalhador agrícola que se insere nas zonas urbanas. As atividades econômicas, políticas e culturais tornaram-se mais complexas e, por consequência, a educação escolar vai se fazendo necessária a uma quantidade maior da população brasileira. Naquele tempo, entendia-se “[...] a educação como arte de educar o homem para a vida, desenvolvendo a capacidade de trabalhar. Por isso, defendia-se um ensino menos teórico, baseado no método experimental” (MAGALHÃES, 1998, p. 51). Estava preparado, desse modo, o cenário para o surgimento de escolas de Artes e Ofícios. De acordo com esse entendimento político-social, em Pelotas, eclodem, à semelhança do que ocorria nacionalmente, projetos de instrução destinados a jovens e adultos trabalhadores. Dentre esses projetos, estava a criação de cursos noturnos masculinos de Instrução

Primária que funcionavam junto às Bibliotecas Públicas, nos quais era exaltado o trabalho. Peres (2002, p. 160) afirma, nesse sentido, que a escola “[...] tornou-se um meio de atingir as classes populares para inculcar o *ethos* do trabalho, especialmente em função das novas relações que se gestavam com o advento do trabalho livre”.

A instalação da Escola de Artes e Ofícios, criada em 07 de julho de 1917, no Município de Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul, também faziam parte desse contexto. Tinha por objetivo oferecer educação profissional para meninos pobres. Na data do aniversário do Município, a Escola de Artes e Ofícios de Pelotas, concretizou a proposta “[...] apresentada pelo Major Alexandre Gastaud em reunião de diretoria da Biblioteca Pública Pelotense” (MEIRELES, 2002, p. 57), conforme ata de Sessão de Diretoria, de 23 de junho de 1917.

A criação da Escola de Artes e Ofícios, em Pelotas, decorreu, segundo aponta Meireles (2002, pp. 57-58), da

[...] legislação federal expedida por Nilo Peçanha em 1909, que considerava a necessidade de habilitação dos desfavorecidos da fortuna com o indispensável preparo técnico e intelectual, para fazê-los adquirir hábitos de trabalho profícuo que os afastassem de ociosidade, escola do vício e do crime.

À época, Pelotas era governada pelo Intendente Cypriano Corrêa Barcellos, sendo o Coronel Joaquim Augusto de Assumpção o presidente da Biblioteca Pública Pelotense, eleito como primeiro presidente do Conselho Diretor da Escola. A ideia da criação da Escola de Artes e Ofícios foi saudada efusivamente pela comunidade pelotense e amplamente divulgada pelos meios de comunicação. Nestes, além da ênfase à importância da preparação para o trabalho da classe desfavorecida da sociedade, aparecia, de forma subjacente, a ideia de que a referida escola se constituiria como meio de regeneração dos “desvalidos”.

Nesse período histórico, somente as capitais dos Estados Brasileiros ofereciam o ensino profissional ao cidadão de baixa renda. Por isso, a iniciativa de particulares que fundaram a Escola de Artes e Ofícios, em Pelotas, foi considerada de grande relevância, assim como registra Peres (2002, p. 46): “Considerando-se “esquecida” pelo governo central e provincial, Pelotas vangloriava-se de realizar

seus melhoramentos e suprir suas necessidades a partir das iniciativas, dos recursos e da 'boa vontade' dos seus cidadãos”.

Essa Escola de “instrução thécnica”, conforme denominação constante de seus estatutos, assumiu as características do setor industrial, sendo

[...] a personalidade jurídica prevista para a Escola a mesma das demais sociedades civis, nos termos do Código Civil vigente. Havia sócios da Escola, classificados como fundadores, efetivos, remidos, honorários e beneméritos. Para a administração, era prevista uma Assembleia Geral e um Conselho Diretor, composto por 16 membros eleitos para um mandato de 03 anos. Entre os membros do Conselho, eram escolhidos, anualmente, o presidente, o vice-presidente, o secretário e o tesoureiro (MEIRELES, 2002, pp. 61-62).

Após inúmeros desacertos políticos, a Escola de Artes e Ofícios foi assumida pelo Poder Público Municipal, recebendo a denominação de Escola Technico-Profissional, instituída pelo Decreto Municipal nº 1.795, de 08 de março de 1930, e, em abril de 1930, os pais são conclamados a matricular seus filhos na nova escola. Só eram admitidos alunos do sexo masculino.

O Regulamento Escolar evidenciava seu objetivo principal:

[...] proporcionar, gratuitamente, aos menores pobres que preencherem as condições estabelecidas, o ensino e a educação technico-profissional necessária ao exercício de profissões em que possam, com facilidade encontrar trabalho remunerado e ser úteis à sociedade (IFSUL, 2014, p. 1).

O Decreto Municipal nº 1.864, de 18 de março de 1933, alterou a denominação da Escola que passou a se chamar Instituto Technico-Profissional de Pelotas, com o objetivo específico de formar artífices.

Segundo informa Meireles (2002) eram os seguintes os critérios para ingresso no Instituto Technico-Profissional de Pelotas: a) ter a idade de 10 a 16 anos e ser pobre; b) saber ler, escrever e conhecer as quatro operações fundamentais; c) não sofrer de moléstia infecto-contagiosa e ter sido vacinado contra a varíola; d) ser aprovado perante comissão designada pelo Diretor do Instituto.

No transcurso histórico, o Instituto Technico-Profissional foi extinto através do Decreto Municipal nº 1.979, de 25 de maio de 1940.

Em 30 de janeiro de 1942, foi expedida a Lei Orgânica do Ensino Industrial, cumprindo o Governo Federal a regra constitucional que lhe atribuía a responsabilidade de estabelecer diretrizes para a educação nacional. Assim, o Decreto-Lei nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942, primeira Lei Orgânica do Ensino, tornou-se o instrumento legal que regulamentaria a Escola Técnica de Pelotas. Essa Lei organizou o Ensino Industrial de graus básico e secundário no Brasil “[...] destinado à preparação profissional de trabalhadores da indústria e das atividades artesanais, e ainda dos trabalhadores do transporte, das comunicações e da pesca” (BRASIL. DECRETO-LEI 4.073, ARTIGO 1º).

Em 1942, através do Decreto-lei nº 4.127, Artigo 8º, assinado pelo Presidente Getúlio Vargas e pelo Ministro Gustavo Capanema, foi criada a Escola Técnica de Pelotas – ETP, passando a fazer parte da rede de estabelecimentos de Ensino Federal. Sua sede foi erguida no mesmo terreno do Instituto Técnico Profissional, sendo seu primeiro Quadro de Pessoal formado por alguns professores e funcionários do então Instituto. Era a única instituição do gênero no Estado do Rio Grande do Sul.

Isso era decorrência do preceito da Constituição Federal de 1937, que, no Artigo 129, observava:

O ensino pré-vocacional profissional destinado às classes menos favorecidas é em matéria de educação o primeiro dever de Estado. Cumpre-lhe dar execução a esse dever, fundando institutos de ensino profissional e subsidiando os de iniciativa dos Estados, dos Municípios e dos indivíduos ou associações particulares e profissionais.

Em sua organização, o Ensino Industrial previa a oferta de dois ciclos: no primeiro, situavam-se os cursos industriais básicos, com duração de 04 (quatro) anos, voltados à formação de artífices qualificados; no segundo, encontravam-se os cursos técnicos, com duração de 03 (três) anos, destinados à especialização das Escolas Técnicas Federais (BRASIL. DECRETO-LEI Nº 4.073/1942).

O Ensino Industrial assumiu propósitos mais abrangentes, propondo-se a atender a 03 (três) tipos de interesse: 1) interesse do trabalhador: relacionado à preparação profissional e à formação humana; 2) interesse da empresa: provisão de mão-de-obra suficiente e adequada à demanda do segmento industrial; c) interesse

da nação: promoção contínua de construtores qualificados para a economia do País (BRASIL. DECRETO-LEI Nº 4.073/1942).

Quanto ao contexto delineado na década de 1940, Meireles (2002, p. 102) registra que, em 25 de fevereiro de 1942,

[...] através do Decreto-Lei nº 4.127, foi organizada a rede federal de estabelecimentos de ensino industrial, instituindo as escolas técnicas e as escolas industriais que a compunham. Por este Decreto-Lei, foram criadas 11 (onze) Escolas Técnicas Federais, entre as quais a Escola Técnica de Pelotas.

O Ato Solene de inauguração da Escola Técnica de Pelotas, de acordo com esse Decreto-Lei, ocorreu em 11 de outubro de 1943 e contou com a presença de Getúlio Vargas, Presidente da República.

Iniciou suas atividades letivas em 1945, oferecendo cursos de curta duração (Forja, Serralheria, Fundição, Mecânica de Automóveis, Máquinas e Instalações Elétricas, Marcenaria, Alfaiataria, Tipografia, entre outros).

Em 1959, a Escola Técnica de Pelotas foi caracterizada como Autarquia Federal e, em 1965, passou a ser denominada Escola Técnica Federal de Pelotas – ETFPEL, autarquia federal vinculada ao Ministério de Educação e Cultura, mantendo, todavia, gestão administrativa e financeira descentralizada, “[...] com personalidade jurídica, patrimônio e receita próprios. Sujeitava-se, no entanto, à orientação, coordenação e controle do Governo Federal” (MEIRELES, 2002, p. 139).

Em decorrência, tendo assumido um importante papel social e reconhecimento destacado na formação de técnicos industriais,

[...] a ETFPEL tornou-se uma instituição especializada e referência na oferta de educação profissional de nível médio, formando grande número de alunos nas habilitações de Mecânica, Eletrotécnica, Eletrônica, Edificações, Eletromecânica, Telecomunicações, Química e Desenho Industrial (IFSUL/PDI, 2014, p. 2).

A partir de 1964, a ETFPEL passou a contar com a presença de meninas no quadro discente do Ginásio Industrial. Desde 1971, o Ginásio Industrial entrou em regime de extinção.

Em 1974, o Grêmio de Estudantes foi transformado em Diretório Estudantil, quando recebeu a denominação de Diretório Estudantil Ildemar Bonat, em homenagem ao ex-Diretor da Escola Técnica Federal de Pelotas.

Em 26 de fevereiro de 1996, começou a funcionar a primeira Unidade de Ensino Descentralizada – UNED da Escola Técnica Federal de Pelotas, *campus* de Sapucaia do Sul. Em razão da política do Governo Federal de não instituir novas autarquias, foi aberta a possibilidade de a expansão do Ensino Técnico “[...] ocorrer através de *campus* avançado, vinculando as novas unidades a serem criadas às administrações das Escolas Técnicas Federais de cada Estado da Federação” (MEIRELES, 2002, p. 159).

Em 1998, a ETFPEL começou a efetivar a oferta de Ensino Superior, implantando o Programa Especial de Formação Pedagógica, destinado à habilitação de professores da Educação Profissional, e o Curso de Engenharia de Controle e Automação (MEIRELES, 2002).

O Decreto Presidencial, publicado no Diário Oficial de 20 de janeiro de 1999, autorizou a implantação do Centro Federal de Educação Tecnológica de Pelotas – CEFET, atendendo a uma reivindicação da comunidade escolar, o que foi acolhido com grande entusiasmo no Município e na Região de abrangência dessa Instituição. Esse evento possibilitou a intensificação da oferta de Cursos de Graduação e Pós-Graduação, “[...] abrindo espaço para projetos de pesquisa e convênios, com foco nos avanços tecnológicos” (IFSUL/PDI, 2014, p. 24).

Atendendo à política de expansão, em 2006, foi inaugurada a Unidade de Ensino de Charqueadas e, em 2007, a Unidade de Ensino de Passo Fundo.

Ao término do ano de 2008, no dia 29 de dezembro, foi criado,

[...] a partir do Centro Federal de Educação Tecnológica de Pelotas, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense, com sede e foro na cidade de Pelotas, estado do Rio Grande do Sul, nos termos da Lei nº 11.892, com natureza jurídica de autarquia, vinculada ao Ministério da Educação (IFSUL/PDI, 2014, p. 24).

Em sua trajetória histórica, o Instituto Federal Sul-rio-grandense tem encontrado inúmeros desafios, buscando concretizar formas e estratégias condizentes às

transformações sociocientífico-culturais, respondendo às expectativas e necessidades de múltiplas comunidades do Estado do Rio Grande do Sul.

4.1.2 Organização Administrativo-Pedagógica do IFSul/*campus* Pelotas

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense tem por missão:

Implementar processos educativos, públicos e gratuitos de ensino, pesquisa e extensão, que possibilitem a formação integral mediante o conhecimento humanístico, científico e tecnológico e que ampliem as possibilidades de inclusão e desenvolvimento social (IFSUL/PDI, 2014, p. 23).

Para tanto, o IFSul é formado por 12 (doze) câmpus: Bagé, Camaquã, Charqueadas, Gravataí, Lajeado, Passo Fundo, Pelotas, Pelotas Visconde da Graça, Santana do Livramento, Sapiranga, Sapucaia do Sul, Venâncio Aires.

Atualmente, conforme consta em seu Plano de Desenvolvimento Institucional (2014), oferece Educação Profissional e Tecnológica em diferentes níveis e modalidades, articulando Ensino Médio, Ensino Superior e Ensino Técnico em favor da sociedade, colocando à disposição da comunidade regional, no IFSul/*campus* Pelotas:

- 10 (dez) cursos de nível médio (Comunicação Visual, *Design* de Interiores, Edificações, Eletromecânica, Eletrônica, Eletrotécnica, Mecânica, Química, Restauro de Edificações, Telecomunicações), nas modalidades: a) Integrado: aluno cursa o Ensino Médio e Técnico, sendo o currículo composto por disciplinas propedêuticas e disciplinas técnicas, garantindo a formação geral e profissional; b) Subsequente: aluno deverá ter concluído o Ensino Médio, a fim de realizar a formação em Nível Técnico-Profissional; c) Concomitante: aluno deverá ter concluído o primeiro ano do Ensino Médio, passando a cursar apenas as Disciplinas Técnicas no IFSul, enquanto continua a cursar o Ensino Médio em outro estabelecimento de ensino;

- 08 (oito) cursos superiores (Bacharelado em *Design*, Engenharia Elétrica, Engenharia Química, Gestão Ambiental, Licenciatura em Computação, Saneamento Ambiental, Sistemas para *Internet*, Sistemas *Internet*/EAD);

- 05 (cinco) cursos *latu sensu* (Educação, Educação Profissional com Habilitação para a Docência, Formação de Formadores, Formação Pedagógica, Linguagens Verbais e Visuais, Mídias na Educação);

- 01 (um) curso *strito sensu* (Mestrado Profissional em Educação e Tecnologia).

O Instituto Federal Sul-rio-grandense, vinculado ao Ministério da Educação, é detentor de autonomia administrativa, patrimonial, de gestão financeira, didático-pedagógica e disciplinar. Rege-se pela legislação federal e pelos seguintes instrumentos normativos: Estatuto, Regimento Geral, Resoluções do Conselho Superior e Atos da Reitoria (IFSUL, ESTATUTO, 2013).

4.2 PROTEÇÃO SOCIAL AO ADOLESCENTE: A ANÁLISE DOCUMENTAL

O Instituto Federal Sul-rio-grandense declara, dentre seus princípios, expressos no Artigo 3º de seu Estatuto (2013, p. 3):

II - compromisso com a prática da justiça social, equidade, cidadania, ética, preservação do meio ambiente, transparência e gestão democrática;

VII - compromisso com a educação inclusiva, com a permanência do educando e com o processo emancipatório (IFSUL. ESTATUTO, 2013, p. 3).

Revela, assim, seu propósito de atender aos direitos dos estudantes, orientando sua oferta educativa no sentido da justiça e equidade.

Em sua organização administrativo-pedagógica, o IFSul possui a Diretoria de Gestão de Assistência Estudantil – DIGAE – que comporta a Coordenadoria de Apoio ao Estudante e a Coordenadoria de Acompanhamento dos Programas de Assistência ao Estudante.

A Diretoria de Gestão de Assistência Estudantil é “[...] o órgão sistêmico responsável por orientar, assessorar e acompanhar projetos e atividades relacionadas à assistência estudantil” (IFSUL. REGULAMENTO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL, 2012, p. 6).

São competências da Diretoria de Gestão de Assistência Estudantil: propor políticas relativas à prestação da assistência estudantil do IFSul; promover ações para o inter-relacionamento dos integrantes da comunidade estudantil, atuando

como agentes da política social, cultural e comunitária; orientar, assessorar e acompanhar os programas e projetos de prestação de assistência social; estimular a organização de entidades estudantis (IFSUL. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICA, 2013).

A estrutura do IFSul também prevê a Diretoria de Ensino que abrange diversas coordenadorias e departamentos responsáveis pelas funções básicas do Instituto – o ensino, a pesquisa e a extensão. Dentre eles, encontra-se a Coordenadoria de Apoio Pedagógico e de Assistência Estudantil, subdividida em Coordenadoria de Apoio Pedagógico, Coordenadoria de Orientação Educacional e Coordenadoria de Assistência Estudantil.

A Coordenadoria de Apoio Pedagógico e de Assistência Estudantil – COAPAE – “[...] é responsável por assessorar a Diretoria de Ensino, objetivando a melhoria da qualidade do processo de ensino-aprendizagem, com vistas a assegurar o êxito do estudante, articulando as ações entre o Apoio Pedagógico, a Assistência Estudantil e a Orientação Educacional” (IFSUL, PDI, 2014, p. 97).

A Coordenadoria de Assistência Estudantil – COAE – “[...] é responsável por propor e gerenciar programas, projetos e atividades relacionadas à assistência estudantil, realizando um trabalho integrado com a Coordenadoria de Apoio Pedagógico e a Coordenadoria de Orientação Educacional” (IFSUL, PDI, 2014, p. 98), enquanto a Coordenadoria de Orientação Educacional – COOE –

[...] é responsável por planejar, orientar, assessorar e acompanhar programas, projetos e atividades relacionados ao processo educativo junto à comunidade acadêmica e aos pais e/ou responsáveis, realizando um trabalho integrado com a Coordenadoria de Apoio Pedagógico e a Coordenadoria de Assistência Estudantil (IFSUL, PDI, 2014, p. 98).

A abrangência das ações da Diretoria de Gestão de Assistência Estudantil – DIGAE encontra-se representada na figura 12.



Figura 12 – Regulamento da Política de Assistência Estudantil.

Fonte: <www.ifsul.edu.br/index.php?option=com_docman&task=doc>.

A Política de Assistência Estudantil foi implantada no IFSul, em 2010, de acordo com o Decreto nº 7.234/2010. Vem sendo desenvolvida, ao longo dos últimos anos, atendendo ao previsto no Programa Nacional de Assistência Estudantil (IFSUL, REGULAMENTO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL, 2012, p. 5).

Essa Política visa a “[...] contribuir com o acesso, permanência e êxito dos estudantes, na perspectiva da equidade, produção do conhecimento, melhoria do desempenho acadêmico e da qualidade de vida” (IFSUL, REGULAMENTO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL, 2012, p. 5).

Obedece aos seguintes princípios, conforme registrado no Regulamento da Política de Assistência Estudantil (2012, p. 6):

I – afirmação da educação técnica e tecnológica como uma política de Estado; II – gratuidade do ensino; III – busca pela igualdade de condições para o acesso, a permanência e o êxito dos estudantes; IV – formação ampliada na sustentação do desenvolvimento integral dos estudantes; V – democratização e qualidade dos serviços prestados à comunidade escolar; VI – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; VII – orientação humanística para o exercício pleno da cidadania; VIII – defesa da justiça social e respeito à diversidade; IX – pluralismo de ideias e reconhecimento da liberdade como valor ético central.

Os objetivos da Política de Assistência Estudantil aos alunos do IFSul-rio-grandense estão voltados: à permanência e êxito escolar; ao redimensionamento de ações que atendam às necessidades dos estudantes, considerando o perfil socioeconômico dos discentes; à promoção da formação integral, estimulando o desenvolvimento da criatividade, da reflexão crítica, dos intercâmbios cultural, esportivo, artístico, político, científico e tecnológico; à consolidação de um sistema de informações sobre os projetos de assistência estudantil; à atualização do perfil socioeconômico educacional; ao estabelecimento de indicadores quantitativos e qualitativos para composição do Sistema de avaliação do Programa de Assistência Estudantil; ao incentivo à representação estudantil no acompanhamento e na avaliação de projetos de assistência ao estudante (IFSUL, REGULAMENTO, 2012).

A Política de Assistência Estudantil é gerida pela Diretoria de Gestão de Assistência Estudantil - DIGAE, subordinada à Reitoria do IFSul-rio-grandense.

De acordo com o Regulamento da Política de Assistência Estudantil (2012, p. 8), em seu Artigo 9º, compete à Diretoria de Gestão de Assistência Estudantil, considerando as especificidades de cada *campus*:

[...] I – propor as políticas relativas à assistência estudantil da Instituição; II – orientar, assessorar e acompanhar o programa e os projetos de assistência estudantil; estimular a participação da comunidade discente nas questões de assistência estudantil.

Em cada *campus*, cabe ao Departamento de Ensino “[...] desenvolver as ações de assistência ao estudante conforme a estrutura organizacional definida pelo seu Regimento Interno” (IFSUL, REGULAMENTO, 2012, p. 9).

O Regulamento da Política de Assistência Estudantil (2012, p. 9) define que essa política “[...] dar-se-á através do Programa de Assistência Estudantil, que objetiva atender e apoiar estudantes em situação de vulnerabilidade social, de modo a contribuir para o acesso, para a permanência e para o êxito acadêmico”.

De acordo com o mesmo Regulamento (2012, p. 9), Artigo 13, são considerados usuários da Política de Assistência Estudantil “[...] os estudantes regularmente

matriculados nos cursos Proeja⁶, FIC⁷, Técnico e Superior de Graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense, em situação de vulnerabilidade social”.

Em relação à concessão de benefícios, o Regulamento (2012, p. 9) determina:

Artigo 16 – Os benefícios serão disponibilizados semestralmente mediante a publicação de edital pelo *campus*, que fixará prazo, critérios e condições para o estudante se submeter a estudo socioeconômico.

§ 1º - O edital de que trata o *caput* estabelecerá os documentos a serem apresentados pelo candidato.

§ 2º - A entrega da documentação é de responsabilidade do solicitante e sua falta acarretará perda automática do direito ao estudo socioeconômico.

O estudo socioeconômico, realizado por profissionais do Serviço Social, observa os seguintes critérios para concessão de benefício ao estudante (Artigo 17): “[...] I – situação de moradia; II – situação de trabalho; III – constelação familiar; IV – despesas familiares; V – renda *per capita*; VI – bens móveis e imóveis da família; VII – escolaridade dos membros da família”.

Cabe ao Serviço Social divulgar os prazos, critérios e exigências de seleção para os programas de benefícios.

O benefício é concedido ao estudante no período correspondente a um ano letivo e será automaticamente cancelado após a conclusão do curso. São exigidos dos estudantes beneficiados: frequência, aproveitamento acadêmico e utilização adequada do benefício (IFSUL, REGULAMENTO, 2012).

Quanto à submissão ao benefício, o Artigo 25 do Regulamento da Política de Assistência Estudantil no IFSul-rio-grandense especifica:

⁶ **PROEJA:** Programa de Educação de Jovens e Adultos insere-se no Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica; pretende contribuir para a superação do constrangedor quadro de analfabetismo e/ou reduzida escolaridade; dados da ONU (2014) revelam que o Brasil possui 10 milhões de adultos que não sabem ler e escrever (ZERO HORA, 2014, 31 janeiro).

⁷ **FIC:** Formação Inicial e Continuada objetiva: proporcionar aos trabalhadores o desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva e social; promover a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais nas áreas da educação profissional e tecnológica; qualificar e requalificar trabalhadores, preparando-os para que se dediquem a um tipo de atividade profissional, a fim de promover seu ingresso e/ou reingresso no mercado de trabalho; despertar nos cidadãos o interesse para o reingresso na escola, em cursos e programas que promovam a elevação de escolaridade e o aumento da consciência socioambiental; ampliar as competências profissionais dos trabalhadores (IFMINAS GERAIS, POÇOS DE CALDAS, 2014).

Artigo 25 – O estudante deverá submeter-se a novo estudo socioeconômico a cada dois anos, conforme edital disponibilizado pela Assistência Estudantil do *campus*.

Parágrafo único. O estudante que não se submeter ao que consta neste artigo terá o (s) benefício (s) cancelado (s), podendo concorrer novamente a eles no processo de estudo socioeconômico regulado pelo próximo edital.

Em sua organização administrativo-pedagógica, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense mantém a Coordenadoria de Apoio à Comunidade Estudantil – COACE, parte integrante do Setor de Serviço Social (IFSUL, PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL, 2013).

São considerados programas de benefícios prioritários:

1) Programa Bolsa de Trabalho – destina-se a prestar assistência aos alunos com dificuldades socioeconômicas; oferecer ao aluno da Educação Profissional a oportunidade de desenvolver atividades afins com seu curso e ao estudante do Ensino Médio, atividades de cidadania e vida do trabalho; possibilitar ao aluno experiências em relações interpessoais no trabalho. A solicitação de alunos bolsistas deverá ser encaminhada à COACE pelos coordenadores pedagógicos de cursos, áreas e responsáveis por unidades organizacionais do IFSul-rio-grandense, sendo estes responsáveis pelo controle das atividades dos alunos-bolsistas. O prazo da bolsa é de um ano letivo, podendo ser renovado, a critério do Serviço Social.

2) Programa de Alimentação Escolar – oferece os seguintes benefícios: uma refeição diária (almoço ou janta) gratuita ou uma refeição diária (almoço ou janta) paga, durante o ano letivo; em casos especiais, o aluno poderá receber o benefício de almoço e janta. Para a permanência no Programa, o estudante beneficiado deve ter frequência mínima de três refeições semanais, no refeitório; manter atualizada sua identificação para uso do refeitório; proceder com atitudes de respeito e cortesia nas dependências do refeitório; não repassar a outro aluno o benefício a que tem direito.

3) Programa de Doação e/ou Empréstimos de Material Escolar – oferece, dentre outros, os seguintes benefícios: doação de material de consumo escolar; empréstimo de produtos permanentes, os quais podem ser utilizados, em momentos diferentes, por vários alunos; cópias xerográficas (em casos especiais). O aluno beneficiado por este Programa deverá: zelar pelo material emprestado, devolvendo-

o em condições de reutilização; renovar mensalmente o material emprestado (IFSUL, PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL, 2013).

O IFSul-rio-grandense mantém sistema de monitoria que “[...] visa oportunizar ao estudante experiência da vida acadêmica, por meio da participação em atividades de organização e desenvolvimento das disciplinas do curso” (IFSUL, PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL, 2013, p. 100). A atividade de monitoria tem a duração de um período letivo, podendo ser remunerada ou não.

São objetivos da monitoria, conforme Projeto Pedagógico Institucional (2013, p. 100):

[...] I – oportunizar ao estudante a iniciação à docência; II – criar condições para a participação de estudantes dos cursos na iniciação da prática docente e na vida acadêmica, por meio de atividades de natureza pedagógica (...); III – propor formas de acompanhamento de estudantes em suas dificuldades de aprendizagem e possibilitar o oferecimento de atividades de complementação à formação acadêmica, com a finalidade de minimizar a defasagem de estudos e diminuir a evasão e a repetência; IV – colaborar com o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem por meio da participação de estudantes em colaboração com o professor, no atendimento às especificidades dos estudantes...

A atividade de monitoria prioriza os alunos que apresentam maior grau de dificuldade de aprendizagem e/ou defasagem de estudos/conteúdos.

A seleção de monitores realiza-se através de edital interno.

São atribuições do monitor, de acordo com a regulamentação do Artigo 157 do Projeto Pedagógico Institucional (2013, p. 100):

I – cumprir 12 horas semanais de atividades de monitoria;
 II – planejar, auxiliado pelo professor orientador, suas atividades de monitoria;
 III – auxiliar os estudantes a realizarem exercícios e outras tarefas curriculares.

O Artigo 158 do Projeto Pedagógico Institucional (2013, p. 100) define o que é vetado ao monitor:

I – corrigir e comentar atividades de avaliação;
 II – substituir o professor em sala de aula;
 III – participar no processo de avaliação;
 IV – fazer trabalho de responsabilidade do estudante.

A análise documental incluiu, também, o Plano de Ação Institucional/2013, cuja síntese das atividades previstas é apresentada a seguir:

Tabela 4 – Objetivo 10: Melhorar a permanência e o êxito dos discentes do Instituto Federal

METAS	AÇÕES
10.1 Aumentar a permanência e a aprovação.	10.1.1 Desenvolver trabalho sistêmico junto às Equipes de Assistência Estudantil, através de ações multidisciplinares nas áreas de Psicologia, Nutrição, Serviço Social e Administração, atendendo às demandas dos estudantes. 10.1.2 Mensalmente, verificar as frequências obtidas pelos estudantes usuários da Política de Assistência Estudantil. 10.1.9 Proporcionar atividades extracurriculares aos estudantes visando atingir a meta proposta. 10.1.10 Oferecer atividade extraclasse em articulação com a DIRPEX ⁸ : aulas de reforço com monitorias e preparação para Olimpíadas de conhecimento. 10.1.14 Intensificar ações de monitoria e atendimento extracurricular. 10.1.16 Criar uma comissão de estudos da aplicabilidade da modalidade EaD ⁹ em estudos de dependência de cursos. 10.1.17 Conceder apoio financeiro para novos benefícios com base no orçamento do PNAES ¹⁰
10.2 Promover semanas acadêmicas regularmente.	10.2.6 Estimular os cursos/áreas e apoiar a realização da meta.
10.3 Apoiar o desenvolvimento de atividades extraclasse.	10.3.7 Estimular e apoiar a realização da meta.
10.4 Implantar programas de monitoria.	10.4.4 Ampliar a oferta desse Programa.
10.5 Implantar e aprimorar programas de atendimento à saúde do estudante.	10.5.11 Estudar a viabilidade de criação de um programa específico de atendimento ao estudante.
10.6 Qualificar espaços de convivência para os estudantes.	10.6.6 Dar continuidade à elaboração do Centro de Convivência dos Estudantes.
10.8 Implantar e aperfeiçoar programa de acolhida aos alunos.	10.8.7 Aperfeiçoar o programa.
10.9 Socializar as práticas pedagógicas	10.9.2 Reativar os projetos de Práticas Pedagógicas da COAP.
10.10 Criar e manter grupos de trabalho para estudos relativos à permanência e ao êxito.	10.10. 6 Criar o grupo e acompanhar suas atividades.
10.11 Proporcionar apoio pedagógico aos alunos durante o período letivo.	10.11.9 Proporcionar oferta de cursos de extensão visando atingir a meta proposta. 10.11.11 Identificar os conhecimentos básicos dos ingressos e propor atividades de adequação.
10.15 Contratar profissional para atuar em artes cênicas para atuar com o Grupo de Teatro	10.15.1 Buscar código de vagas junto à Reitoria para executar a meta.
10.16 Realizar pesquisa para conhecimento e atualização do perfil socioeconômico educacional.	10.16.2 Realizar a pesquisa através da COAE.
10.19 Implantar controle eletrônico de acesso do corpo discente.	10.19.4 Dar continuidade aos estudos de implantação do sistema de controle de acesso.
10.30 Incentivar a organização de pais e alunos para maior participação na escola.	10.30.2 Criar comissão para estudo.

Fonte: Plano de Ação Institucional, IFSul/campus Pelotas.

⁸ DIRPEX: Diretoria de Pesquisa e Extensão.

⁹ EaD: Educação a Distância.

¹⁰ PNAES: Plano Nacional de Assistência Estudantil.

A pesquisa documental permitiu estabelecer um comparativo entre o total de alunos matriculados e o número de adolescentes no IFSul-rio-grandense/*campus* Pelotas.

Tabela 5 – Comparativo: total de alunos e alunos adolescentes matriculados – IFSUL/*campus* Pelotas

Ano/período	Total de Alunos	Total de Adolescentes
2010/2	4.423	1.532
2011/1	4.839	1.681
2011/2	4.535	1.992
2012/1	4.995	2.221
2012/2	5.085	1.157
2013/1	5.032	1.479

Fonte: PEREIRA, Manoel Inácio Ramil, 2013.

Na análise dos dados, fica evidente o crescimento da matrícula geral, enquanto, nos dois últimos períodos registrados, ocorreu o decréscimo da matrícula de adolescentes no IFSul/*campus* Pelotas.

A pesquisa possibilitou conhecer a situação dos alunos dos Cursos Integrados do IFSul/*campus* Pelotas, no período de 201/2 a 2013/1, conforme tabela a seguir.

Tabela 6 – Comparativo (%) Estatística de Alunos por Situação – p/período –
Cursos Integrados – IFSul/campus Pelotas – 2010/2 – 2011/1 e 2 – 2012/1 e 2 – 2013/1

Período	% Aprovado						Rep. Falta						Reprovado						Outros (*)						Total						
	10/2	11/1	11/2	12/1	12/2	13/1	10/2	11/1	11/2	12/1	12/2	13/1	10/2	11/1	11/2	12/1	12/2	13/1	10/2	11/1	11/2	12/1	12/2	13/1	10/2	11/1	11/2	12/1	12/2	13/1	
1	58,5	49,5	59,8	55,5	65,3	55,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	30,9	23,1	29,7	19,9	24,5	21,2	10,6	27,3	10,6	24,6	10,2	23,6	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	
2	60,5	60,7	67,1	62,7	70,0	61,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	19,4	21,3	23,4	22,8	19,5	17,1	20,2	18,0	9,5	14,5	10,5	21,8	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	
3	66,2	64,3	67,0	61,4	65,1	70,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	14,5	14,9	20,5	24,0	26,0	17,4	19,3	20,8	12,6	14,5	8,9	12,2	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	
4	73,2	62,9	74,2	75,7	74,7	78,9	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	14,5	17,1	16,1	16,5	13,4	12,9	12,3	20,0	9,7	7,8	12,0	8,3	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	
5	65,7	66,3	55,1	67,6	72,3	75,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	14,8	18,4	22,1	21,9	17,8	14,3	19,5	15,3	22,8	10,6	9,9	10,6	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	
6	75,9	74,7	79,6	76,9	82,0	81,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	9,0	9,9	10,8	12,5	8,9	10,7	15,1	15,4	9,6	10,6	9,1	8,3	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	
7	87,0	82,1	78,8	81,2	73,0	83,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	2,3	5,2	10,7	6,2	5,4	4,5	10,7	12,7	10,5	12,6	21,6	11,8	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	
8	0,0	90,1	87,6	81,2	77,0	86,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,2	1,3	2,8	0,6	1,2	0,0	9,7	11,1	16,0	22,4	12,0	0,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Total	67,6	64,7	68,9	66,6	71,0	69,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	16,9	16,1	19,0	18,0	17,0	14,9	15,5	19,2	12,1	15,4	12,0	15,9	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	

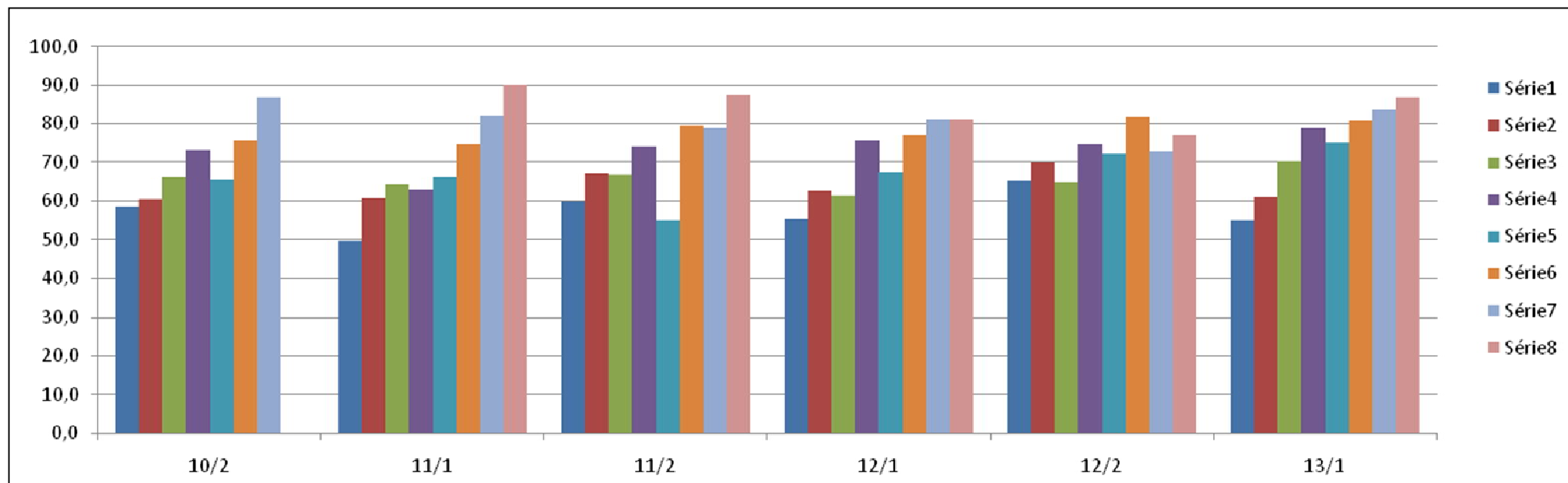
Q-Acadêmico - Registro Escolar - Estatísticas - Situação e Disciplina Instituição: Pelotas - Ano letivo: 201? - Per. Letivo: 1 Agrupar por: Curso e Série

(*) Outros: Cancelado, Trancado, Cursando, Dispensado, Intercâmbio, Pendência, Removida, Transf. Curso, Turma e Turno

Fonte: Pesquisa de Dados Educacionais do IFSul/campus Pelotas, 2014.

No período, os índices de reprovação oscilam entre 29% e 35,3%, evidenciando que a retenção ocorre em maior escala, nos dois primeiros semestres dos cursos. Essa situação inverte-se nas séries finais, de acordo como registrado no gráfico a seguir.

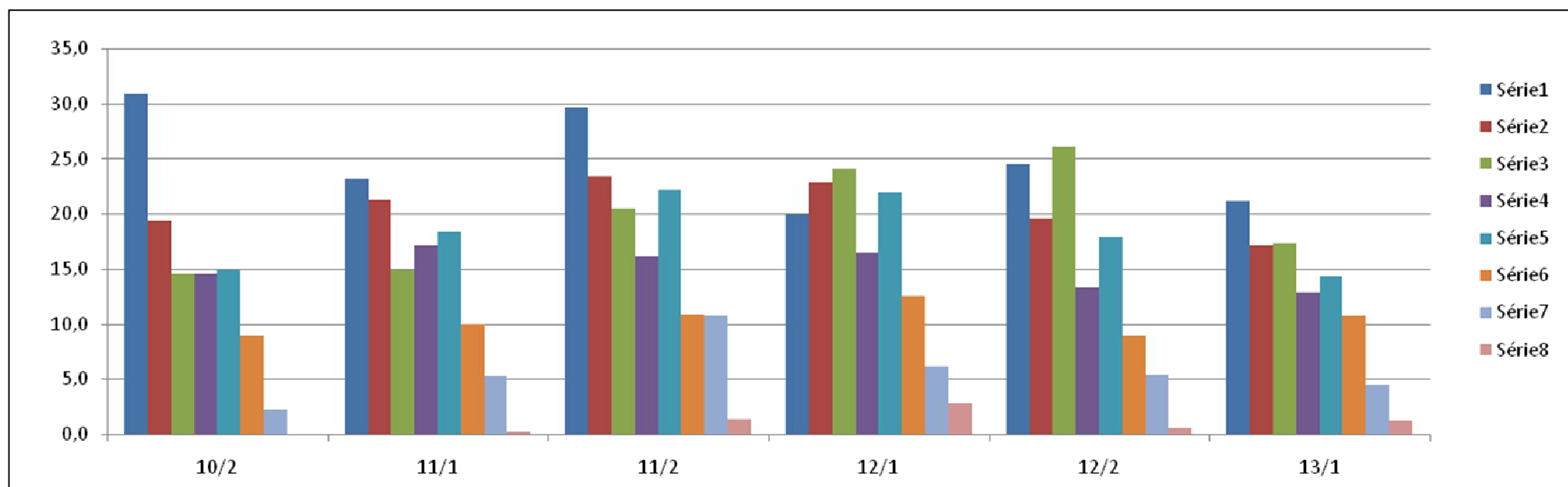
Gráfico 1 – Comparativo de alunos (%) Aprovação – Cursos Técnicos Integrados – IFSul/campus Pelotas – 2010/2 – 2011/1 e 2 – 2012/1 e 2 – 2013/1



Fonte: Pesquisa de Dados Educacionais do IFSul/campus Pelotas, 2014.

O gráfico seguinte revela a situação de reprovação nas 08 (oito) séries dos Cursos Integrados, indicando que, após a elevada taxa de retenção dos dois primeiros semestres, ela volta a crescer no quinto semestre.

Gráfico 2 – Comparativo de alunos (%) reprovados – Cursos Técnicos Integrados – IFSul/campus Pelotas – 2010/2 – 2011/1 e 2 – 2012/1 e 2 – 2013/1



Fonte: Pesquisa de Dados Educacionais do IFSul/campus Pelotas, 2014.

A tabela e os gráficos, a seguir, apresentam dados relativos ao Curso Técnico em Eletrotécnica, foco específico desta pesquisa.

Tabela 7 – Aproveitamento dos alunos (%) – Curso Técnico em Eletrotécnica 2007 – Integrado Semestral – IFSul/campus Pelotas – 2013/1

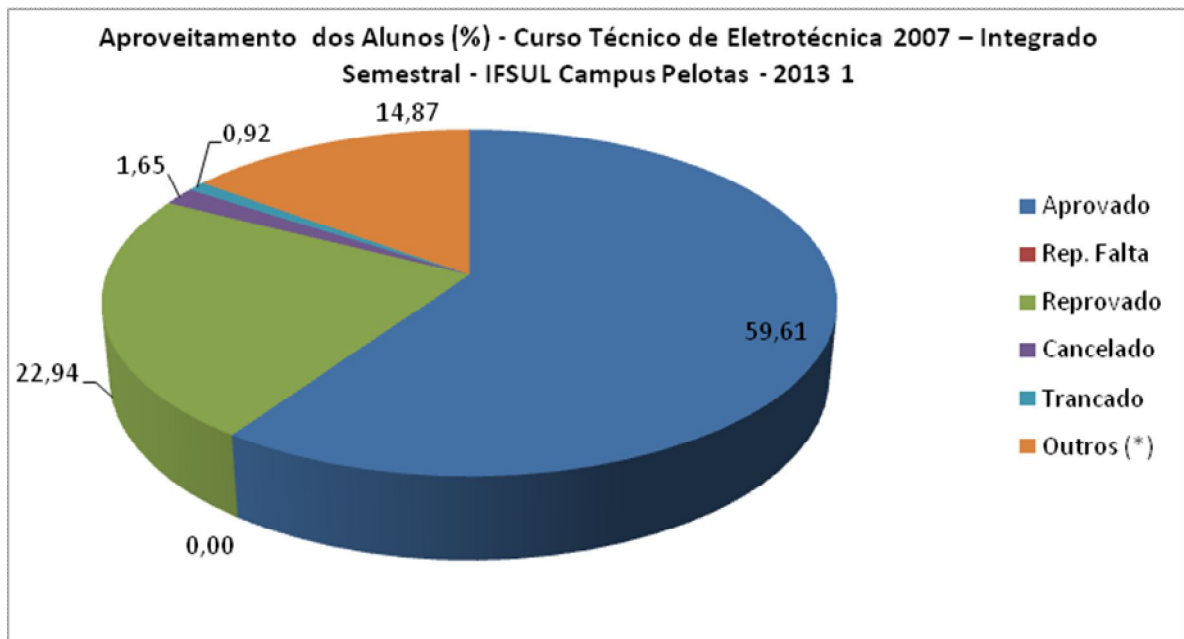
Período	Aprovado	Rep. Falta	Reprovado	Cancelado	Trancado	Outros (*)	Total
1	42,08	0,00	40,53	2,58	1,64	13,17	100,00
2	48,08	0,00	19,56	4,66	1,40	26,31	100,00
3	59,22	0,00	24,34	1,51	0,25	14,68	100,00
4	69,66	0,00	18,20	0,00	0,00	12,14	100,00
5	66,00	0,00	21,27	0,00	0,55	12,18	100,00
6	74,06	0,00	15,96	0,00	0,00	9,98	100,00
7	77,03	0,00	9,68	0,00	0,00	13,29	100,00
8	85,99	0,00	3,08	0,00	2,80	8,12	100,00
Total	59,61	0,00	22,94	1,65	0,92	14,87	100,00

Fonte: Q Acadêmico

(*) Outros: Aprov. Disciplina, Cursando, Dispensado, Intercâmbio, Pendência, Removida, Transf. Curso, Turma e Turno

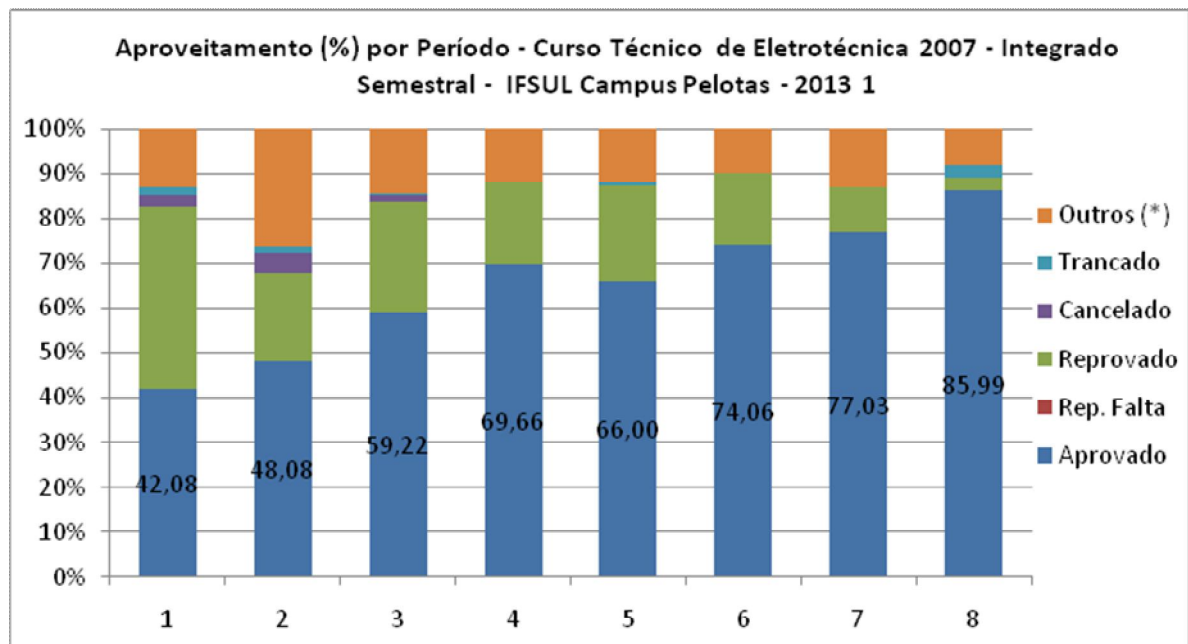
Fonte: Pesquisa de Dados Educacionais do IFSul/campus Pelotas, 2014.

Gráfico 3 – Aproveitamento dos alunos (%) – Curso Técnico de Eletrotécnica 2007 – Integrado Semestral – IFSul/campus Pelotas – 2013/1



Fonte: Pesquisa de Dados Educacionais do IFSul/campus Pelotas, 2014.

Gráfico 4 – Aproveitamento (%) por período – Curso Técnico de Eletrotécnica 2007 – Integrado Semestral – IFSul/campus Pelotas – 2013/1



Fonte: Pesquisa de Dados Educacionais do IFSul/campus Pelotas, 2014.

Os dados estatísticos revelam muitos pontos de aproximação entre o desempenho geral dos discentes e os resultados de aprovação/reprovação dos alunos do Curso Integrado em Eletrotécnica no período investigado.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense/campus Pelotas, de acordo com os documentos analisados, em seus movimentos (re) construtivos, tem procurado atender aos princípios filosóficos e sociais vigentes em cada momento histórico. Desde seu surgimento, em 1917, como Escola de Artes e Ofícios, vem demonstrando capacidade de evoluir em suas propostas formativas, respondendo efetivamente às necessidades e às demandas socioeducativas das áreas de abrangência de seus câmpus.

Caracteriza-se, em conformidade com a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, como Instituição de Educação Superior, Básica e Profissional, pluricurricular e multicampi, especializada “[...] na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas” (Artigo 2º, 2014, p. 1).

Dentre as finalidades e características do IFSul-rio-grandense, destacam-se: oferta de Educação Profissional e Tecnológica, formando e qualificando seus alunos

com vistas à atuação profissional em diversos setores da economia; desenvolvimento dessa proposta como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e regionais, consolidando e fortalecendo arranjos produtivos, sociais e culturais locais; desenvolvimento do espírito crítico e ético; desenvolvimento de programas de extensão e de divulgação científico-tecnológica; estímulo à pesquisa aplicada, à produção cultural, ao empreendedorismo e ao cooperativismo (IFSUL. REGIMENTO, 2013).

A pesquisa documental permitiu identificar a Política de Assistência Estudantil, associando-a à Política de Proteção Social ao adolescente, foco de investigação do projeto de pesquisa.

Constata-se que esta política é prevista, de forma densa, no IFSul-riograndense, existindo ampla estrutura organizativo-pedagógica para que os propósitos sejam efetivados, intentando garantir direitos sociais aos alunos adolescentes, com ênfase nos serviços socioassistenciais.

Os documentos analisados apontam que a Assistência Estudantil aos educandos tem por finalidade garantir a permanência e o êxito escolar, a acolhida, a convivência, o apoio escolar, através da execução de projetos específicos direcionados ao acompanhamento biopsicossocial-pedagógico, auxílio material escolar, auxílio emergencial, auxílio alimentação, auxílio transporte, auxílio moradia, apoio a eventos estudantis.

Desse modo, a Política de Assistência Estudantil do IF Su-riograndense/*campus* Pelotas, de acordo com a análise documental, considera a situação de vulnerabilidade social de seus educandos, independentemente de faixa etária. Consiste, assim, em relevante proposta de Proteção Social, nela incluídos os alunos adolescentes.

Foi possível inferir-se que os cursos ofertados pelo IFSul-riograndense/*campus* Pelotas, mesmo considerando as especificações próprias de cada área profissional, sempre proporcionam uma formação geral ao estudante, aproximando técnica e humanismo.

Nesse sentido, são proporcionadas aos estudantes atividades de integração, culturais e de lazer, viabilizadas pela existência de grupos extraclasse, dentre os quais se destacam: Clube de Xadrez, que possibilita o desenvolvimento do

raciocínio lógico; Grupo de Dança, a mais recente atividade extraclasse e que já demonstrou sinais de grande potencial a ser explorado; Grupo de Música, que proporciona aulas de violão, teclado, piano, harmônica e cavaquinho, sendo o responsável pela apresentação de grupos/bandas musicais; Companhia de Teatro “Cem Caras”, que faz parte da história da Instituição, com diversas peças apresentadas para a comunidade interna e externa, oferecendo, ainda, oficinas de interpretação e dicção/oratória; Grupo de Escoteiros Itapuã, que desenvolve atividades de integração, nas quais o civismo e a vida ao ar livre são as tônicas; Centro de Tradições Gaúchas Carreiros do Sul, que desenvolve atividades artística, cultural, esportiva e campeira; atividades esportivas, que possibilitam a prática de inúmeras modalidades de esporte (IFSUL. PROJETOS CULTURAIS EXTRACLASSE, 2014). A atividade extraclasse objetiva integrar, socializar e incentivar as diversas formas de manifestação cultural e esportiva como parte inarredável da formação cidadã dos alunos do IFSul-rio-grandense/*campus* Pelotas.

Nessa direção, verifica-se a constante ampliação de atividades extraclasse, permitindo a compreensão de que a Política de Proteção Social destinada aos adolescentes requer um olhar inovador sobre os processos de formação escolar. Percebe-se que sua proposta de Proteção Social privilegia o educar para viver e conviver em sociedade, de modo justo e equitativo, justificada por resultados positivos em relação à saúde, à formação ética, ao fortalecimento da autoestima, ao afastamento das drogas, ao maior vínculo com a Instituição, à permanência e ao êxito escolar, dentre outros.

Subtende-se, como decorrência da análise dos documentos do IFSul/*campus* Pelotas, que essa Instituição reconhece que, além das políticas universais, garantidas pela legislação nacional e internacional, são indispensáveis Políticas de Proteção Social focadas no enfrentamento e superação de vulnerabilidades apresentadas pelo corpo discente e, portanto, exigentes de intervenções datadas e situadas.

Em síntese, considera-se que garantir o direito de aprender é o eixo articulador da Política de Assistência Estudantil do IFSul-rio-grandense, implantando estratégias para enfrentar os fenômenos da repetência e evasão, de modo integrado em todas as instâncias institucionais.

Indubitavelmente, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense/*campus* Pelotas caminha nesta direção, ao considerar a educação como um direito social, tendo, como proposta, a formação humana e profissional sólida e equitativa, objetivando contribuir para a justiça social.

Há, no entanto, de se levar em conta que entre a proposta anunciada acima e a sua implementação existe uma distância, ou seja, entre a intenção e a ação.

CAPÍTULO 5

PROTEÇÃO SOCIAL AO ADOLESCENTE NO IFSUL: PERSPECTIVAS DOS SUJEITOS DA PESQUISA

Para explicitarmos uma realidade, precisamos nos entregar a esta, apanhando-a por dentro, em seus processos e relações internas, em suas conexões mais íntimas, que não são dadas de imediato.

(GOHN, 1987, p. 5)

Neste Capítulo, são realizadas a interpretação e análise dos dados obtidos por meio de entrevistas com profissionais e adolescentes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense/*campus* Pelotas.

As informações, conforme referido no Capítulo 4, foram organizadas seguindo-se as seguintes etapas: organização do material disponível em unidades significativas, considerando-se a frequência das ocorrências; definição das categorias, em número de quatro; configuração das categorias com destaque para elementos significativos, de acordo com as questões propostas aos profissionais e aos adolescentes; inferências a partir dos pressupostos estabelecidos no referencial teórico; interpretação dos resultados obtidos, referenciados na base teórica construída e considerando o problema e as questões de pesquisa; produção de conhecimento relacionado ao tema pesquisado.

Ressalta-se, neste Capítulo, o propósito de construir aspectos conclusivos relativos à proposta investigativa, ainda que sejam entendidos como provisórios e dependentes que são das limitações de tempo-espço determinados pela pesquisa.

Desse modo, o conhecimento produzido abre perspectivas para novas buscas e aprofundamento do tema enfocado.

5.1 A PROTEÇÃO SOCIAL NO IFSUL/CAMPUS PELOTAS NA PERSPECTIVA DOS PROFISSIONAIS

5.1.1 Concepção de Proteção Social

Como primeira categoria identificada na pesquisa, encontra-se a **concepção de Proteção Social**, a qual esteve subjacente ao longo dos depoimentos dos profissionais entrevistados, como:

Eu entendo a proteção social ao adolescente como uma política pública e não só ao adolescente, a toda pessoa, eu entendo como uma política necessária. (...) a Instituição tem que parar pra se pensar, se repensar e se reconstruir numa filosofia de inclusão, de aceitação da diversidade, e a instituição ser mais atenta com as dificuldades dos alunos... (P1).

Outros entrevistados valem-se de exemplos, a fim de conceituar Proteção Social. São narrados, por exemplo, fatos de falta de moradia de alunos e que passaram a ter a proteção da Assistência Estudantil e da Secretaria Municipal de Cidadania.

O depoimento a seguir revela a abrangência das ações de Proteção Social, destacando iniciativas de inclusão escolar de alunos com necessidades especiais:

O que eu percebo é que existe, além da Assistência Estudantil, (...) um trabalho voltado à questão das políticas inclusivas, o entendimento das necessidades de adotar medidas a esses alunos que precisam, que apresentam dificuldade de aprendizagem, que apresentam índice alto de reprovação (...). Eu acompanhei esses trabalhos mais de perto; nós temos um aluno que não tem laudo médico pela dificuldade de fazer tomografia... Fizemos todo um acompanhamento e aí eu fui chamada pra fazer uma avaliação psicopedagógica... (P9).

Foi possível perceber, a partir dos depoimentos dos profissionais, a forte tendência em entrelaçar a Proteção Social e a Política de Assistência Social.

Conforme referencial teórico construído nesta Dissertação, entende-se Proteção Social como a garantia de acesso de todos os cidadãos, que se encontram em situação de vulnerabilidade e/ou de risco social, aos benefícios da Assistência Social (VIANA; LEVCOVITZ, 2005). Esta é uma Política de Seguridade Social não

contributiva, efetivada por meio de ações de iniciativa pública e da sociedade, garantindo atendimento às necessidades básicas de todos os brasileiros. É, assim, dever do Estado e direito do cidadão que dela necessitar. Nesse sentido, principalmente, foram analisadas as informações dos sujeitos da pesquisa.

Os discursos dos entrevistados trazem à tona a necessidade de que se instale no IFSul/*campus* Pelotas uma discussão teórico-crítica sobre a Proteção Social, a partir de análises acerca da realidade escolar quanto à sua organização, ao seu corpo discente e a seus profissionais. Revelam a intenção de que situações de vulnerabilidade e de risco social sejam atendidas e minimizadas. Atribuem as vulnerabilidades e riscos sociais vivenciados pelos estudantes como decorrentes de fatores de ordem política, social e cultural. Concordam os profissionais entrevistados que a Proteção Social deverá se constituir em ação coletiva contra os riscos inerentes à vida humana, promovendo a assistência às necessidades fundamentais dos cidadãos (VIANA; LEVCOVITZ, 2005).

Ao mesmo tempo em que reconhecem a existência da Política de Proteção Social no IFSul/*campus* Pelotas, apontam para a indispensável ampliação de significados e de iniciativas nesse sentido, abrangendo, além do atendimento às vicissitudes da vida natural e social, “[...] bens culturais (como os saberes), que permitirão a sobrevivência e a integração, sob várias formas, na vida social” (DI GIOVANNI, 2012, p. 10).

Conclui-se que a concepção de Proteção Social é imprecisa entre os entrevistados, quando enfatizam práticas assistencialistas em relação aos alunos que apresentam vulnerabilidades sociais.

5.1.2 Proteção Social ao Aluno Adolescente no IFSul/*campus* Pelotas

Em relação à segunda categoria de análise, os entrevistados consideram que a mesma ainda precisa ser ampliada e redimensionada na Instituição, requerendo maior participação da família e do próprio aluno, não ficando a atenção da Instituição restrita ao aluno carente economicamente. Existem alunos com outras necessidades, como comportamento, assiduidade, relacionamento com colegas.

Os profissionais apontam também a necessidade de ampliação dos benefícios do Plano Nacional de Assistência Estudantil – PNAES:

[...] hoje, a gente tem mil e trezentos e oito cadastrados e nós temos quatro mil alunos, três mil e novecentos na Escola que podem solicitar a Assistência Estudantil, que têm direito, que são os cursos presenciais (...). A cada edital aumenta um pouquinho, a cada edital mais gente procura, então eu acho que vai chegar à metade desses alunos para os próximos semestres (P10).

Referem, também, como um aspecto a ser incluído na Proteção Social, a segurança na entrada e saída dos estudantes que precisa ser redimensionada.

Em relação à Proteção Social ao adolescente, destaca-se o depoimento que revela as formas de Assistência Estudantil promovidas pelo IFSul, através do PNAES: moradia, transporte, alimentação e material escolar:

[...] a gente trabalha, na verdade, na garantia desses direitos, porque a gente tem um orçamento, a gente tem de pensar nas ações para desenvolver a permanência e o êxito escolar do aluno, a gente pensa nas ações mais básicas para ele estudar: ter transporte escolar, ter alimentação, ter um lugar para morar e ter material de aula (...). Nosso trabalho é voltado para que o aluno consiga permanecer na Escola e ter êxito, o que não impede que a gente dê orientação social... (P10).

Além de referências a situações do cotidiano envolvendo alunos adolescentes, são importantes, também, as repercussões dos processos de intervenção em razão dos problemas identificados, os quais se situam além do apoio financeiro:

[...] um mês eu fiquei acompanhando, aí eu montei todo um trabalho de assessoramento aos professores, como lidar com ele na prática do dia-a-dia, o que ele precisa (...). É um menino que tem dificuldade de organização, tem problema de coordenação motora fina (...), a gente busca de certa forma encontrar saídas, então a escola encontrou, ele tem um sistema, um trabalho de monitoria junto com ele, todos os semestres ele tem esse monitor, isso ta resultando numa forma muito positiva na aprovação, ele num semestre aprovou em seis disciplinas, no semestre passado eram nove, ele aprovou em seis... (P9).

Os entrevistados consideram que, além das atividades formais de ensino, as atividades extraclasse são importantes para a formação integral do aluno, atuando, também, como uma maneira de proteção ao adolescente. Fazem referências a

campeonatos de xadrez, musical, olimpíadas de Matemática, de Física, Grupo de Teatro, Clube de Xadrez, CTG e as variadas atividades de Educação Física.

Nesse sentido, referem que há alunos que permanecem durante todo o dia no Instituto, ficando ociosos ao meio-dia. Relatam experiências positivas que contemplam a sala de convivência em outras instituições similares. Sugerem que haja um espaço para a exposição de trabalhos resultantes de projetos realizados nos diferentes cursos, pressupondo que os alunos gostariam de mostrar suas criações. Consideram que, se houvesse um espaço de convivência, os alunos não sairiam do Instituto, correndo risco de sofrer algum acidente fora do espaço escolar:

[...] acho importante que tivesse um ateliê para oferecer aos alunos exteriorizarem os potenciais deles, desenhos livres, toda essa parte lúdica que eles pudessem trabalhar. Tem alunos que vêm de manhã e vão à noite para casa, eles ficam ociosos ao meio dia (...). Os trabalhos de *design* são maravilhosos, porque não são expostos? Cadê uma sala pra colocar as exposições dos nossos alunos, o aluno gosta de mostrar a criação dele, os projetos que trabalham. Deveria ter uma sala em cada curso, como nós já temos em outro campo. O nosso aluno em vez de ficar aqui ele vai pro bar, atravessando a rua para se acidentar como já aconteceu (P7).

No processo de Proteção Social, é destacado o Estatuto da Criança e do Adolescente, instituído pela Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, constituindo-se em um conjunto de normas do ordenamento jurídico brasileiro, tendo a intenção de possibilitar a proteção integral à criança e ao adolescente.

O ECA contempla dois aspectos fundamentais: o primeiro, trata da proteção dos direitos fundamentais da criança e do adolescente; o segundo, trata dos órgãos e procedimentos protetivos. Essas duas formas de Proteção Social subjazem nos discursos dos entrevistados. Consideram que a Assistência Estudantil precisa atender não somente aos alunos em situação de vulnerabilidade social, mas, também, aos estudantes que necessitam de apoio psicológico e pedagógico.

A Constituição da República de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente romperam com o modo como eram percebidos a criança e o adolescente, tornando-se a expressão de um novo projeto político para o Brasil, no qual as populações dessas faixas etárias passaram a ser consideradas como “sujeitos de direitos”.

Nesse sentido, os entrevistados apontam a indispensável garantia de direitos fundamentais a todos os seus alunos, ao longo da trajetória escolar.

Contudo, o paradigma, no qual se fundamenta o Estatuto da Criança e do Adolescente, mostra-se de forma tênue nos depoimentos dos entrevistados, os quais, todavia, apresentam alguns sinais de assimilação desse instrumento legal. Há, nessa direção, o reconhecimento dos direitos dos alunos adolescentes à educação, à saúde, ao trabalho, à assistência social, à convivência comunitária e à produção criativa, assim como a priorização de medidas protetivas sobre as punitivas e restritivas à liberdade no espaço institucional. Mesmo não havendo o conhecimento aprofundado do ECA, os entrevistados mantêm coerência com os princípios nele contidos.

Ainda indicando dificuldades para a efetivação do Estatuto da Criança e do Adolescente, os profissionais entrevistados o reconhecem como instrumento eminentemente democrático, cabendo à Instituição viabilizá-lo, fortalecendo redes articuladas para que necessidades possam ser supridas por meio de iniciativas recorrentes (BARROS, 2012).

Assim, em relação ao Estatuto da Criança e do Adolescente, os profissionais entrevistados entendem-no como uma política que atende além do adolescente. Consideram, entretanto, que o ECA

[...] não está sendo viável neste momento por toda uma necessidade anterior que deveria ser a filosofia. A Instituição tem que parar para se pensar, se repensar e se reconstruir numa filosofia de inclusão, de aceitação da diversidade, e a Instituição ser mais atenta às dificuldades dos alunos, mas ela não tem uma política já determinada que ela possa dizer: eu sou uma escola inclusiva, eu sou uma Instituição que acolho. Se não, cada dia é um susto, porque a gente não está preparada (P9).

De acordo com o ECA, a Promotoria da Criança e do Adolescente, juntamente com o Estado e o Município, trabalha com a Ficha de Comunicação de Aluno Infrequente – FICAI (ANEXO II). Há depoimentos que alertam para a necessidade de que o Estatuto da Criança e do Adolescente seja conhecido pelos próprios adolescentes e que estes possam usufruir dos direitos que lhe são facultados por lei. Em contraponto, apresentam restrições à proposta do ECA:

[...] desde pequena a criança tem que aprender os limites, os adultos é que vão ter de ensinar, o problema é a aplicação da lei (...). Alguma restrição tem que ter, porque os alunos totalmente sem limites e o professor sem poder fazer nada. Qualquer coisa que o professor faça ele pode levar um processo. A gente tem sentido isso no dia-a-dia. Então se sai de um extremo, quando a criança era corrigida em tudo, para uma educação na qual ninguém dá limite (P13).

O ECA enfraqueceu um conjunto de limites e hoje tornou as instituições escolares reféns do medo de agir quanto a determinadas normas disciplinares. Atribuo essa situação à falta de habilidade de gestores na condução do processo de proteção ao adolescente (P6).

Nesse sentido, a Promotoria da Infância e da Juventude exigiu que o IFSul/*campus* Pelotas implementasse a referida ficha como procedimento de Proteção Social ao aluno adolescente.

Dentre os depoimentos dos profissionais em relação ao Estatuto da Criança e do Adolescente, destacam-se: o entendimento de que os princípios norteadores do ECA estão alicerçados nos princípios da Carta Magna; a viabilidade desses princípios encontra-se relacionada ao compromisso de cada profissional da Instituição e do IFSul/*campus* Pelotas como um todo, o qual precisa atender às expectativas sociais. Ressalta-se outro depoimento que aponta para a falta de uma política institucional que abranja todos os alunos e não somente aqueles que apresentam vulnerabilidades econômicas.

As atividades da docência também são consideradas como formas de ampliar a dimensão educativa da Proteção Social, através de eventos como a Semana da Mecânica, a Semana da Eletrônica, a Semana da Química, o que possibilita trazer para o IFSul uma variedade de empresas que se destacam em suas áreas de atuação, permitindo que os alunos participem e recebam informações. Nesses eventos, há oportunidade de perceber o incentivo da docência para que os alunos possam participar, trocando ideias com os profissionais de suas áreas de formação.

No contexto da Proteção Social no IFSul, são apontadas questões relativas à metodologia e ao processo avaliativo, firmando a necessidade de atualização das práticas educativas, atuando o professor como mediador do conhecimento, alguém que utiliza a tecnologia como possibilidade de um ensino mais eficaz.

As contribuições dos entrevistados permitiram concluir em relação à Proteção Social ao adolescente na Instituição pesquisada que existem inúmeras propostas no sentido de prestar assistência a esses alunos, especialmente através do Programa

Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, implantado a fim de contribuir para a permanência de estudantes de baixa renda nas Instituições Federais, objetivando a equidade de oportunidades e contribuindo para a melhoria do desempenho acadêmico (MEC. PNAES, 2014).

Em diversos depoimentos, fica entendida a necessidade da presença ativa do Estado, tornando mais abrangente e consistente a possibilidade de expansão da Proteção Social institucionalizada (ANDRADE, 2013), permitindo a provisão de serviços sociais que venham a cobrir, de forma variada, a vida individual e coletiva dos estudantes de estratos vulneráveis da população (ARRETCHE, 1995).

Nessa categoria, os profissionais entrevistados fazem reflexões sobre a importância da relação família-escola, principalmente no que se refere ao desenvolvimento do aluno e às implicações quanto ao sucesso escolar.

Na contemporaneidade, a família e a escola emergem como duas instituições fundamentais para possibilitar os processos de desenvolvimento humanos, podendo atuar como propulsores ou inibidores do crescimento físico, psicológico, intelectual e social. Por isso, o estudo sobre os elos sociais entre a família e a instituição escolar, cada vez mais, ocupam o centro das preocupações, quando se trata do desenvolvimento e da aprendizagem de adolescentes (NOGUEIRA, 1998; POIRIER, 2012).

Nesse sentido, nos ambientes familiar e escolar, ocorrem as aprendizagens com diferentes intensidades e intencionalidades, visando, em grande parte, ao desenvolvimento de experiências de vida, em processos fortemente interrelacionados e complementares.

Apesar das numerosas transformações pelas quais vêm passando a família nas últimas décadas, ela mantém o papel específico em relação à educação dos filhos e “[...] continua a ser uma instituição reconhecida e altamente valorizada, uma vez que prossegue exercendo funções capitais durante todo o processo de desenvolvimento de seus membros” (NOGUEIRA, 1998, p. 4).

Entende-se que, em razão da diminuição da idade de ingresso de alunos no IFSul, fica evidente a necessidade de promover a integração mais efetiva entre família e Instituto, tornando-se essa iniciativa como uma forma indispensável de Proteção Social ao estudante adolescente.

Outro aspecto destacado pelos entrevistados refere-se ao fato de que a Assistência Estudantil está alicerçada, principalmente, no Programa Nacional de Assistência Estudantil, oferecendo assistência à moradia estudantil, à alimentação, ao transporte, à saúde, ao esporte e ao apoio pedagógico. Contudo, essas iniciativas não são universais, havendo grande demanda de alunos ainda não atendida, em decorrência da limitação de recursos financeiros e do reduzido número de profissionais alocados na COACE.

Todavia, o IFSul/campus Pelotas propõe-se a atender ao objetivo prioritário do PNAES que é o de contribuir para a permanência e o sucesso escolar, não ficando as ações de Proteção Social circunscritas aos alunos com vulnerabilidades econômicas (BRASIL. MDS. PNAES, 2013).

Ainda que os entrevistados estabeleçam forte relação entre Proteção Social e concessão de benefícios assistenciais, conseguem confirmar outro objetivo do PNAES que é o de diminuir os efeitos das desigualdades sociais no âmbito escolar, a redução das taxas de retenção e evasão, bem como a promoção da inclusão social pela educação. Essa intenção, declarada no PNAES, poderá servir como elemento propulsor à universalização da Proteção Social e à ampliação de suas áreas de abrangência (FALEIROS, 2000), destacando-se o direito à educação que extrapola os limites da Assistência Social e avança em relação às questões educativo-pedagógicas.

O Programa Nacional de Assistência Estudantil, de acordo com o Artigo 3º, § 1º, prevê “[...] acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação”, atendimento que já se iniciou no IFSul em relação a alunos portadores de necessidades especiais.

Constatou-se, pois, que o IFSul/campus Pelotas vem, paulatinamente, voltando-se para a democratização da Proteção Social, estabelecendo prioridades mais abrangentes e modos de gestão pautadas em políticas e programas sociais que garantam os direitos fundamentais a todos os alunos (POIRIER, 2011).

Em relação a essa categoria de análise, os entrevistados destacam as atividades extraclasse oferecidas aos alunos. Este é um aspecto de grande relevância no contexto do IFSul, permitindo atender a interesses e características

individuais dos estudantes, constituindo-se em um conjunto de atividades artístico-culturais e esportivas. Incluem-se nas atividades extraclases as semanas acadêmicas dos cursos, que proporcionam o contato com a realidade do mercado de trabalho, principalmente através de profissionais das diferentes áreas de atuação. Entendem que esses eventos se constituem como indispensáveis oportunidades de preparação para o trabalho.

Consideram que as atividades extraclases se mostram, ainda, como oportunidade para ampliação e diversificação, quer se refira ao espaço físico, como área de lazer e de divulgação de trabalhos dos adolescentes, quer se relacione à implementação de outros tipos de ofertas de formação.

As atividades extraclases são entendidas pelos entrevistados como formas de Proteção Social, uma vez que favorecem a permanência do aluno no ambiente institucional, proporcionando-lhes ocupação sadia e socializadora.

Além disso, as atividades extraclases contribuem para o desenvolvimento cognitivo do adolescente, o qual, conforme aponta Rizzini (2007) apresenta capacidade de: gerar novas possibilidades de ação; compreender estruturas complexas (sociais, políticas, científicas, econômicas, morais); abrir caminho para a autoreflexão; pensar de modo multidimensional; compreender diferentes pontos de vista, fortalecendo as relações interpessoais.

Demonstram interesse pela inclusão escolar de alunos portadores de necessidades especiais, considerando esse processo como importante forma de Proteção Social. Para tanto, o IFSul/*campus* Pelotas necessita entender a inclusão escolar como uma política pública que se alinha na organização de uma nova ordem social, constituindo-se em um tempo-espaço de superação de desigualdades, injustiças e exclusão, ultrapassando “[...] barreiras físicas, psicológicas, espaciais, temporais, culturais e, acima de tudo, garantindo o acesso irrestrito de todos aos bens e às riquezas de toda a sorte, entre os quais o conhecimento” (MANTOAN, 2009, p. 60).

A segurança em relação ao acesso ao prédio escolar é, também, apresentada como um mecanismo de Proteção Social. Apontam que os problemas de violência, que ocorrem na sociedade, já começam a ameaçar o ambiente escolar. A Instituição tem analisado a possibilidade de implantação de diferentes maneiras de

aperfeiçoamento do controle de acesso às dependências do IFSul/*campus* Pelotas, o que se apresenta como uma prioridade institucional.

Os entrevistados apontam, ainda, a necessidade de revisão de aspectos relacionados ao trabalho pedagógico, como: sistema de avaliação da aprendizagem, metodologias de ensino, uso das tecnologias.

O direito de aprender tem importância fundamental no conjunto de garantias previsto na Constituição Federal de 1988 e no Estatuto da Criança e do Adolescente. O acesso a esse direito tem produzido inúmeros diplomas legais e ampliado as políticas públicas educacionais. De forma específica, registra-se no Brasil, entre 2002 e 2010, um aumento de quase 90% na matrícula de cursos profissionalizantes (MEC/INEP, 2010).

A intenção de qualificar esses cursos tem desencadeado diversos estudos e projetos no IFSul/*campus* Pelotas, no sentido de apoiar e promover práticas pedagógicas, “[...] a partir de uma concepção mais abrangente de aprendizagem, pautada pela interdisciplinaridade e a contextualização, num outro esforço de aproximar a escola do projeto de vida dos adolescentes” (AVANCINI, ANDRADE, MELLO, 2011, p. 87).

5.1.3 Aspectos favorecedores e restritivos para as práticas de Proteção Social ao adolescente no IFSul/*campus* Pelotas

Nessa categoria, quanto aos aspectos favorecedores das práticas de Proteção Social, os entrevistados destacam: a implantação de projeto de monitoria, a partir de diagnóstico das três disciplinas com maior índice de reprovação nos cursos técnicos, ainda que esse projeto piloto tenha um orçamento elevado; a Instituição tem condições de desenvolver esse projeto, considerando-se que possui verbas como nenhuma outra escola em qualquer outro nível. Todavia, nesse sentido, há de se considerar que o IFSul/*campus* Pelotas possui alocação significativa de recursos financeiros, destinados a despesas específicas (manutenção do prédio, reformas, ampliação, acervo bibliográfico, entre outras) que não as destinadas à Assistência Estudantil, cujas ações dependem do PNAES. Os entrevistados consideram ainda como aspectos favorecedores às práticas de

Proteção Social no IFSul/*campus* Pelotas o fato de que a Instituição já possui uma Política de Assistência Estudantil, cujo programa está sendo implementado; o uso da rede entre os Assistentes Sociais é considerado como fator positivo para a realização da Proteção Social.

É destacada, também, a importância da participação do Grêmio de Estudantes no processo de Proteção Social, porque essa entidade realiza trabalho de politização com os alunos adolescentes. A mesma depoente ressalta a atitude dos alunos quanto à conservação do prédio escolar que se mantém sempre limpo.

Em relação ao processo ensino-aprendizagem, são destacadas as seguintes contribuições:

[...] hoje estamos adotando um atendimento em que cada professor tem um horário destinado ao atendimento aos alunos para sanar dificuldades, nós estamos implantando monitorias (...) principalmente oferecimento de monitorias para aquelas disciplinas que oferecem maior índice de fracasso escolar ou de retenção; estamos criando inclusive uma sala de reforço de aprendizagem, uma permanência de monitores constante para atender os nossos estudantes (P4).

[...] cada turma tem um Orientador de Turma, esse faz um papel fundamental (...). Ele é tipo conselheiro, ele trabalha orientando os alunos, qualquer problema eles vão primeiro no conselheiro para depois irem para nós supervisores, então isso é muito bom porque o problema é diagnosticado na hora (P3).

Os entrevistados referem, também, que, nos últimos anos, verifica-se uma diminuição da faixa etária dos alunos, fato que requer o atendimento direto a todos os alunos. Valorizam a atividade de recepção aos alunos ingressantes, oportunidade em que há informações a respeito da estrutura e funcionamento do IFSul/*campus* Pelotas.

Quanto aos aspectos restritivos para a prática da Proteção Social, os entrevistados manifestaram que o atendimento psicológico é insuficiente, em razão do número reduzido de profissionais:

[...] esse aluno pode estar doente e os pais não perceberam, ou até de afetividade, o nosso aluno fica muito solto, ele não tem afetividade, ele sai de uma escola com aconchego dos professores, da direção e chega aqui que é uma empresa, ele está sendo jogado numa empresa, não pode, principalmente o Integrado tem que ser diferenciado, porque eu sinto que ele se perde, o primeiro semestre dele é muito perdido (P7).

Os entrevistados consideram, ainda, que a rede de proteção é muito limitada. Destacam, também, a questão da reprovação dos estudantes:

Nós temos só três Orientadoras Educacionais, está muito difícil de atender todas as necessidades, se não tiver respaldo da Instituição para fazer este trabalho e as pessoas acreditarem que tem que ter mais profissionais, fica tudo muito solto (P11).

[...] eu acho que falta a gestão e tem que partir da gestão fazer um trabalho mais articulado e realmente um trabalho de equipe (...). Às vezes, tem três focos de atendimento para uma mesma pessoa, porque não tem um trabalho articulado, não sentem um trabalho integrado, é tudo muito separado, e um não diz para o outro o que faz (P5).

Os profissionais fazem reiterada referência à questão do acesso ao prédio escolar, indicando a necessidade de que haja controle da permanência do aluno no período escolar.

O reduzido número de profissionais para viabilizar as propostas de Proteção Social no IFSul/*campus* Pelotas é fator restritivo insistentemente apontado pelos entrevistados: “[...] nós somos um número muito, muito pequeno para tudo o que a gente tem o potencial de fazer (...). Tem muito mais coisas que a gente pode fazer e que não conseguimos” (P10).

Outro aspecto restritivo apontado está relacionado à morosidade do processo de análise e liberação do benefício ao aluno. Mais uma vez, o motivo está relacionado ao reduzido número de profissionais em atividade na Assistência Estudantil: alguns alunos evadem-se antes de obter retorno do benefício.

A dimensão humana é apontada como aspecto restritivo à Proteção Social, conforme depoimentos dos profissionais:

É muito no material, estão preocupados em deixar bonito, embelezar, mas descuidam do humano, tranquilamente, os guris percebem isto. Para algumas pessoas esta proteção não está existindo porque falta investimento na área humana (P11).

[...] o *campus* me parece muito preocupado em fazer uma modernização de área física (...) e eu concordo com isso, acho que o *campus* Pelotas tem que oferecer realmente esse material de qualidade (...), mas tem uma coisa muito importante que a gente não pode esquecer que é o aluno. Hoje infelizmente determinadas situações que estão acontecendo, o aluno em si tá um pouco esquecido... (P14).

Outros importantes aspectos apontados pelos entrevistados referem-se à evasão, à repetência e à infrequência. Indicam que falta conhecimento e acompanhamento a respeito das causas que levam a essas situações:

A gente dá o benefício para o aluno e não consegue acompanhar o semestre inteiro (...) o aluno recebendo refeição, vale-transporte, recebendo por todos os benefícios e assim mesmo ele desiste e a gente não consegue ter uma conversa com o aluno nunca (P15).

A reprovação é enorme, a evasão enorme e não se faz nada, ninguém pergunta o que tu estás fazendo para diminuir isso (P16).

A fragilidade de regras escolares também é apontada como fator restritivo à efetivação da Proteção Social ao aluno adolescente.

Em relação aos aspectos favorecedores para as práticas de Proteção Social, os profissionais entrevistados consideram, de modo geral, que o IFSul/*campus* Pelotas dispõe de muitos recursos que podem favorecer esse processo. Há necessidade de qualificar, em primeiro lugar, as práticas escolares como um todo. Julgam, entretanto, que há muito a realizar e, para tanto, precisam contar com o compromisso de todos os segmentos da Instituição.

Nessa direção, a qualificação institucional deve ser encarada em suas dimensões técnico-científicas, sem ignorar a importância do debate ideológico e político, como ocorre com todo conceito social. Portanto, movimentos de mudança, inovação e qualificação precisam ser implementados na busca de transformações que deverão acontecer na sala de aula, nas diferentes instâncias e nos processos de gestão (MURILLO, 2007). Essa caminhada precisa ser coletiva.

Os profissionais reconhecem e valorizam a participação do Grêmio de Estudantes no cotidiano da Instituição, reconhecendo seu compromisso e dinamicidade no encaminhamento das questões estudantis. A organização e o funcionamento do Grêmio de Estudantes do IFSul/*campus* Pelotas constituem pontos fortes no processo de Proteção Social ao aluno dessa Instituição, procurando representar o interesse dos estudantes e cumprindo com suas finalidades cívicas, culturais, educacionais, desportivas e sociais por meio de experiências democráticas e de vivências de participação, responsabilidade e de cidadania.

Apontam o cuidado que os alunos têm com o prédio escolar, mantendo-o conservado e com adequadas condições de higiene, reconhecendo a elevada função da Instituição no município e na sua região de abrangência.

A dimensão pedagógica da formação do aluno apresenta-se como ponto central dos depoimentos dos profissionais. Indicam experiências inovadoras que estão sendo implantadas, no sentido de atender à realidade dos estudantes e contribuir para minimizar a evasão e a repetência: sistema de monitorias para alunos com necessidades especiais e alunos com dificuldades de aprendizagem, assim como implantação do Orientador de Turma.

Nesse entendimento, os profissionais reconhecem necessidade de introduzir mudanças contínuas na maneira de organizar e pôr em prática o currículo e suas metodologias. Identifica-se correlação entre as vulnerabilidades das práticas institucionais e a expectativa de mudanças urgentes, afirmando, assim, o que aponta Hernández (2000, p. 31): os sujeitos, “[...] ao modificarem suas condutas racional e emocionalmente, através do conhecimento de que existe uma melhor forma de atuar, desenvolvem ao mesmo tempo suas próprias capacidades intelectuais e suas habilidades profissionais”.

Os entrevistados apresentam, também, os aspectos restritivos à prática de Proteção Social, caracterizando-os, principalmente, como pontos que merecem atenção especial e imediata. Não se apresentam, todavia, como impeditivos à prática da Proteção Social, mas, sim, como desafios de qualificação do trabalho institucional.

O reduzido número de profissionais relativamente à demanda de estudantes é aspecto central nos depoimentos dos entrevistados. Alegam que a rede de proteção ao adolescente torna-se insuficiente em razão da reduzida alocação de profissionais para atender às necessidades, de diversas ordens, apresentadas pelo corpo discente.

Os problemas advindos dos alunos, dentre eles a reprovação, são, de modo geral, identificados, faltando, contudo, pessoas que possam intervir em tais situações. Há, por exemplo, a falta de um serviço que trabalhe as dificuldades de aprendizagem de um grande número de estudantes. Em parte, já existe a implantação de importante alternativa – a monitoria – que disponibiliza o apoio de estudantes com qualificada trajetória estudantil a alunos que apresentam dificuldades em seu processo de aprendizagem.

Outra restrição apontada refere-se à entrada e à saída dos alunos do prédio escolar, o que implica na segurança dos mesmos. Não há impedimento de o estudante, menor ou maior, retirar-se do Instituto antes do término das atividades escolares. Indicam os entrevistados a necessidade de fortalecimento das normas escolares.

A dimensão afetiva na relação com o estudante é apontada pelos depoentes. Consideram que a autoridade não pode ser confundida com o autoritarismo e que o relacionamento precisa passar pelo “caminho do coração”.

Destacam que as ações de proteção ao adolescente precisam ser planejadas, superando intervenções imediatistas, consequências da emergência de necessidades e de fatos que se fazem presentes no cotidiano escolar, caracterizando-se como o “apagar incêndio”, o que deixa, muitas vezes, o aluno sem rumo e sem apoio.

Apontam a morosidade do processo de seleção dos alunos para a obtenção de benefícios da Assistência Estudantil como um dos motivos da evasão escolar, uma vez que grande parcela do corpo discente não possui condições para suprir suas necessidades de transporte, alimentação e material escolar.

A reprovação e a evasão assumem posição de destaque nos depoimentos dos profissionais, considerando que falta articulação entre os serviços institucionais para intervir no sentido de minimizar aquelas situações.

Indicam a urgente reflexão sobre a educação pretendida, que seja concretizada por meio da prática institucionalizada, representada em seu Projeto Pedagógico e viabilizada pelo trabalho de gestão e pela participação de toda a comunidade escolar. Esse posicionamento é sustentado, também, por Pimenta (2002) que defende a necessidade de que os profissionais valorizem suas experiências e reflitam sobre elas, fertilizando seus espaços de atuação.

Os entrevistados apontam, ainda, a desproporção entre a quantidade de profissionais e o número de alunos matriculados, constituindo-se em fator restritivo para atendimento das demandas estudantis.

5.1.4 Aperfeiçoamento das práticas de Proteção Social ao adolescente no IFSul/campus Pelotas

Os entrevistados apresentaram as seguintes contribuições quanto à quarta categoria de análise: acesso ao Q-acadêmico¹¹ por todos os profissionais de modo a acompanhar a frequência e as notas dos alunos; intensificação da participação da família com o intuito de contribuir para a adaptação do aluno ao processo institucional e acompanhamento de sua aprendizagem, através de reunião de pais; o Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Especiais – NAPNE – deverá promover ações mais efetivas em relação a essa questão.

Surgiu, também, sugestão para a implantação de cartão eletrônico, no sentido de fortalecer a segurança na Instituição e impedir que pessoas não identificadas tenham acesso ao recinto escolar.

É sugerido o melhoramento da infraestrutura para as atividades discentes, como a instalação de máquinas fotocopadoras, reativando o serviço anteriormente oferecido pelo Grêmio de Estudantes, assim como manter preços mais acessíveis para a alimentação dos alunos, evitando, desse modo, que os estudantes se afastem, durante o período escolar, das dependências do Instituto.

Os depoimentos referem-se, também, ao modo de estabelecer o relacionamento com o adolescente, condição fundamental para o aperfeiçoamento das práticas de Proteção Social: fortalecer a formação profissional, contemplando abordagens sobre características dos adolescentes, direitos e deveres, problemáticas que assolam a vida do adolescente, identidade e expectativas profissionais dessa faixa etária; promover capacitação para Assistentes de Alunos; levar a prática dos profissionais para o contexto escolar.

Importante contribuição refere-se à forma de organização da dinâmica escolar no sentido de possibilitar maior integração entre as diversas instâncias do IFSul/campus Pelotas: implementar projeto de base como um todo, envolvendo todas as esferas, incluindo professores, funcionários, profissionais; abrir espaços amplos de discussão sobre a realidade institucional, de forma a integrar as

¹¹ **Q-Acadêmico:** sistema no qual professores e alunos, através da *internet*, têm acesso às atividades escolares de forma organizada, rápida e prática, como: lançamento de notas e faltas, entrega de diários de classe, reserva de livros na biblioteca, planejamento de avaliações, disponibilização de materiais para acesso dos alunos, entre outras (IFSUL. Q-ACADÊMICO, 2014).

diferentes coordenadorias e construir uma nova cultura escolar; divulgar, entre os professores, os propósitos e a dinâmica da Assistência Estudantil, a fim de melhorar os encaminhamentos dos alunos; promover intercâmbio entre as equipes, evitando a sobreposição de tarefas; intensificar o processo de comunicação entre professores, técnico-administrativos, coordenadores, fazendo circular informações e conhecimentos, favorecendo a cooperação; implantar um setor de pesquisa de dados acadêmicos, fazendo um raio X da questão do rendimento escolar do aluno, revelando pontos frágeis do currículo; considerar uma média institucional de produtividade acadêmica por parte dos professores.

A fim de minimizar a situação do reduzido número de profissionais nas diferentes áreas de trabalho, os entrevistados sugerem: contratação emergencial de Assistente Social para os períodos previstos no Edital, assim como já ocorre em outras instituições educativas; ampliação do quadro de Orientadores Educacionais, o que permitiria a realização de um trabalho mais produtivo; realização de trabalho integrado entre Orientação Educacional e Supervisão Escolar, rompendo com o entendimento de que o primeiro trabalha com o aluno e a Supervisão trabalha com o professor, propondo ações e discutindo resultados.

A participação e o compromisso do professor e demais profissionais com a Proteção Social ao aluno adolescente merece destaque nos depoimentos dos profissionais: maior conhecimento, por parte do professor, sobre a realidade do aluno (motivos de ausências, dificuldades de aprendizagem, impedimentos familiares, entre outros) e consequentes encaminhamentos; maior compromisso de todos os sujeitos escolares, os quais precisam se perceber como educadores; engajamento em um projeto coletivo, cujo eixo articulador seja o compromisso; manutenção do projeto voltado à família e às questões que afetam a vida do adolescente, como gravidez, anticoncepcionais, controle de natalidade, preservação à saúde.

Propostas voltadas à melhoria dos resultados de aprendizagem são apresentadas pelos entrevistados: redimensionar conteúdos, promover nivelamento em razão da alta reprovação que ocorre na primeira série; atender à realidade do aluno, deixando de trabalhar com a ideia de “aluno ideal” e de pré-requisitos; reconhecer que o Instituto trabalha, hoje, com um perfil diferente de aluno e que as práticas de ensino não podem fazer comparação com alunos de antigamente; docente precisa atualizar-se e utilizar as ferramentas da informação e da comunicação, contextualizar conteúdos, abandonando os obsoletos, trabalhar habilidades cognitivas

indispensáveis ao mundo de hoje, superando a simples memorização; a Supervisão deve trabalhar e apoiar o professor nesse sentido; ampliar o quadro funcional, o que permitiria o trabalho integrado de Psicólogos e Orientadores em função da aprendizagem do aluno, dentre outras formas de Proteção Social.

Alguns profissionais entrevistados conclamam a comunidade escolar para fortalecer as ações de Proteção Social ao aluno adolescente:

A gente tem que começar a incomodar mais, colocar essas questões e brigar por mais recursos, porque eu acho que o aluno tem o direito de receber o auxílio, de ter uma alimentação (P6).

[...] a Escola realmente tem hoje instalações modernas com laboratórios muito bons, mas isso não é o bastante, o aluno pra se formar um cidadão, precisa antes de mais nada que a escola mostre pra ele quanto é profissional também no conduzir seus processos pedagógicos, e aí a gente vai tocar na seriedade, na organização, esse lado infelizmente eu estou enxergando com muita tristeza, um exemplo de inabilidade (P1).

A necessidade da integração família-escola aparece como outro aspecto a ser aperfeiçoado: aproximar a família da Escola, saber o que está acontecendo, procurar identificar alguma situação que pode estar ferindo o Estatuto da Criança e do Adolescente e, se necessário, encaminhar para a Promotoria; retomar o projeto já realizado no Curso de Edificações, trabalho integrado entre professores e Coordenadora do Curso, o qual propunha que os familiares conhecessem o Instituto, o processo avaliativo, as normas; foi um trabalho muito bom, que mereceu a acolhida dos familiares.

Inúmeras são as contribuições dos entrevistados quanto ao aperfeiçoamento das práticas de Proteção Social aos alunos adolescentes no IFSul/*campus* Pelotas. Podem ser agrupadas nos seguintes aspectos:

- infraestrutura: instalação, nas dependências do IFSul, de máquina fotocopidora, reativando serviço anteriormente realizado pelo Grêmio de Estudantes, de modo a evitar a saída de alunos do recinto escolar; revisão dos valores da alimentação na Cantina Escolar, tornando-os acessíveis ao poder aquisitivo dos alunos;

- segurança: sugerida a implantação de cartão eletrônico para o acesso de alunos; maior controle no acesso do público às dependências do Instituto; controle mais efetivo na saída de estudantes durante o período escolar;

- desempenho escolar: atualização constante do Q-Acadêmico de modo a permitir o acompanhamento da frequência e dos resultados da aprendizagem de forma processual, não esperando somente para o fechamento do semestre, permitindo intervenções imediatas por parte de Psicólogo, Orientador Educacional, Supervisor Escolar, dentre outros;

- relacionamento com o adolescente: preparo de todos os profissionais para maior conhecimento sobre a adolescência; intensificação do contato direto e contínuo de Orientadores Educacionais e outros profissionais com os adolescentes;

- participação da família: fonte de cooperação para o processo de adaptação do aluno ao novo ambiente escolar e ao processo de aprendizagem; manutenção de projetos com o objetivo de integração família-escola;

- dinâmica escolar: aperfeiçoamento da comunicação interna, visando à integração dos diferentes serviços oferecidos ao adolescente, favorecendo o intercâmbio entre as equipes de trabalho; ampliação da participação e compromisso do professor com a Proteção Social, entendida como um processo coletivo;

- quadro funcional: ampliação do número de profissionais nos serviços de Psicologia, Serviço Social e Orientação Educacional, buscando o equilíbrio entre demanda e atendimento aos discentes.

O diagnóstico delineado nas categorias anteriores permitiram a indicação de aspectos que estão a requerer o aprofundamento e/ou a implantação de formas de intervenção que possibilitem o aperfeiçoamento das práticas de Proteção Social no IFSul/*campus* Pelotas.

5.2 A PROTEÇÃO SOCIAL NO IFSU/CAMPUS PELOTAS NA PERSPECTIVA DOS ALUNOS ADOLESCENTES

5.2.1 Concepção de Proteção Social

Os adolescentes referem-se, nessa primeira categoria, às orientações que recebem quando iniciam a vida escolar no Instituto: recepção aos alunos novos com a realização de palestra pelo Diretor do IFSul/*campus* Pelotas, contendo informações sobre a Instituição; falta conhecimento dos alunos relativamente à

totalidade das atividades e dos serviços prestados pelo Instituto aos discentes; nem todos os alunos com necessidades recebem os benefícios da Assistência Estudantil, porque faltam recursos para isso.

Os depoentes são imprecisos quanto à concepção de Proteção Social. Fazem tênues relações entre Proteção Social e situações de exclusão, desigualdade e injustiça sociais. Tangenciam a ideia de prover necessidades evidenciadas pelo grupo de estudantes que se concretizaria a partir de recursos financeiros. De forma marcante, é mantida a ideia restrita de Proteção Social, deixando de ser entendida como parte dos direitos econômicos, sociais e culturais inerentes aos seres humanos (EUZÉBY, 2011).

Pressupõe-se que haja o entendimento de que cabe ao Instituto promover alguma forma de Proteção Social, sem que tenha sido especificada, pelos adolescentes, sua abrangência.

5.2.2 Proteção Social ao aluno adolescente no IFSul/campus Pelotas

Quanto à categoria Proteção Social ao aluno adolescente no IFSul/campus Pelotas, os estudantes destacam: a oferta de atividades extraclases que possibilitam o desenvolvimento de diferentes habilidades, ocupando positivamente o tempo livre; permitem o entrosamento com colegas de diferentes cursos; os alunos participam pouco das atividades extraclases; falta divulgação das atividades extraclases; a realização de cursos extras de Língua Inglesa e Espanhol, teatro, música, atividades esportivas; divulgação feita, principalmente, entre os alunos, quando as informações são repassadas.

Ao que se refere à participação dos pais quanto às questões escolares, registram: a participação é eventual (necessidade de trocar de turno, preenchimento de solicitação de auxílio alimentação); os alunos procuram resolver seus próprios problemas; depois de ingressar no Instituto, o aluno tem de amadurecer e resolver suas questões. Em relação à participação da família, fazem referência a casos pontuais. Consideram que a construção da autonomia deve acontecer no próprio processo de formação escolar. Sabe-se, entretanto, da importância da integração família-escola para o desenvolvimento salutar do adolescente. nessa direção, a

Proteção Social abrangeria o núcleo familiar, a partir de práticas propostas e coordenadas pela Instituição Escolar, contemplando, por exemplo, áreas como a da saúde familiar e de formação para o trabalho, referendando o que afirma Ferreira (2007, p. 74): “O acompanhamento ao núcleo familiar é de fundamental importância, pois além de receberem orientações, as famílias serão encaminhadas a programas específicos às suas necessidades”.

Inquiridos sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, afirmam que apenas tinham “ouvido falar a respeito”, desconhecem os direitos.

Fazem referência ao Regulamento do IFSul:

Qualquer um do Conselho tem mais poder que o aluno dentro do IFSul. Acho que é um desrespeito com os alunos, porque no Artigo 5º dos Direitos e Deveres do Corpo Discente diz que o aluno tem direito a propor sugestões que favoreçam um ambiente agradável e adequado à sua educação integral (GF2).

Quanto ao Estatuto da Criança e do Adolescente, evidenciam possuir pouco conhecimento a respeito do mesmo. Conseqüentemente, exercem um poder de reivindicação de garantia de direitos bastante reduzido, situando a Proteção Social como um processo que lhes é conferido pela Instituição, sem que ocorra maior reflexão nesse sentido. Deixam de considerar que a Proteção Social, conforme afirma Rodeghiero (2007, p. 7),

[...] está baseada nas normas trazidas pela Lei 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente – que inaugurou, no âmbito do ordenamento jurídico pátrio, o nominado “Direito da Infância e Juventude”, ramo específico, não pela característica comum das relações jurídicas nele tratadas, mas por conta da condição de sujeitos de direito nele inseridos.

No espaço analisado, ficou evidente que as reivindicações dos adolescentes ainda não chegaram ao nível de consistente organização, de maneira a construírem uma participação proativa, de autêntico protagonismo no processo de Proteção Social. Se houvesse essa participação consciente dos adolescentes, de acordo com perspectiva de Nogueira Neto (2005, p. 8), “[...] eles forçariam a nós, adultos convertidos, a lutarmos realmente ‘com eles’ e não apenas ‘para eles’, como ainda prevalece em nosso tempo, com raras exceções”. Assim, a participação protagonista do adolescente, no mundo familiar, social e político, passaria a se dar a partir do

próprio estudante, e não ocorreria como concessão do mundo do adulto. Nesse sentido, seria restabelecida a proteção dos direitos dos adolescentes, no contexto dos direitos humanos.

5.2.3 Aspectos favorecedores e restritivos para as práticas de Proteção Social ao adolescente no IFSul/*campus* Pelotas

Relativamente aos aspectos favorecedores, os adolescentes destacam quanto à segurança: internamente, consideram o Instituto seguro, sentindo-se protegidos; o mesmo não ocorre na área externa ao IFSul; a COACE oferece apoio aos estudantes, que, inicialmente, sentem-se desorientados face ao tamanho da Instituição; recebem informações dos professores que comunicam os benefícios oferecidos aos alunos pelo Instituto.

Os adolescentes apontam, também, a proteção à saúde como aspecto favorecedor, percebendo que o Gabinete Médico funciona muito bem, encontrando sempre enfermeiro para atendimento rápido.

Destacam aspectos favorecedores referentes à estrutura e funcionamento do IFSul/*campus* Pelotas: a Biblioteca que possui acervo de livros muito bom; o conhecimento que os alunos do Grêmio de Estudantes detêm sobre a estrutura e funcionamento do Instituto e, por isso, são procurados pelos demais discentes.

Destacam a importância do Grêmio de Estudantes no contexto institucional: contribuição com sugestões para a Direção do *campus*, entendida como compromisso na mobilização dos alunos; apóiam e participam da dinâmica escolar, de acordo com o Artigo 14 do Regulamento – Direitos e Deveres do Corpo Discente.

Em relação aos aspectos restritivos à viabilização da Proteção Social, os adolescentes registram, quanto à assistência ao aluno, o fato de que tomaram conhecimento desse processo principalmente através de outros colegas beneficiados.

Estão cientes dos benefícios da Assistência Estudantil e referem-se aos contratempos do processo: suspensão, para alguns alunos, da bolsa para material escolar; diminuição do valor desse benefício e exigência de comprovação de

despesas; dificuldade na obtenção de nota fiscal; suspensão de benefício para o aluno que já estava no Instituto, concessão somente para alunos novos; divulgação insuficiente dos serviços oferecidos aos alunos; atraso na concessão do benefício, por falha da Secretaria no encaminhamento de formulários, o que prejudica o aluno, principalmente nas aulas práticas.

Demonstram insatisfação quanto aos serviços da Cantina, sendo isso um motivo para os alunos afastarem-se da Instituição durante o período de aulas: a Cantina do IFSul/*campus* Pelotas é muito cara, então os alunos, nos intervalos, saem da Instituição, atravessam a avenida para comprar lanche no bar da frente, que é mais barato e melhor, mesmo ocorrendo o risco de um acidente.

Os adolescentes avaliam como insatisfatório, também, o serviço de reprografia: falta de estrutura interna para atender, internamente, as necessidades dos alunos, como os serviços de reprografia; impossibilidade de o Grêmio de Alunos adquirir uma máquina no valor de quatro mil reais.

O grupo de alunos aponta que muitos equipamentos dos cursos se encontram ultrapassados, não sendo mais utilizados nas indústrias. Consideram, ainda, a necessidade de atualização dos professores, que deve ser contínua.

Quanto à segurança e acesso ao recinto escolar, contribuíram do seguinte modo: no entorno do IFSul/*campus* Pelotas, ocorrem muitos atos de violência; a Brigada Militar não dá proteção aos alunos nos horários de entrada e de saída da Instituição; necessidade de maior rigor na identificação dos alunos, ao ingressarem no Educandário; o sistema de carteirinha está falho; há falsificação do documento de identificação do aluno; identificação é feita somente no início dos turnos; as motos deveriam ter outro acesso, não a entrada dos alunos; necessidade de colocar catracas, agilizando assim a entrada de alunos.

Acerca dos encaminhamentos de problemas surgidos no transcurso do semestre, consideram que há desarticulação entre as instâncias do Instituto e contratempos quanto à realidade do aluno. Apresentam depoimentos como: inadequação do fluxo de informações aos alunos; falta de integração entre Departamentos; ausência de professores sem que os alunos sejam informados; necessidade de revisão da dinâmica do Conselho de Classe; não existe retorno ao aluno dos problemas tratados no Conselho de Classe e os fatos caem no

esquecimento de um semestre para o outro; urgência em redimensionar o horário de aulas, evitando três períodos consecutivos da mesma Disciplina; utilização de critério de organização dos horários que favoreçam a aprendizagem dos alunos e não os interesses dos professores; falta de aproximação dos alunos com professores e funcionários.

Consideram a comunicação aos alunos como um aspecto restritivo à Proteção Social: inadequação e insuficiência na divulgação de atividades de interesse dos alunos (Cursos de Inglês e Espanhol); serviços importantes e que não são divulgados; falta de comunicação entre os professores dos cursos, ocorrendo situações que o Grêmio de Estudantes precisa intervir para apoiar aos alunos.

Quanto à questão pedagógica, os adolescentes apontam como restrições: dificuldade no relacionamento com professores, impedindo que os alunos esclareçam suas dúvidas; dificuldade do professor em explicar o conteúdo ao aluno; conteúdos sem significado e obsoletos para a formação. Destaca-se pela peculiaridade e relevância a seguinte abordagem:

Eu fico encantado quando vêm os ex-alunos da Escola Técnica, eles dizem que fizeram parte dos extraclasses, começam a contar como era naquele tempo e a gente vê o brilho nos olhos deles, eles vestiam a camiseta. Hoje, eu não sei se no IF será a mesma coisa. Nas épocas anteriores, eles faziam parte, participavam de tudo, tinha banda, basquete, futsal e outros, e eles eram incentivados pela Direção e professores a participarem. Se a gente conseguisse fazer isto de novo, já pensou, todas as cabeças pensantes puxarem para o mesmo lado, seria muito bom (GF3).

Em relação aos direitos e deveres do Corpo Discente, os alunos referem-se ao Regulamento, citando o artigo que garante serviços do Gabinete Médico, Odontológico e de Enfermagem; consideram que não dispõem de informações acerca desses serviços, os quais não atendem à demanda; falta de fiscalização no sentido de identificar alunos que realmente precisam usufruir do benefício da Assistência Estudantil.

Quanto aos aspectos favorecedores, os adolescentes destacam: a segurança interna, considerada muito boa; o apoio aos estudantes através da COACE e dos professores, com ênfase ao atendimento à saúde.

Na questão da infraestrutura, ressaltam: a Biblioteca que possui amplo e adequado acervo; o conhecimento que o Grêmio de Estudantes possui sobre a

dinâmica institucional, o que proporciona encaminhamento aos serviços pertinentes. Reconhecem a responsabilidade do Grêmio Estudantil na mobilização dos alunos rumo às propostas do Instituto e aos direitos dos discentes.

Quanto aos aspectos restritivos, os depoimentos mostram-se mais intensos e, em alguns itens, são contraditórios em relação aos aspectos favorecedores apontados anteriormente.

Indicam como restritivas as medidas adotadas pela Assistência Estudantil quanto à comprovação de gastos com material escolar, em razão de que, em determinadas situações, não conseguem comprovantes, como é o caso dos serviços de reprografia. Outro aspecto restritivo, insistentemente apontado, refere-se ao fato de que o edital para concessão de benefícios pela Assistência Social foi aberto somente para alunos ingressantes, excluindo alunos que cursam do segundo semestre em diante e que ainda não recebem benefícios.

Consideram que a demora na liberação dos benefícios, em alguns casos, provoca a evasão dos discentes, principalmente no primeiro semestre do curso.

Apontam a necessidade de melhorar a comunicação interna, divulgando os serviços prestados aos alunos. A falta de informação reduz o usufruto dos serviços, diminuindo a participação dos estudantes, como, por exemplo, nas atividades extraclases.

Referem, como aspecto restritivo à Proteção Social, a desarticulação entre os diferentes serviços, quando do encaminhamento de problemas de alunos. Falta, principalmente, retorno dos casos encaminhados na busca de soluções, quer sejam situações administrativas quer pedagógicas.

Ressaltam direitos e deveres que constam do Regulamento Específico, Capítulo I – Dos Direitos e Deveres, das Proibições e das Penalidades do Corpo Discente – e que esses direitos, em diversas situações, são restritos ou não são oferecidos.

Nessas considerações, é indispensável que a Instituição analisada acentue a vinculação das normas reguladoras de Proteção Social ao adolescente à promoção efetiva dessas normas, traduzidas em estratégias que se ampliem cada vez mais, beneficiando maior número de estudantes, garantindo a proteção de seus direitos – globais e especiais (NOGUEIRA NETO, 2005). Isso requer o redimensionamento

das práticas de Proteção Social no IFSul/*campus* Pelotas, a partir do diálogo com o diverso, no sentido da justiça e equidade.

5.2.4 Aperfeiçoamento das práticas de Proteção Social ao adolescente no IFSul/*campus* Pelotas

Quanto à quarta categoria – aperfeiçoamento das práticas de Proteção Social ao adolescente da Instituição pesquisada – os alunos destacam a necessidade de manutenção de um *site* com orientações diversas aos alunos e distribuição de cartazes diretamente nos cursos; ampliação da Assistência Estudantil possibilitando o atendimento a alunos com necessidades momentâneas.

Ressaltam que as Políticas Públicas, ainda que intentem a formação de pessoas com vulnerabilidades sociais, não têm conseguido a permanência dessas pessoas nos espaços escolares. O acesso ampliou-se, mas a permanência não é garantida, em grande parte resultante da falta de condições econômicas para a alimentação, transporte, moradia, material escolar. Em razão disso, os estudantes se evadem.

Os alunos sugerem, também, que as informações divulgadas no momento da acolhida aos alunos, no início do semestre, deveriam ser reforçadas no decorrer do mesmo, realizando comunicados nas salas de aula e/ou utilizando um mural para divulgação acerca do funcionamento do Instituto. Assim, as informações deveriam ficar expostas em maior quantidade e em locais específicos, destacando as atividades e serviços ofertados pela Instituição aos alunos; constituir equipes de alunos mais antigos de cada curso, a fim de divulgar e explicar o funcionamento do IFSul e dos serviços de assistência ao educando; implantar uma Ouvidoria, um setor que centralizasse informações para alunos, professores e funcionários.

Em relação à atuação do Grêmio de Estudantes, sugerem a manutenção do diagnóstico, realizado a cada semestre, sobre a dinâmica institucional. Apontam que, nesse diagnóstico, aparecem reclamações a respeito de professores e das práticas pedagógicas que realizam.

Quanto à segurança, consideram a necessidade de instalação de catracas que melhoraria a identificação de pessoas que acessam à Instituição. Reafirmam

que a maior insegurança ocorre no entorno do Instituto, nas paradas de ônibus e, por isso, solicitam policiamento nos horários de entrada e saída de estudantes.

Em relação à questão pedagógica, os adolescentes sugerem: realização de cursos contínuos para os professores no sentido de melhorar o relacionamento com os alunos e qualificar a metodologia de trabalho.

Ao apresentar sugestões para o aperfeiçoamento das práticas de Proteção Social na Instituição, os adolescentes mantêm coerência com os aspectos destacados na categoria anterior.

As contribuições podem ser agrupadas nos seguintes itens:

- comunicação interna: utilização do *site* da Instituição a fim de promover a divulgação ou orientação aos alunos de assuntos relativos ao cotidiano escolar; reforço periódico das informações divulgadas no encontro inicial; exposição de informações em lugares específicos e de acordo com os assuntos; envolvimento de alunos mais antigos na divulgação e esclarecimentos sobre a dinâmica escolar; implantação de uma Ouvidoria para alunos, professores e funcionários, centralizando as informações;

- Assistência Estudantil: intensificação dos benefícios aos alunos, mantendo condições de alimentação, espaço para estudo, vale-transporte, dentre outros, o que contribuiria para a permanência dos alunos no Instituto; constituição de um grupo de alunos, treinados pela COACE, com o objetivo de envolver maior número de estudantes na divulgação do serviço de Assistência Estudantil, desafogando, desse modo, o Grêmio de Estudantes;

- necessidades dos alunos: manutenção e aperfeiçoamento da planilha de necessidades que o Grêmio de Estudantes organiza semestralmente; instituir um Conselho de Representantes dos Alunos encarregado de reunir necessidades apontadas pelos discentes e suas percepções a respeito da Instituição;

- segurança: implementação da presença da Brigada Militar nos arredores do Educandário, durante os horários de maior fluxo de alunos; implantação de catraca para acesso do público ao interior da Instituição;

- Cantina Escolar: providências da Direção para melhorar as condições dos serviços da Cantina – qualidade e preço;

- questão pedagógica: atualização pedagógica contínua para professores.

Entende-se que as sugestões apresentadas requerem um processo de redimensionamento administrativo-pedagógico da Instituição, contemplado em proposta de ação conjunta, assim como também foi indicado pelos profissionais entrevistados.

Nessa direção, o IFSul/*campus* Pelotas deve estar atento no sentido de promover conexões sistemáticas entre a proposta e as possibilidades de viabilizá-la, incluindo em tal movimento, as práticas de Proteção Social ao adolescente. O potencial existe, os caminhos estão sendo demarcados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para que um fenômeno se mostre, não basta vivê-lo, pois na imersão, a amplitude da visão se restringe. A compreensão exige transcender esta perspectiva e espreitar as diferentes possibilidades através da visão e do sentir do outro.

(MACHADO, 1994, p. 35)

Esta Dissertação é decorrente da construção de conhecimento do pesquisador e dos sujeitos da pesquisa em indissociável processo interrelacional com o propósito de desvelar as práticas de Proteção Social ao aluno do IFSul/*campus* Pelotas.

O ponto de partida deste trabalho foi um conjunto de questionamentos presentes no cotidiano profissional do pesquisador a respeito das vulnerabilidades que afetam os alunos adolescentes, resultando no elevado índice de repetência e evasão escolar.

O ponto de chegada, após a realização da pesquisa de abordagem qualitativa, constitui-se, principalmente, como fronteira demarcatória para novas buscas e interpretações. Caracteriza-se, pois, como espaço aberto a outros desvelamentos da realidade, fonte para contínuas (re) construções e permanentes questionamentos sobre o tema focado. Isso se justifica em razão de que predominou, na efetivação da pesquisa, a tentativa para conhecer muito mais a dinamicidade do pensamento dos sujeitos da investigação do que as certezas, as verdades absolutas. Todavia, na realização desse processo, tornou-se possível identificar algumas constantes. Foram elas que permitiram conduzir a essas “considerações finais”, ainda que provisórias e passíveis de reconsiderações. Ou seja, a análise dos dados permitiu que se chegasse a conclusões quanto às questões e ao problema de pesquisa, cujos aspectos mais significativos são registrados a seguir.

Em relação à primeira questão – práticas de Proteção Social ao aluno adolescente promovidas pelo IFSul/*campus* Pelotas quanto à abrangência e formas de operacionalização – os dados obtidos permitiram identificar um arcabouço de grande relevância como proposta de Proteção Social, destinada a todo corpo discente.

A partir dos discursos dos sujeitos da pesquisa – profissionais e alunos adolescentes – infere-se que há grande preocupação dos profissionais em conhecer as necessidades dos alunos, dentre os quais estão incluídos os adolescentes e sobre os quais está sendo lançado um novo olhar. Isso decorre da mudança de paradigma desencadeada a partir da Constituição Brasileira de 1988 e do Estatuto da Criança e do Adolescente, que exigem novos entendimentos acerca dessa fase etária, considerada, nos estudos mais recentes, como uma etapa do desenvolvimento humano única e cheia de potencialidades (CALLIGARIS, 2009; POIRIER, 2012; DI GIOVANNI, 2012).

Os depoimentos evidenciaram as crescentes conquistas institucionais no sentido da consolidação da Assistência Estudantil, ainda que esta não esteja universalizada em razão de limitações de ordem econômica e de alocação de pessoal. Nessa direção, observou-se que, ao mesmo tempo em que faz o movimento de ampliação das práticas de Proteção Social, a Instituição também promove a reflexão a respeito de seu compromisso social e educativo. Essa perspectiva esteve presente no discurso dos sujeitos da pesquisa, destacando-se o reconhecimento pela ação formativa do IFSul/*campus* Pelotas.

Em relação à segunda questão – aspectos favorecedores e restritivos das práticas de Proteção Social – entende-se que os aspectos favorecedores são percebidos como conquistas, resultantes de seus processos construtivos. Os aspectos restritivos apresentam-se como sinalizações dos desafios a serem superados pelo enorme potencial que o IFSul/*campus* Pelotas possui e pelas ricas/enriquecedoras experiências educativas que constituem sua história (IFSUL. PDI, 2013).

Nesse entendimento, os aspectos favorecedores deverão ser mantidos, constituindo a base para o necessário aperfeiçoamento, enquanto os aspectos

restritivos precisam fazer parte da agenda de qualificação institucional quanto à Proteção Social, envolvendo toda a comunidade escolar e resultando na garantia dos direitos fundamentais a seus alunos adolescentes.

Assim, concluiu-se que a Proteção Social constitui-se como proposta institucional, fundamentada em instrumentos legais que vêm delineando essa Política Pública no Brasil (RIZZINI, 2007; PEREIRA, 2009). O IFSul, como entidade pública, portanto, absorve e intenta operacionalizar, no âmbito institucional, os fundamentos que sustentam essa política, mantendo um conjunto de práticas de Proteção Social.

Dentre as conquistas mais significativas, ressalta-se o trabalho da Assistência Estudantil que, a cada ano, procura ampliar a quantidade de benefícios relacionados à concessão de moradia, alimentação, transporte, saúde e aquisição de material de apoio pedagógico. Destaca-se, ainda, a manutenção da Biblioteca que oferece acervo em quantidade e qualidade adequadas à função de ensino-aprendizagem. Essas são condições, com certeza, que contribuem para uma nova relação social do adolescente em situação de vulnerabilidade, na intenção de permitir seu sucesso escolar.

Mesmo não tendo conseguido universalizar a Assistência Estudantil, existe no IFSul/*campus* Pelotas o propósito de assumir a formação do ser humano, minimizando desigualdades individuais e sociais, promovendo a educação humano-científico-tecnológica, característica fundamental para a sociedade contemporânea.

Assim, os aspectos restritivo, como já afirmado, constituem-se como desafios. O Instituto está sendo, permanentemente, desafiado a rever-se e reformular-se. Por isso, precisa superar suas próprias resistências e limitações, construindo uma Instituição promotora da justiça e da equidade, a partir da distribuição democrática de bens materiais e culturais.

Buscando contribuir para a superação desses desafios, são reafirmadas constatações que se mostraram significativas e explicitadoras do estudo empreendido, ao mesmo tempo em que são apresentadas sugestões para aperfeiçoamento e ampliação do processo de Proteção Social aos alunos adolescentes do IFSul/*campus* Pelotas.

Considera-se, como primeira constatação, que a Política de Proteção Social, ainda que nem toda deva ser estatal, não pode, em sua essência, prescindir da presença do Estado. Sua importância básica encontra-se em seu caráter público, ou seja, o acesso aos serviços estatais não pode sofrer qualquer tipo de restrição, destinando-se, indistintamente, a todos os cidadãos.

Isso requer a ampliação substancial de recursos federais para viabilizar programas/projetos institucionais de Proteção Social, de acordo com as características socioeconômicas da região na qual se insere o IFSul/*campus* Pelotas e, conseqüentemente, do quadro de vulnerabilidades de sua população, constituída, em grande parcela, por adolescentes.

Desse modo, as práticas de Proteção Social ao aluno adolescente no IFSul/*campus* Pelotas não podem ficar na dependência de verbas insuficientes para atender ao que preconiza a Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente e a Política Nacional de Assistência Social, dentre outras referências legais.

Torna-se indispensável, neste caso, que a Administração do IFSul se empenhe em obter recursos suficientes para prover as necessidades de seus alunos adolescentes, sem precisar valer-se de seleção, uma vez que esta forma atua como impedimento à universalização da Proteção Social.

A segunda constatação reafirma, no âmbito do IFSul/*campus* Pelotas, dados que configuram a realidade social brasileira, como, dentre outros, a desigualdade, o *déficit* habitacional, o desemprego, a pobreza material e cultural, a manipulação política, a negação dos direitos sociais que se refletem junto ao corpo discente. A Instituição, nessa perspectiva, não se constitui em uma ilha. Faz parte do contexto socioeconômico-cultural nacional e regional, influenciando e sendo influenciada em seus princípios e suas práticas.

Isso exige a implementação institucional de Políticas de Proteção Sociais consistentes e que sejam capazes de contribuir para o redesenho da realidade regional. Portanto, sugere-se a construção coletiva, envolvendo o segmento familiar e escolar, do Projeto Pedagógico e do Plano de Desenvolvimento Institucional como fontes orientadoras das Políticas de Proteção Social direcionadas a seus alunos e a

seus familiares. Entende-se que quase a totalidade das vulnerabilidades dos adolescentes tem origem na célula familiar, a qual também apresenta muitas e graves vulnerabilidades. Desse modo, o IFSul/*campus* Pelotas estará atendendo ao princípio da proteção integral e ampliando seu raio de ação quanto à Proteção Social aos adolescentes.

A terceira constatação está relacionada à necessidade de que a instância educativa formal seja cada vez mais competente e democrática na realização da Proteção Social a seus educandos.

A competência refere-se à capacidade gestora da instância institucional de mobilizar decisões pertinentes em uma determinada situação, enquanto a democracia requer a constituição do ser humano como sujeito/autor de suas experiências vitais, elaborando e reivindicando Políticas Sociais mais justas e equânimes (CALDAS, 2008; PEREIRA, 2009).

Observou-se que, no espaço analisado, a Proteção Social tem alcance limitado, não conseguindo absorver toda a demanda estudantil, ainda que seja regulamentada nos documentos do IFSul/*campus* Pelotas e enfaticamente destacada sua importância pelos sujeitos da pesquisa, constituindo, portanto, um aspecto contraditório na Instituição. Isso decorre, fundamentalmente, do desequilíbrio entre o discurso político-legal e sua viabilização no espaço escolar. Tal fato restringe as ações de Proteção Social, cingindo-as, em grande proporção, à “[...] assistência social como clientelismo, assistencialismo, caridade ou ações pontuais, que nada têm a ver com políticas públicas e com o compromisso do Estado com a sociedade” (PNAES, 2013, p. 11).

A quarta constatação tem forte relação com essa inadequada e restrita maneira de conceber a Política de Proteção Social, bastante presente nos depoimentos dos sujeitos da pesquisa, não ocorrendo o que aponta Demo (2007), ao indicar que as Práticas de Proteção Social devem contemplar três horizontes teórico-práticos: práticas assistenciais, práticas socioeconômicas e práticas participativo-emancipatórias. Nessa compreensão, Demo (2007, p. 25) afirma:

Tais horizontes se interpenetram, embora cada qual tenha sua densidade própria. Do ponto de vista da desigualdade social histórico-estrutural, caberia acentuar que toda política social – para ser social – necessita atingir a condição concreta de redução da desigualdade. Nesse sentido, precisa ser emancipatória.

O mesmo autor (2007, pp. 25-26) esclarece: “Política social emancipatória é aquela que se funda na cidadania organizada dos interessados”. Isso requer a ação de sujeitos coparticipantes e codecisores, abrangendo aspectos relativos ao êxito escolar, à cultura, ao lazer, ao esporte, à comunicação e à expressão, à segurança, à convivência comunitária, à representação e organização estudantil, entre outros. Esses aspectos pressupõem a viabilização da equidade, da justiça e da cidadania. Há de se reconhecer, todavia, a complexidade desse espaço político-educativo a ser reconstruído cotidianamente e, para tanto, necessita de profissionais competentes e compromissados.

Esse entendimento conduz à quinta constatação: a necessidade de que o IFSul/*campus* Pelotas conte, em seu quadro funcional, com profissionais em número adequado à demanda estudantil e com formação específica para atender às vulnerabilidades dos alunos adolescentes.

A defasagem entre as ações pretendidas e o número de profissionais disponíveis constitui-se em acentuado aspecto limitador às práticas de Proteção Social, provocando situações como: restrição de atendimento à demanda estudantil; interrupção do processo de atendimento aos alunos; precárias formas de comunicação das práticas de Proteção Social; desarticulação entre os âmbitos institucionais; movimentos de retenção e evasão de alunos, dentre outras de igual importância.

Em relação a esses fatos, recomenda-se que o IFSul/*campus* Pelotas reveja sua política institucional, criando condições favoráveis à alocação de recursos humanos, de modo a atender integralmente às vulnerabilidades e aos direitos dos adolescentes. Isso possibilitará o trabalho interdisciplinar dos profissionais, interrompendo as ações descontínuas e atuando efetivamente nos múltiplos espaços do atendimento social. Acarretará, também, condições de acompanhamento contínuo da trajetória estudantil, identificando, de imediato, suas fraquezas e dificuldades e, de modo consequente, agindo sobre elas.

Para tanto, sugere-se, ainda, a primazia da ação gestonária na previsão e provisão de recursos de diferentes ordens, de modo a desencadear planejamentos estruturais e pedagógicos que resultarão, certamente, em melhores condições para as práticas de Proteção Social, permitindo o êxito social e escolar do adolescente.

Como sexta constatação, encontra-se o movimento de transformação da proposta tecnicista de formação, marcadamente presente nas instituições profissionalizantes, por outra em favor da qualidade de vida dos estudantes, entendidos estes como sujeitos de direitos. Essa perspectiva vem reconfigurando, paulatinamente, a ação propositiva e redesenhando o perfil institucional, reconhecendo e respeitando o processo histórico de conquista de direitos fundamentais. A dissonância entre o proposto e o praticado é bastante acentuada, em razão das constatações já apontadas. Entretanto, percebe-se o crescente entendimento de que a conquista desses direitos resulta, acima de tudo, da definição e construção crítica e compromissada dos interessados, dos profissionais e dos gestores institucionais de um processo de justiça e equidade.

Esse compromisso implica em ação conjunta e integrada, ponto vulnerável na dinâmica institucional, e constitui-se como sexta constatação deste trabalho. Tal fragilidade fica evidente nas cisões/desarticulações do processo, assim como nas lacunas existentes na Política de Proteção ao aluno adolescente na Instituição. Há de se considerar a urgência de um planejamento participativo, com ênfase na integração das propostas das diversas instâncias institucionais, no qual as especificidades estejam a serviço do todo, superando espaços confinados e confinadores, esbatendo fronteiras e promovendo o diálogo produtivo. Para tanto, reafirma-se a indispensável alocação de profissionais em quantidade suficiente para o atendimento à demanda de alunos adolescentes aos serviços de Proteção Social.

A sétima constatação refere-se ao direito à educação, representado por movimentos de acompanhamento e intervenções administrativo-pedagógicas quanto aos fenômenos da repetência e evasão escolar, apontados pelos sujeitos da pesquisa como os maiores desafios que se colocam à Instituição. O quadro de persistente insucesso escolar de significativa parcela da população estudantil destaca-se no contexto escolar, exigindo ações criativas e fortemente sustentadas cientificamente, dentre as quais assume prioridade a construção de uma visão

ampla de educação e de suas estratégias pedagógicas, assim como a implementação de projetos coletivos, envolvendo desde o trabalho docente até o apoio administrativo-pedagógico. Para tanto, torna-se indispensável que a efetivação do Projeto Pedagógico do IFSul/*campus* Pelotas acolha, de maneira cada vez mais ampla e consistente, ações voltadas à Proteção Social aos discentes, dentre os quais, em grande medida, se encontram os adolescentes (IFSUL. RESOLUÇÃO 90/2012).

Reafirma-se, pois, que o direito à educação pressupõe não só o acesso à Instituição, mas a progressão, fundamentalmente, bem-sucedida.

No sentido de superação desse quadro de restrição do direito à educação dos alunos adolescentes, indica-se a pronta revisão do currículo escolar, entendido como uma unidade processual que abrange as ações relacionadas às práticas escolares das aprendizagens, permitindo a interlocução de saberes distintos e específicos conforme a terminalidade formativa (GARCIA; MOREIRA, 2013). Isso supõe a exclusão de ações isoladas, parcializadas em Disciplinas, com finalidade em si mesmas e em determinados prazos. A proposta formativa, neste caso, propõe e integra todos os movimentos educativo-pedagógicos ao longo dos cursos, sem solução de continuidade em períodos e/ou componentes curriculares. Entende-se, conforme explicita Kress (2013, p. 115), que “[...] o currículo projeta a forma provável do futuro” no qual atuarão os alunos adolescentes. Desse modo, os currículos dos cursos devem ser prospectivos, caracterizando-se como forma provável do futuro para o qual o currículo constitui o projeto (KRESS, 2013). Para tanto, indica-se, como imprescindível, o planejamento curricular que contemple estratégias de apoio ao processo de aprendizagem, buscando suprir defasagens e fragilidades relativas às abordagens e habilidades previstas para os níveis escolares.

O Brasil, ao longo de sua história político-social, apresentou fluxos e refluxos na legislação voltada às Políticas Sociais, o mesmo ocorrendo em suas instituições educativas. Nesses contextos, as práticas de Proteção Social percorreram caminhos caracterizados desde a adoção de ações caritativas e filantrópicas até aquelas assumidas como políticas de Estado. Nesses controversos movimentos, as instituições escolares também firmaram suas práticas de Proteção Social.

Esse entendimento permitiu chegar-se à oitava constatação: infere-se, então, que as práticas de Proteção Social ao adolescente, promovidas pelo IFSul/*campus* Pelotas, mantêm estreita relação com os princípios das Políticas Sociais promulgados pela legislação específica. Desse modo, a Instituição analisada apresenta aspectos restritivos e favorecedores à implementação dessas políticas, evidenciando, muitas vezes, contradições encontradas, também, no cenário nacional. No sentido de superar esses aspectos restritivos, sugere-se que o IFSul/*campus* Pelotas promova contínuos debates e pesquisas acerca da realidade brasileira, procurando identificar os pontos de estrangulamento no processo institucional, definindo formas de intervenção sobre os mesmos. Nesse caso, a estrutura e a dinâmica institucionais precisam ser revistas periodicamente, reestabelecendo constantemente suas prioridades de Proteção Social a seus estudantes. Mais uma vez, aponta-se o trabalho coletivo como estratégia de gestão.

Destaca-se, como nona constatação, a disponibilidade dos sujeitos da pesquisa para a realização deste trabalho. Enfatizam a necessidade de avaliação constante do contexto escolar em suas múltiplas dimensões, o que permitirá a implementação de mudanças e o fortalecimento das práticas de Proteção Social, assim como a reformulação de programas e estratégias, acompanhando a dinamicidade do fato social. Afirmam que a identificação de grupos vulneráveis e dos riscos que eles enfrentam estão a requerer a instauração de Políticas de Proteção Social para segmentos específicos, como é o caso dos adolescentes. Identificou-se que o espaço institucional, representado por profissionais e educandos, está cercado por expectativas positivas em relação às práticas de Proteção Social ao adolescente.

Como décima constatação, ressalta-se a riqueza e importância do processo de pesquisa, o qual pretendeu desvelar a realidade do IFSul/*campus* Pelotas quanto à abrangência e formas de Proteção Social ao adolescente. Entende-se que a investigação realizada extrapolou a esse objetivo: contribuirá, de modo compromissado, para o aperfeiçoamento do processo de Proteção Social nessa Instituição, a partir de outros olhares.

Como afirmado inicialmente, as análises e as conclusões, aqui apresentadas, não são conclusivas. Antes disso, devem ser entendidas como fontes para novas reflexões a respeito do tema desta Dissertação, servindo para multiplicar perspectivas e ampliar horizontes.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Thiago. **Evolução do conceito e visões sobre a adolescência**. Disponível em: <www.redepsi.com.br/portal/modules/smartsection/item.php?itemid=1191>. Acesso em: 20 nov. 2012.

ANDRADE, Fabrício Fontes de. **Tipologia das políticas sociais na América Latina: uma discussão sobre a proteção social na região**. Disponível em: <www.interativadesignba.com.br/III_SPSC/arquivos/sessao1/026.pdf>. Acesso em: 18 out. 2013.

ANDRADE, Fabrício Fontes de; ZIMMERMANN, Clóvis Roberto. **Desenvolvimento social e proteção social: o que existe de convergência?** Disponível em: <www.uel.br/revistas/pdf/2008/32%20DESENVOLVIMENTO%2050SOCIAL%20E%20PROTE%20C7%>. Acesso: 20 out. 2012.

ARRETCHE, Marta. Emergência e desenvolvimento de Welfare State: teorias explicativas. **BIB: Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais**, v. 39, 1995.

AVANCINI, Marta; ANDRADE, Patrícia; MELLO, Rachel. Introdução. In: PALAZZO, Ludimila; VOLPI, Márcio (coordenadores). **O direito de ser adolescente: oportunidade para reduzir vulnerabilidade e superar desigualdades**. Fundo das Nações Unidas para a Infância. Brasília, DF: UNICEF, 2011.

AZEVEDO, Maurício Maia de. **O Código Mello Mattos e seus reflexos na legislação posterior**. Disponível em: <www.tjrj.jus.br/institucional/dir_gerais/dgcon/pdf/monografia/magistrados/2007/codigo_mello_mattos_seus_refeledxos.pdf>. Acesso em: 24 nov. 2013.

BARBOSA, Ana P. Algumas incursões sobre o significado de espaço público nos pensamentos de Hannah Arendt, Jürgen Habermas, Charles Taylor e Nelson Saldanha. **Red de Revistas Científicas de America Latina y el Caribe, España e Portugal**. México: Universidad Autónoma del Estado do México, nº 10, 2005.

BARROS, Nívea Valença. Políticas e práticas de proteção social para o enfrentamento da violência intrafamiliar contra a criança e o adolescente. **Revista Em Debate**. Rio de Janeiro: PUC-Rio. Disponível em: <www.maxwell.lambda.ele.puc-rio.br/9315/9315>. Acesso em: 20 nov. 2012.

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sári Knopp. **Investigação qualitativa em Educação**. Tradução: Maria José Alvarez, Sara Bahia dos Santos e Telmo Mourinho. Porto: Editora Porto, 1999.

_____. Ministério da Ação Social. Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Porto Alegre: Centro Administrativo do Estado Fernando Ferrari, 1991.

_____. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 196, de 10 de outubro de 1996**. Diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Disponível em: <conselho.saude.gov.br/web_comissoes/conep/index.html>. Acesso em: 22 jan. 2013.

_____. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo Escolar 2012**. Brasília: Diário Oficial da União, em 21 de dezembro de 2012.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Proteção Social Básica**. Disponível em: <www.mds.gov.br/assistenciasocial/protecaobasica>. Acesso em: 02 nov. 2013.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Proteção Social Especial**. Disponível em: <www.mds.gov.br/assistenciasocial/protecaoespecial>. Acesso em 03 nov. 2013.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social**. Disponível em: <www.ceas.pr.gov.br/arquivos/File/.../pnas20071.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2013.

_____. Ministério da Cultura. **Pontos de Cultura**. Disponível em: <www.cultura.gov.br/pontos-de-cultura1>. Acesso em: 12 dez. 2013.

_____. Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda. **Público-alvo**. Disponível em: <www.sedest.df.gov.br/publico-alvo/familias.html>. Acesso: 05 jan. 2014.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Serviços de Média Complexidade**. Disponível em: <www.mds.gov.br/assistenciasocial/protecaoespecial/mediacomplexidade>. Acesso em: 05 jan. 2014.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto nº 99.710, de 21 de novembro de 1990**. Promulgação da Convenção sobre os Direitos da Criança. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D99710.htm>. Acesso em: 20 jan. 2014.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 10.097, de 19 de dezembro de 2000**. Lei do Aprendiz. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10097.htm>. Acesso em: 25 jan. 2014.

_____. Ministério do Esporte. **Programa Segundo Tempo**. Disponível em: <portal.esporte.gov.br/snee/segundotempo/>. Acesso em: 01 fev. 2014.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012.** Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03_ato2011/2012/lei/l2594.htm>. Acesso em 03 fev. 2014.

_____. Decreto-Lei nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942. **Lei Orgânica de Ensino Industrial.** Disponível em: <www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/fontes_escritas/5_Gov_Vargas/leiorganicaensinoindustrial1942.htm/>. Acesso em: 09 mai. 2014.

CALDAS, Ricardo Wahrendorff (org). **Políticas Públicas:** conceitos e práticas. Belo Horizonte: SEBRAE/MG, 2008.

CALLIGARIS, Contardo. **A adolescência.** 2. ed. São Paulo: Publifolha, 2009.

CAVALCANTI, Paula Arcoverde. **Sistematizando e comparando os enfoques de avaliação e de análise de políticas públicas:** uma contribuição para a área educacional. Tese de doutorado. Faculdade de Educação. São Paulo: UNICAMP, 2007.

CERQUEIRA FILHO, Alírio. **Características da Adolescência.** Disponível em: <www.cvdee.org.br/evangelize/pdf/1_0777.pdf>. Acesso em: 03 jan. 2013.

CHAGAS, Arnaldo. **Adolescência:** um fenômeno contraditório. Disponível em: <www.fisiosportsolution.com.br/noticias16.htm>. Acesso em 10 ago. 2012.

CHIZOTTI, Antonio. **Pesquisa qualitativa em Ciências Humanas e Sociais.** 2.ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

CRAIDY, Carmem Maria. A adolescência dos meninos de rua. **Revista Pedagógica Pátio.** Porto Alegre: Editora Artes Médicas Sul, ano 2, nº 8, 1999.

CRUZ NETO, O.; MOREIRA, M. R.; SUCENA, L. F. M. **Grupos focais e pesquisa social qualitativa:** o debate orientado como técnica de investigação. Disponível em: <www.dppg.cefetmg.br/mtp/TecnicadeGruposFocaisdoc>. Acesso em: 09 jun. 2012.

DEMO, Pedro. **Política Social, Educação e Cidadania.** 10 ed. Campinas: Papyrus, 2007.

DESLANDES, Suely Ferreira. O projeto de pesquisa como exercício científico e artesanato intelectual. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org). **O desafio do conhecimento:** pesquisa qualitativa em saúde. 29 ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

DI GIOVANNI, Geraldo. **Sistemas de proteção social:** uma introdução conceitual. In: OLIVEIRA, Marco A. de (org). **Reforma do Estado e Políticas de Emprego no Brasil.** Campinas: UNICAMP, 1998.

DIMENSTEIN, Gilberto. **O cidadão de papel:** a infância, a adolescência e os direitos humanos no Brasil. 24. ed. São Paulo: Editora Ática, 2012.

EISENSTEIN, Evelyn. Adolescência: definições, conceitos e critérios. **Revista Adolescência & Saúde**. Universidade Estadual do Rio de Janeiro: Núcleo de Estudos da Saúde do Adolescente. V. 2, nº 2, abr/jun/2005.

EUZÉBY, Alan. Proteção Social, pilar da Justiça Social. In: SPOSATI, Aldaíza (org). **Proteção Social de Cidadania: inclusão de idosos e pessoas com deficiência no Brasil, França e Portugal**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

FALEIROS, Vicente de Paula. **A política social do Estado Capitalista**. 8. ed. rev. São Paulo: Cortez, 2000.

FERREIRA, Josette Daunis. Medidas de Proteção. In: PASSOS, José Olavo Bueno de. (org). **Infância e Juventude: uma prática em construção**. Pelotas: EDUCAT, 2007.

FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. Tradução: Kátia de Mello e Silva. 3. ed. São Paulo: Centauro, 2001.

FREITAS, Maria Virgínia de (coord). **Juventude e adolescência no Brasil: referências conceituais**. São Paulo: Ação Educativa, 2012.

GARCIA, Regina Leite; MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa (orgs). **Currículo na contemporaneidade: incertezas e desafios**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

GATTI, Bernardete Angelina. **Grupo focal na pesquisa em ciências sociais e humanas**. Brasília: Liber Livro Editora, 2003.

GENTILI, Pablo; MCCOWAN, Tristan (orgs). **Reinventar a Escola Pública: política educacional para um novo Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2003.

GOMES, Maria Elasir S.; BARBOSA, Eduardo F. **A técnica de grupos focais para obtenção de dados qualitativos**. Disponível em: <[www.tecnologiadeprojetos.com.br/banco_obhjetos/\(9FEA09E-49d2-a638-6D3922787D19\)-tecnica](http://www.tecnologiadeprojetos.com.br/banco_obhjetos/(9FEA09E-49d2-a638-6D3922787D19)-tecnica)>. Acesso em: 06 out. 2013.

GOMES, Romeu. Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org). **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 29 ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

HERNANDEZ, Fernando e outros. **Aprendendo com inovações na Escola**. Tradução: Ernani Rosa. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE/CAMPUS PELOTAS. **Organização Didática da Educação Básica, Profissional e Superior de Graduação**. Aprovada pela Resolução nº 90/2012 do Conselho Superior. Pelotas, 2013.

_____. **Regulamento da Política de Assistência Estudantil**. Resolução nº 138/2012 do Conselho Superior/IFSul. Pelotas, 2012.

_____. **Projeto Pedagógico Institucional**. Pelotas, 2014.

_____. **Plano de Desenvolvimento Institucional – 2014-2019.** Pelotas, 2014.

_____. **Regimento Geral.** Pelotas, 2013.

_____. **Estatuto.** Disponível em: <IFSUL.estatuto.pdf(SECURED)-Foxit.Reader>. Acesso em: 23 set. 2013.

_____. **PROJETOS Culturais – Extraclasse.** Disponível em: <pelotas.ifsul.edu.br/portal/index.php?option=com_content&view=ERIXLW&ID=40&Itemid=87>. Acesso em: 20 fev. 2014.

_____. **Pesquisa de Dados Educacionais do IFSul/campus Pelotas.** Pelotas, janeiro 2014.

KRESS, Gunther. O ensino na era da informação: entre a instabilidade e a integração. In: GARCIA, Regina Leite; MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa (orgs). **Currículo na contemporaneidade: incertezas e desafios.** 4. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

LAKE, Anthony. Palavra de Especialista. In: PALAZZO, Ludimila; VOLPI, Márcio (coordenadores). **O direito de ser adolescente: oportunidade para reduzir vulnerabilidade e superar desigualdades.** Fundo das Nações Unidas para a Infância. Brasília, DF: UNICEF, 2011.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas.** São Paulo: EPU, 2002.

LUZ, Wirland da. **A Doutrina de Proteção Integral à Criança.** Disponível em: <www.crmrr.cfm.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=21021:a-doutrina-de-protecao-integral-a-crianca>. Acesso em: 16 jan. 2014.

MACHADO, Ozeneide Venâncio de Mello. **Pesquisa qualitativa: modalidade fenômeno situado.** In: BICUDO, Maria Aparecida Viggiani; ESPOSITO, Vitória Helena Cunha (orgs). **A pesquisa qualitativa em educação.** Piracicaba: Editora UNIMEP, 1994.

MAGALHÃES, Justino. Um apontamento metodológico para a História das Instituições Educativas. In: **Anais do II Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação.** São Paulo: Escritura, 1998.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér (org). **O desafio das diferenças nas escolas.** 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

MEIRELES, Céres Mari da Silva. **Educação profissional: uma visão histórica sobre o processo de criação, fins e princípios da Escola Técnica Federal que tornou Pelotas centro de referência (1942-1998).** Pelotas: Universidade Federal de Pelotas. Dissertação de Mestrado, 2002.

MESTRINER, Maria Luiza. **O Estado entre a filantropia e a assistência social.** São Paulo: Cortez, 2001.

MINAYO, Maria Cecília de Sousa. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 9. ed. revista e aprimorada. São Paulo: Hucitec, 2010.

MIRANDA, Margarete Parreira. **Adolescência na Escola: soltar a corda e segurar a ponta**. Belo Horizonte: Formato Editora, 2001.

MORAES, Roque; GALIAZZI, Maria do Carmo. **Análise textual discursiva**. Ijuí: Editora UNIJUÍ, 2007.

MURILLO, Javier F. e outros. **A Qualificação da Escola: um novo enfoque**. Tradução: Naila Tosca de Freitas. Porto Alegre: Artmed, 2007.

NOGUEIRA, Maria Alice. Relação família-escola: novo objeto na Sociologia da Educação. **Revista Paidéia**. Ribeirão Preto, v. 8, nº 14-15, fev./ago, 1998.

NOGUEIRA, Vera Maria Ribeiro. Estado de Bem-Estar Social: origens e desenvolvimento. **Revista Katálysis** (On-line), 2001. Disponível em: <<http://estudiosterritoriales.org/articulo.oa?id=1796181998008>>. Acesso em: 03 jan. 2014.

NOGUEIRA NETO, Wanderlino. Por um sistema de promoção e proteção dos direitos humanos de crianças e adolescentes. **Revista Serviço Social & Sociedade**. São Paulo: Cortez, ano XXVI, nº 83, set/2005.

OLIVEIRA, Isa Maria de. Palavra de Especialista. In: PALAZZO, Ludimila; VOLPI, Márcio (coordenadores). **O direito de ser adolescente: oportunidade para reduzir vulnerabilidade e superar desigualdades**. Fundo das Nações Unidas para a Infância. Brasília, DF: UNICEF, 2011.

OLIVEIRA E SILVA, Maria Liduina de. O Estatuto da Criança e do Adolescente e o Código de Menores: descontinuidades e continuidades. In: **Revista Serviço Social & Sociedade**. São Paulo: Cortez Editora, ano XXVI, nº 81, mar. 2010.

PALAZZO, Ludimila; VOLPI, Mário (coord). **Relatório da Situação da Adolescência Brasileira**. Brasília: UNICEF, 2011.

PEREIRA, Potyara A. P. **Política Social: temas & questões**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

PERES, Eliane. **Templo de Luz: os cursos noturnos masculinos de instrução primária da Biblioteca Pública Pelotense (1875-1915)**. Pelotas: Seiva Publicações, 2002.

PIMENTA, Selma Garrido. Professor reflexivo: construindo uma crítica. In: PIMENTA, Selma Garrido; GHEDIN, Evandro (orgs). **Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito**. São Paulo: Cortez, 2002.

PINO, Angel. Direitos e realidade social da criança no Brasil: a propósito do Estatuto da Criança e do Adolescente. **Revista Educação & Sociedade**. São Paulo: Cortez Editora, v. 13, nº 36, ago. 1990.

PINTO, Antonio Luiz de Toledo; WINDT, Márcia Cristina Vaz dos Santos; SIQUEIRA, Luiz Eduardo Alves de (org). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. 24. ed. São Paulo: Saraiva, 2000.

POIRIER, Marie-Pierre. Apresentação. In: PALAZZO, Ludimila; VOLPI, Márcio (coordenadores). **O direito de ser adolescente: oportunidade para reduzir vulnerabilidade e superar desigualdades**. Fundo das Nações Unidas para a Infância. Brasília, DF: UNICEF, 2011.

QUALIDATA. **Manual Q-Acadêmico**. Disponível em: <qacademico.ifsul.edu.br/QACADEMICO/professores/manual/manual_academico_w eb_professor.pdf>. Acesso em: 09 jun. 2014.

RIZZINI, Irene. **Criança e a Lei no Brasil: revisitando a história (1822-2000)**. Rio de Janeiro: UNICEF, USU, 2000.

RIZZINI, Irene e outras. **Acolhendo crianças e adolescentes: experiências de promoção do direito à convivência familiar e comunitária no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Cortez; Brasília: UNICEF; CIESPI; Rio de Janeiro: PUC-RIO, 2007.

RODEGHIERO, Lúcia Helena Schiavon. Apresentação. In: PASSOS, José Olavo Bueno de. (org). **Infância e Juventude: uma prática em construção**. Pelotas: EDUCAT, 2007.

SAMPAIO, Juliana; ARAÚJO JR, José Luís. Análise das Políticas Públicas: uma proposta metodológica para o estudo no campo da prevenção em AIDS. **Revista Brasileira Maternidade Infantil**. Recife, 6 (3), jul./set., 2006.

SILVA, Chris Giselle Pegas Pereira da. **Código Mello Mattos: um olhar sobre a assistência e a proteção de “menores”**. Disponível em: <www.maxwell.lambda.ele.puc-rio.br/14406.PDFXXvmi>. Acesso em: 04 jan. 2014.

SILVA, Flavia Martins André da. **Direitos fundamentais**. Disponível em: <www.direitonet.com.br/artigos/exibir/2627/Direitos-Fundamentais>. Acesso em 20 mar. 2013.

TRIVINÕS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1995.

VIANA, Ana Luiza d'Ávila; LEVCOVITZ, Eduardo. Proteção Social: introduzindo o debate. In: VIANA, Ana Luiza d'Ávila; ELIAS, Paulo Eduardo M.; IBÁÑEZ, Nelson (orgs). **Proteção Social: dilemas e desafios**. São Paulo: Hucitec, 2005.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso: planejamento e métodos**. 3. ed. Tradução: Daniel Grassi. Porto Alegre: Bookman, 2005.

ZERO HORA. Editoriais. **A erradicação da pobreza**, 19 de março de 2013, p. 12.

ZERO HORA. Editoriais. **Analfabetismo**, 31 de janeiro de 2014, p. 12.

ZIMMERMANN, Clóvis Roberto; ANDRADE, Fabrício Fontes de. Sistemas de proteção social e o SUAS: análise de um sistema em construção. **Revista Emancipação**. V.8, Ponta Grossa, 2008.

APÉNDICES

APÊNDICE I
FORMULÁRIO-SÍNTESE DE DOCUMENTOS

ASSUNTO: _____

TIPO DE DOCUMENTO: _____

Número _____

Data ____/____/____

Origem _____

Responsável (eis) _____

IDEIAS-CHAVE: _____

ITENS: _____

INFORMAÇÕES A DESTACAR: _____

APRECIÇÃO DO PESQUISADOR: _____

Data da análise ____/____/____

APÊNDICE II

ROTEIRO ENTREVISTA COM PROFISSIONAIS

PROFISSIONAIS QUE ATUAM NA COORDENADORIA DE APOIO PEDAGÓGICO E DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL – COAPAE/IFSUL/CAMPUS PELOTAS

IDENTIFICAÇÃO

Código

Idade Sexo

Função no IFSUL/*campus* Pelotas:.....

Formação Acadêmica

Tempo de serviço na Instituição.....

Data da Entrevista

QUESTÕES ORIENTADORAS

1 Além das atividades de ensino e de assistência estudantil, que outras ações são oferecidas ao aluno adolescente do IFSUL/*campus* Pelotas?

2 Diversas Políticas Públicas, dentre elas o Estatuto da Criança e do Adolescente, garantem o acesso aos direitos fundamentais a todos os brasileiros, tais como: direito à vida, à igualdade, à dignidade, à segurança, à honra, à liberdade, à educação, à saúde, ao lazer, à segurança. Enfim, são direitos à proteção social.

Como entende essa política? É viável à realidade do aluno adolescente do IFSUL/*campus* Pelotas?

3 Qual sua participação no processo de Proteção Social ao aluno adolescente no IFSUL/*campus* Pelotas?

4 Como ocorrem essas práticas de Proteção Social ao aluno adolescente no IFSUL, *campus* Pelotas?

5 Quais as condições institucionais que favorecem as práticas de Proteção Social ao aluno adolescente no IFSUL/*campus* Pelotas? Quais as condições que restringem essa proteção?

6 Quais as sugestões que apresenta para o aperfeiçoamento das práticas de Proteção Social ao aluno adolescente do IFSUL/*campus* Pelotas?

7 Outras contribuições.

APÊNDICE III
GRUPOS FOCAIS COM ALUNOS ADOLESCENTES

PRIMEIRO ENCONTRO

Data: _____

Horário: _____

Local: _____

Número de Participantes: _____

Questões Orientadoras

1 Além das atividades de ensino e de assistência estudantil, que outras ações são oferecidas ao aluno adolescente do IFSUL/*campus* Pelotas?

2 Conhecem o Estatuto da Criança e do Adolescente? De que trata o ECA?

3 O Estatuto da Criança e do Adolescente garante direitos fundamentais a todos os adolescentes, tais como : direito à vida, à igualdade, à dignidade, à segurança, à honra, à liberdade, à educação, à saúde, ao lazer, à segurança. Enfim, são direitos à Proteção Social.

Como entendem essa política? É viável à realidade do aluno adolescente do IFSUL/*campus* Pelotas?

Observações: _____

SEGUNDO ENCONTRO

Data: _____

Horário: _____

Local: _____

Número de Participantes: _____

Questões Orientadoras

1 Como ocorrem as práticas de Proteção Social ao aluno adolescente do IFSUL/*campus* Pelotas?

2 Participam das práticas de proteção ao aluno adolescente do IFSUL/*campus* Pelotas? Como ocorre essa participação?

3 Quais as condições institucionais que favorecem as práticas de Proteção Social ao aluno adolescente no IFSUL/*campus* Pelotas? Quais as condições que restringem essa proteção?

4 Quais as sugestões que apresentam para o aperfeiçoamento das práticas de Proteção Social ao aluno adolescente do IFSUL/*campus* Pelotas?

5 Outras contribuições.

Observações: _____

APÊNDICE IV-A

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Em atendimento à Resolução nº 196/96 do Ministério da Saúde e sua atualização

PROFISSIONAIS DA COAPAE/IFSUL/CAMPUS PELOTAS

Pelo presente Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, declaro minha adesão em participar da pesquisa **Práticas de Proteção Social ao Aluno Adolescente no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense/campus Pelotas: um estudo de caso** e que estou ciente do objetivo da mesma, ou seja, configurar como se processam as práticas institucionais de proteção social aos alunos adolescentes do IFSUL/campus Pelotas.

Declaro que fui informado (a) pelo pesquisador sobre a justificativa desta pesquisa e quanto ao procedimento da investigação para a coleta de dados. Ainda fui esclarecido (a) quanto aos itens a seguir:

- da garantia de requerer resposta a qualquer pergunta ou dúvida acerca dos procedimentos, riscos, benefícios e outros assuntos relacionados a esta pesquisa;
- da liberdade de retirar meu consentimento, a qualquer momento, de deixar de participar do estudo, sem que tal iniciativa me traga prejuízo pessoal ou profissional;
- da segurança de que não serei identificado (a), mantendo, dessa forma, meu anonimato;
- de que serão mantidos todos os preceitos ético-legais durante e após o término da pesquisa;
- de acesso às informações em todas as etapas do estudo, bem como dos resultados do mesmo.

Dessa forma, aceito participar da pesquisa e autorizo a publicação dos dados, em qualquer veículo de comunicação acadêmica, científica e eventos pertinentes, desde que preservado meu anonimato como respondente.

Pelotas, _____ de _____ de 2013.

Assinatura do (a) participante _____

Manoel Inácio Ramil Pereira
Responsável pela pesquisa

Telefone: (53)3228.4629/9981.8040

e-mail: mramil.form@gmail.com

APÊNDICE IV-B

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Em atendimento à Resolução nº 196/96 do Ministério da Saúde e sua atualização

Representante Legal de Aluno (a) menor de 18 anos

Pelo presente Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, declaro que autorizo o (a) aluno (a), abaixo identificado (a), a participar da pesquisa **Práticas de Proteção Social ao Aluno Adolescente no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense/campus Pelotas: um estudo de caso** e que estou ciente do objetivo da mesma, ou seja, configurar como se processam as práticas institucionais de proteção social aos alunos adolescentes do IFSUL/campus Pelotas.

Declaro que fui informado (a) pelo pesquisador sobre a justificativa desta pesquisa e quanto ao procedimento da investigação para a coleta de dados. Ainda fui esclarecido (a) quanto aos itens a seguir:

- da garantia de requerer resposta a qualquer pergunta ou dúvida acerca dos procedimentos, riscos, benefícios e outros assuntos relacionados a esta pesquisa;
- da liberdade de retirar meu consentimento, a qualquer momento, para que o menor sob minha responsabilidade deixe de participar do estudo, sem que tal iniciativa lhe traga prejuízo pessoal ou estudantil;
- da segurança de que o (a) menor não será identificado (a), mantendo, dessa forma, seu anonimato;
- de que serão mantidos todos os preceitos ético-legais durante e após o término da pesquisa;
- de acesso às informações em todas as etapas do estudo, bem como dos resultados do mesmo.

Dessa forma, autorizo a participação do (a) aluno (a), abaixo identificado (a), na pesquisa, permitindo a publicação dos dados, em qualquer veículo de comunicação acadêmica, científica e eventos pertinentes, desde que preservado o anonimato do respondente.

Pelotas, _____ de _____ de 2013.

Nome do (a) aluno (a)

Assinatura do (a) aluno (a)

Nome do (a) Representante Legal

Assinatura do (a) representante legal

Manoel Inácio Ramil Pereira

Responsável pela pesquisa

Telefone: (53)3228.4629/9981.8040

e-mail: mramil.form@gmail.com

ANEXOS

ANEXO I

PARECER CONSUBSTANCIADO DO COMITÊ DE ÉTICA NA PESQUISA



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Práticas de Proteção Social ao Aluno Adolescente no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense/campus Pelotas: um estudo de caso

Pesquisador: MANOEL INÁCIO RAMIL PEREIRA

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 16689213.7.0000.5339

Instituição Proponente: Universidade Católica de Pelotas - UCPEL

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 347.120

Data da Relatoria: 09/07/2013

Apresentação do Projeto:

De acordo.

Objetivo da Pesquisa:

De acordo.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

De acordo.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

De acordo.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

De acordo.

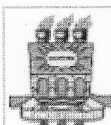
Recomendações:

Sem recomendações.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Sem pendências

Endereço: Rua Felix da Cunha, 412
Bairro: Centro **CEP:** 96.010-000
UF: RS **Município:** PELOTAS
Telefone: (53)2128-8012 **Fax:** (53)2128-8298 **E-mail:** cep@ucpel.tche.br



UNIVERSIDADE CATÓLICA DE
PELOTAS - UCPEL



Continuação do Parecer: 347.120

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Considerações Finais a critério do CEP:

PELOTAS, 01 de Agosto de 2013

Assinador por:
RICARDO AZEVEDO DA SILVA
(Coordenador)

Endereço: Rua Felix da Cunha, 412

Bairro: Centro

CEP: 96.010-000

UF: RS

Município: PELOTAS

Telefone: (53)2128-8012

Fax: (53)2128-8298

E-mail: cep@ucpel.tche.br

ANEXO II**FICHA DE COMUNICAÇÃO DE ALUNO INFREQUENTE – FICAI****1. ESCOLA**

NOME: _____

ESTADUAL () MUNICIPAL () PRIVADA ()

ENDEREÇO: _____

MUNICÍPIO: _____

TELEFONE: _____

2. ALUNO(A)

IDADE: _____

NOME: _____

DATA DE NASCIMENTO: __/__/____

FILIAÇÃO: _____

E _____

ENDEREÇO: _____

BAIRRO _____

MUNICÍPIO: _____

TELEFONE: _____

PONTO DE REFERÊNCIA: _____

NOME E ENDEREÇO DE OUTRAS REFERÊNCIAS (parentes e vizinhos): _____

3. O ALUNO(A) NO CONTEXTO ESCOLA**3.1. Na Sala de Aula:**

SÉRIE/TURNO/TURMA: _____

DATAS DAS FALTAS: _____

NOME DO PROFESSOR DE REFERÊNCIA: _____

DATA DA COMUNICAÇÃO: __/__/____

OBSERVAÇÕES DO PROFESSOR (interação do aluno com a turma, com o professor, hipóteses para as faltas): _____

3.2 Providências da Orientação Escolar:

3.3 Providências da Equipe Diretiva:

CONTATOS COM A FAMÍLIA (data; instrumentos utilizados – recado, telefonema, visita domiciliar, entrevista na escola, outros; responsável pelos contatos): _____

MOTIVOS IDENTIFICADOS PARA AS FALTAS:

- () Dificuldade de aprendizagem
- () Está trabalhando
- () Envolvimento com drogas
- () Falta de transporte
- () Resistência do aluno
- () Doença
- () Problemas de relacionamento escolar
- () Distorção idade/série
- () Carência material

Outros: _____

PROCEDIMENTOS DA ESCOLA FRENTE AOS MOTIVOS IDENTIFICADOS (entrevista com os familiares, encaminhamentos para a rede de atendimento, encaminhamento da situação de violação de direitos ao Conselho Tutelar, plano de recuperação de frequência e aproveitamento, dentre outros):

3.4 RETORNO DO ALUNO À ESCOLA EM : ____/____/____

ASSINATURA DO DIRETOR(A): _____

4. NO CASO DO ALUNO NÃO RETORNAR À ESCOLA:

4.1. REGISTRO DE CONHECIMENTO DA ESCOLA E ENCAMINHAMENTO À SECRETARIA DE EDUCAÇÃO:

ENCAMINHADO EM: ____/____/____

ASSINATURA DO DIRETOR(A): _____

4.2. ENCAMINHAMENTO DA FICAI AO CONSELHO TUTELAR EM: ____/____/____

Assinatura: _____

5. NO CONSELHO TUTELAR:

Recebimento em: ____/____/____ Assinatura: _____

5.1. PROCEDIMENTOS EFETUADOS PELO CONSELHO TUTELAR (datas + meios de contato com a família: entrevista, visita domiciliar; medidas protetivas e aos pais – artigos 101 e 129 do ECA - aplicadas):

5.2 ALUNO RETORNOU À ESCOLA:

DEVOLUÇÃO DA FICAI EM: ____/____/____

Assinatura: _____

5.3. ALUNO NÃO RETORNOU À ESCOLA:- Encaminhamento ao CREAS¹²/CRAS¹³ para elaboração de plano de trabalho com estratégias de trabalho com as crianças, os adolescentes e suas famílias, constando compromissos e recursos disponibilizados para atender às necessidades detectadas e desenvolver potencialidades em: ____/____/____

5.4. - ENCAMINHAMENTO AO MINISTÉRIO PÚBLICO EM: ____/____/____

Assinatura: _____

6. ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO (datas + audiência, solicitações de serviços junto à rede de atendimento, ajuizamento de ação, dentre outros):

6.1. ALUNO RETORNOU À ESCOLA:

ARQUIVAMENTO/DEVOLUÇÃO À ESCOLA E COMUNICAÇÃO AO CONSELHO TUTELAR EM: ____/____/____

6.2. ALUNO NÃO RETORNOU A ESCOLA:

PROVIDÊNCIAS: _____

AJUIZADA AÇÃO (CÍVEL/CRIMINAL) EM: ____/____/____

ASSINATURA DO(A) PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA: _____

¹² CREAS: Centro de Referência Especializado de Assistência Social.

¹³ CRAS: Centro de Referência da Assistência Social.